



N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
88/2024	95/2024	06/02/2024 16:03:10	06/02/2024 16:03:10

Tipo

SOLICITAÇÃO GERAL (P. FÍSICA)

Número

34/2024

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

ISMAEL DA SILVA

Ementa:

SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.





CÂMARA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA
PODER LEGISLATIVO

À
CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA.

Eu, **Ismael da Silva**, inscrito(a) no CPF sob o nº [REDACTED] e RG nº , residente à rua , nº , , vem requerer
SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Documentação

[Outros documentos que julgar necessário](#)

Termos em que pede deferimento.

Vargem Alta, 6 de fevereiro de 2024.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 33003900370032003A005000

Assinado eletronicamente por **GEOVANA PAPACENA BETINI** em **06/02/2024 16:03**

Checksum: **58AF62883FF5481380E09AB3361133AE6836401A12FB457C38450BEEF030703A**





CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1. DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: Câmara Municipal de Vargem Alta -ES	
Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): Secretaria Administrativa	
Responsável pela Demanda: Perivaldo Souza	Matrícula: 315
E-mail: adiministracao@cmva.es.gov.br	Telefone: (28) [REDACTED]
1. Objeto: Curso de treinamento para procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES, para enviar a PCA em 2024. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI. Diretrizes e procedimentos do TCEES na análise da PCA.	
2. Justificativa da necessidade da contratação O curso possibilitará uma ampla discussão com os participantes sobre a IN nº 68/2020 e as alterações ocorridas (Portarias Normativas nº 65, de 25.10.23, e nº 85, de 13.12.23, Instrução Normativa TC 68, de 13.12.23) quanto à composição e a forma de envio da PCA ao TCE/ES em 2024.	



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

“3. Descrições e quantidades

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA (SE APLICÁVEL OU REFERÊNCIA)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de Curso de treinamento para procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES, para enviar a PCA em 2024. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI. Diretrizes e procedimentos do TCEES na análise da PCA.		Serviço	01

4. Observações gerais

4.1. **Prazo de Entrega/ Execução:** Conforme termo de referência.

4.2. **Local e horário da Entrega/Execução:** Conforme termo de referência.

4.3. **Unidade e servidor responsável para esclarecimentos:** Tatiele Depolo Schaider.

4.4. **Prazo para pagamento:** Conforme termo de referência.



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Vargem Alta – ES, 06 de fevereiro de 2024

Responsável pela Formalização da Demanda

Perivaldo Souza - Matrícula: 315

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA
PODER LEGISLATIVO

Vargem Alta, 06 de fevereiro de 2024.

De: Protocolo

Para: Protocolo

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Solicitado

Ação realizada: Protocolado

Descrição:

Processo protocolado eletronicamente, onde segue para análise e distribuição.

Próxima Fase: Analisar e Distribuir

GEOVANA PAPACENA BETINI
Adjunto de Secretaria
3162166 2ªVIA



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003400340036003A005400

Assinado eletronicamente por **GEOVANA PAPACENA BETINI** em **06/02/2024 16:03**

Checksum: **AC2384C767B88651C30341D2BA26B2C052364DF89A52E9CC5E36100F571B510A**





CÂMARA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA
PODER LEGISLATIVO

Vargem Alta, 06 de fevereiro de 2024.

De: Protocolo
Para: Presidência

Referência:
Processo nº 88/2024
Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Analisar e Distribuir

Ação realizada: Documentação consistente

Descrição:
Realizado a conferência da documentação, segue para providências.

Próxima Fase: Andamento Processual

GEOVANA PAPACENA BETINI
Adjunto de Secretaria
3162166 2ªVIA



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003400340037003A005400

Assinado eletronicamente por **GEOVANA PAPACENA BETINI** em **06/02/2024 16:03**

Checksum: **8DD340EDC3398032DC258222308DB1C680BB097618E8DA9BB24D41EDA27F2AFE**





CÂMARA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA
PODER LEGISLATIVO

Vargem Alta, 07 de fevereiro de 2024.

De: Presidência
Para: Diretoria Geral

Referência:
Processo nº 88/2024
Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: Nenhum

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Em análise dos documentos acostados, AUTORIZO a abertura do processo administrativo para contratação pretendida e determino que seja regido sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

Remeto para providências, em especial a confecção do ETP.

Próxima Fase: Andamento Processual

ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA
Presidente da Câmara
41072-MTE



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003400340038003A005400

Assinado eletronicamente por **ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA** em 07/02/2024 07:02

Checksum: **AEAECBAE7F589004A64A99C716A397AF9C1274999A8BB075DA0FFCB300A73601**





CÂMARA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA
PODER LEGISLATIVO

Vargem Alta, 22 de fevereiro de 2024.

De: Diretoria Geral

Para: Gerência de compras

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Segue para providências.

Próxima Fase: Andamento Processual

Priscila Siqueira Vargas
Diretor Geral
1879005



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003400350039003A005400

Assinado eletronicamente por **Priscila Siqueira Vargas** em **22/02/2024 17:56**

Checksum: **D850C9BE9EADF8CD4639AC51CB8116BAB0D071041B98D0274AC8B5CF0984DE2E**





CÂMARA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA
PODER LEGISLATIVO

Termo de Juntada por Apensamento

Porque é um processo acessório, tratando-se do memorando que deu origem a contratação pretendida.

Priscila Siqueira Vargas

Diretor Geral

Câmara Municipal de Vargem Alta, 21 de fevereiro de 2024



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310034003500320039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Priscila Siqueira Vargas** em 22/02/2024 17:36

Checksum: 1C19BD5CE3F51442E11C61B84B129ECF038989C1C6231EBFF4BC42BA33CEB2DE





Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração - CEPEAD

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO CONVÊNIO INTERINSTITUCIONAL entre CEPEAD/UFMG-CEPG-SEDES/UVV/ES do senhor **MARCELO RODRIGUES**, REGISTRO Nº 021/2000. Às 9:00 horas do dia 12 do mês de março de 2001, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração - CEPEAD em 12 de fevereiro de 2001, para julgar o trabalho final intitulado "**Avaliação da Auditoria Interna do Governo do Estado do Espírito Santo**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, área de **MERCADOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Antônio Artur de Souza após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se à arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Prof. Dr. Antônio Artur de Souza

APROVADO

Prof. Dr. Ivan Beck Ckagnazaroff


APROVADO

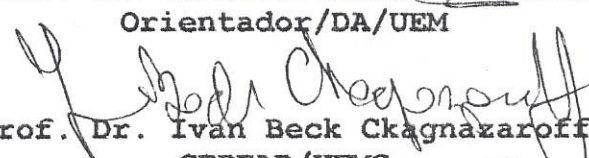
Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama

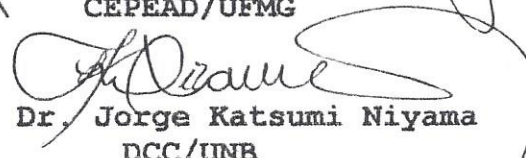
APROVADO

Pelas indicações, o candidato foi considerado **APROVADO**.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinado por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 12 de março de 2001.


Prof. Dr. Antônio Artur de Souza
Orientador/DA/UEM


Prof. Dr. Ivan Beck Ckagnazaroff
CEPEAD/UFMG


Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama
DCC/UNB





CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

Rua Curitiba 832 11º andar - Centro

30170-120 - BH/MG


Fone: (31) 3279-9050 / (31) 3279-9129 - Fax: (31) 3272-1157

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os devidos fins a que se destina, que MARCELO RODRIGUES concluiu, no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, o Curso de Mestrado na área de Mercadologia e Administração Estratégica, tendo apresentado para obtenção do Grau de Mestre, a dissertação sob o título "Avaliação da Auditoria Interna do Governo do Estado do Espírito Santo".

A dissertação foi aprovada por uma Comissão Examinadora habilitada em 12 de Março de 2001.

Belo Horizonte, 20 de Abril de 2001


Prof. Carlos Alberto Gonçalves
Coordenador do CEPEAD





CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

Rua Curitiba 832 11º andar - Centro

30170-120 - BH/MG

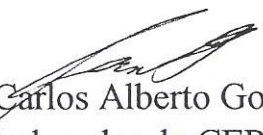
Fone: (31) 3279-9050 / (31) 3279-9129 - Fax: (31) 3272-1157

DECLARAÇÃO

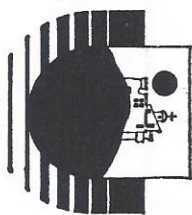
DECLARAMOS, para os devidos fins a que se destina, que MARCELO RODRIGUES concluiu, no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, o Curso de Mestrado na área de Mercadologia e Administração Estratégica, tendo apresentado para obtenção do Grau de Mestre, a dissertação sob o título "Avaliação da Auditoria Interna do Governo do Estado do Espírito Santo".

A dissertação foi aprovada por uma Comissão Examinadora habilitada em 12 de Março de 2001.

Belo Horizonte, 20 de Abril de 2001


Prof. Carlos Alberto Gonçalves
Coordenador do CEPEAD





Sociedade Educacional do Espírito Santo - SAEDES

Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha

Faculdade de Ciências Contábeis

O Diretor do Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Ciências Contábeis
em 18 de dezembro de 1992, confere o título de

Bacharel em Ciências Contábeis
Marcelo Rodrigues

brasileiro(a), natural do estado do Espírito Santo nascido(a) 16 de janeiro de 1970
filho(a) de - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - e Osmani Rodrigues

e entrega-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.
Vila Velha, (ES), 28 de dezembro de 1992.

João Paulo de Azevedo
Secretário

Acácio Manoel Costa
Diretor

llle
Assinado

RG nº 444.668 / ES

Selo de Fiscalização
Atos de Notas e Registros
Foro do Espírito Santo
Autenticado em
7 0 A GO 2009

TEJEMIR
DENOTAS
29-0621
Vila Velha/ES
Art. 2º do Dec. Lei 27
de 25/04/1992
Cópia e reprodução
que
do original, auten-
tada nos termos
da Lei 25/04/1992.





Faculdades Integradas de Jacarepaguá

Ladeira da Freguesia, 196 – Freguesia - Jacarepaguá – Rio de Janeiro – CEP 22760-090

Tels.: (21) 3392-6646 / 3392-6503 / 3392-5405 – e-mail : fij@fij.br

Esta Instituição ministra cursos de Pós-Graduação Lato Sensu desde 1996.

DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO

Declaramos, para os devidos fins, que **MARCELO RODRIGUES** concluiu, nesta Faculdade, o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, nível de especialização, em **GESTÃO PÚBLICA**, com **360** horas.

Declaramos, ainda, que o programa do referido curso, estabelece como exigências: a apresentação de monografia, corpo docente composto por especialistas, mestres e doutores de acordo com o percentual previsto no Art. 9º. da Res. N° 01/2001 – CNE/CES/MEC, e duração mínima de 360 horas.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2006.


Prof. *Msc.* Hércules Pereira
Diretor Acadêmico





Faculdades Integradas de Jacarepaguá

Ladeira da Freguesia, 196 – Freguesia - Jacarepaguá – Rio de Janeiro – CEP 22760-090

Tels.: (21) 3392-6646 / 3392-6503 / 3392-5405 – e-mail : fij@fij.br


Esta Instituição ministra cursos de Pós-Graduação Lato Sensu desde 1996.

DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO

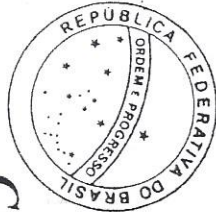
Declaramos, para os devidos fins, que **MARCELO RODRIGUES** concluiu, nesta Faculdade, o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, nível de especialização, em **GESTÃO PÚBLICA**, com **360** horas.

Declaramos, ainda, que o programa do referido curso, estabelece como exigências: a apresentação de monografia, corpo docente composto por especialistas, mestres e doutores de acordo com o percentual previsto no Art. 9º. da Res. Nº 01/2001 – CNE/CES/MEC, e duração mínima de 360 horas.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2006.


Prof. *Msc.* Hércules Pereira
Diretor Acadêmico





FUBAE - Fundação Brasileira de Assistência e Educação
Faculdades Integradas Espírito Santense
CEPEC - Centro de Pós-Graduação, Especialização e Cultura



O CEPEC - Centro de Pós-Graduação, Especialização e Cultura, Mantido pela FUBAE - Fundação

Brasileira de Assistência e Educação, certifica que

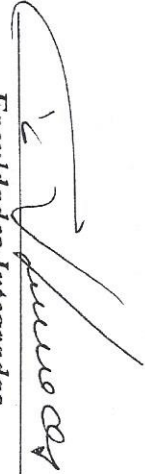
Marcelo Rodrigues

nascido em 16 / 01 / 70, carteira de identidade n° 774.668-ES, concluiu


o Curso de Pós-Graduação "Lato-Sensu" em **Auditoria Contábil**

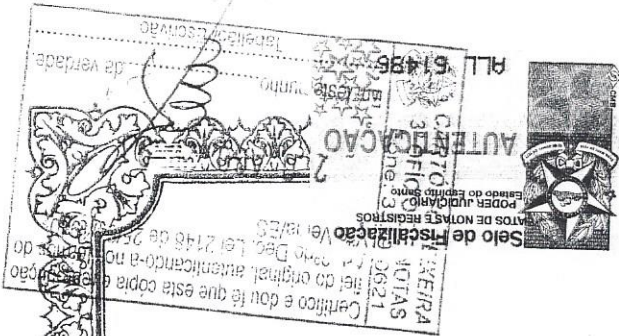
a nível de Especialização, realizado no período de 01/03/94 a 26/10/94, totalizando **384** horas.

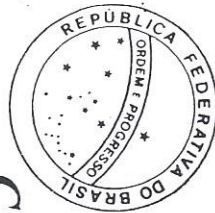
Vitória, 26 de Outubro de 1994


Faculdades Integradas
Diretor Geral


Pós-Graduação


Coordenador do CEPEC





FUBAE - Fundação Brasileira de Assistência e Educação
Faculdades Integradas Espírito Santense
CEPEC - Centro de Pós-Graduação, Especialização e Cultura



O CEPEC - Centro de Pós-Graduação, Especialização e Cultura, Mantido pela FUBAE - Fundação


Brasileira de Assistência e Educação, certifica que **Marcelo Rodrigues**

nascido em 16 / 01 / 70 , carteira de identidade n° 774.668-ES , concluiu

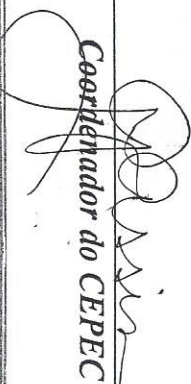
o Curso de Pós-Graduação "Lato-Sensu" em **Auditoria Contábil**

a nível de Especialização, realizado no período de 01/03/94 a 26/10/94 , totalizando 384 horas.

Viória, 26 de Outubro de 1994


 Faculdades Integradas
 Diretor Geral


 Pos-Graduando


 Coordenador do CEPEC

SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Para fins de registro nos livros de registro do Estado do Espírito Santo
 3º OFICINA
 Nº 0621
 Nota 0621
 Certifico e dou fé que esta cópia fiel do original, autenticado no Livro de Registro do Estado do Espírito Santo, foi emitida em conformidade com o disposto no Art. 1º da Lei nº 2148 de 25/07/93.
 ALL 61485
 Tabulação Escrivão



0302

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE SÃO PAULO - RUA QUINZE DE JULHO, 620 - JARDIM AMÉRICA - SÃO PAULO - SP

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE SÃO PAULO - RUA QUINZE DE JULHO, 620 - JARDIM AMÉRICA - SÃO PAULO - SP

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

NÚMERO DE MATRÍCULA: 8240293714 DATA DE NASCIMENTO: 16/01/79 TELEFONE: 225-6340

ALUNO: MARCELO RODRIGUES

DATA DE MATRÍCULA: 02/05/82

ESTADO: SÃO PAULO

CIDADE: SÃO PAULO

ENDEREÇO: RUA ...

CIDADE: SÃO PAULO

CEP: ...

DATA DE MATRÍCULA: 02/05/82



DATA DE MATRÍCULA: 02/05/82

ESTADO: SÃO PAULO

CIDADE: SÃO PAULO

ENDEREÇO: RUA ...

CIDADE: SÃO PAULO

CEP: ...

DISCIPLINAS

901 * 3.00 * ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

902 * 3.00 * ADMINISTRAÇÃO

903 * 3.00 * ECONOMIA

904 * 3.00 * MATEMÁTICA

905 * 3.00 * MATEMÁTICA I

906 * 3.00 * MATEMÁTICA II

907 * 3.00 * MATEMÁTICA III

908 * 3.00 * MATEMÁTICA IV

909 * 3.00 * MATEMÁTICA V

910 * 3.00 * MATEMÁTICA VI

911 * 3.00 * MATEMÁTICA VII

912 * 3.00 * MATEMÁTICA VIII

913 * 3.00 * MATEMÁTICA IX

914 * 3.00 * MATEMÁTICA X

915 * 3.00 * MATEMÁTICA XI

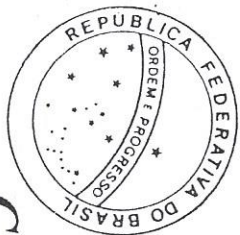
TOTAL DE HORAS: 2952

TOTAL DE CREDITOS: 844

TOTAL DE HORAS DE ESTÁGIO: 72

Nilton D'Assauê Filho
Diretor de Graduação





FUBAE - Fundação Brasileira de Assistência e Educação
Faculdades Integradas Espírito Santense
CEPEC - Centro de Pós-Graduação, Especialização e Cultura



O CEPEC - Centro de Pós-Graduação, Especialização e Cultura, Mantido pela FUBAE - Fundação Brasileira de Assistência e Educação, certifica que **Marcelo Rodrigues** nascido em 16 / 01 / 70, carteira de identidade n° 774.668-ES, concluiu o Curso de Pós-Graduação "Lato-Sensu" em **Auditoria Contábil** a nível de Especialização, realizado no período de 01/03/94 a 26/10/94, totalizando **384** horas.

Vitória, 26 de Outubro de 1994

Faculdades Integradas
Diretor Geral

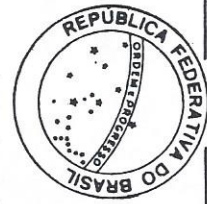
Pós-Graduado

Coordenador do CEPEC





TEIXEIRA
E NOTAS
3.0621
Certifico e dou fe que este
Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais e reprodução
do original, autenticado nos termos do
Art. 2º do Dec. Lei 2148 de 25/07/1940.
Mia Veina/ES



República Federativa do Brasil
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo em vista o termo de colação de grau de
Marcelo Rodrigues,

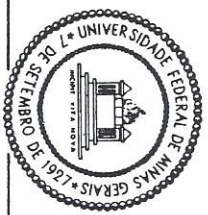
expede-lhe o presente diploma de **Mestre em Administração,**

área de concentração **Mercadologia e Administração Estratégica.**

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2001.

Elm Navek
Reitor

R. B. B. B.
Pró-Reitor de Pós-Graduação



Leidelem B. B.
Diretor da Unidade

Leidelem B. B.
Diplomado





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CERTIFICADO

A Universidade Federal do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, outorga o presente certificado a **MAGALY NUNES DO NASCIMENTO**

C.I. 803894-SP/ICIES, por ter concluído o Curso de Pós-Graduação lato sensu - Especialização em **CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** ministrado no período de **07/12/01 a 14/03/03**, com a carga horária de **360 horas** pela Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, 14 DE AGOSTO DE 2003

Magalay Nunes do Nascimento

Aluno

[Signature]
Coordenador

Pró-Reitor Pesquisa e Pós-Graduação



Acompanha este certificado o histórico escolar, do qual constam:

- A) A relação das disciplinas, com a carga horária, a nota ou conceito obtido, o nome e a titulação do professor responsável;
- b) O critério adotado para avaliação do aproveitamento.

O Curso de Pós-graduação em Gerenciamento da Administração Pública em Nível de Especialização "lato sensu", foi aprovado nesta Universidade pela Reitoria n.º 52/101 datada de 23 / 08 / 01 do Conselho Universitário da U F E S.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO PRÓ-REITORIA DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO DEPT. DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO	Registro nº <u>4821</u> / <u>2003</u>	Folhas <u>4821</u>
	Livro de Registro e Certificado nº <u>43</u>	
	Vitória-ES, <u>30</u> de <u>setembro</u> de <u>2003</u>	
	<u>Stímia Leiva da Paqueta</u> Divisão de Expediente e Registro de Diplomas Diretor	

Vânia Regina da Conceição Gregório
Diretora da Divisão de Expediente e Registro de Diplomas
Pró-Reitora de Graduação-UFES





FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA SERRA - FASE
CENTRO DE EVOLUÇÃO PROFISSIONAL - CEP

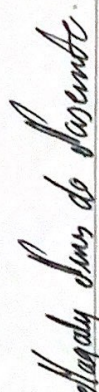



CERTIFICADO

Certificamos que **MAGALY NUNES DO NASCIMENTO** concluiu com aproveitamento o Curso de Pós-Graduação “*Lato Sensu*” em **Direito Financeiro**, ministrado pela Faculdade de Educação da Serra – FASE – em parceria com o Centro de Evolução Profissional – CEP, com carga horária total de 360 horas presenciais.

Serra – ES, Janeiro de 2007.


Carlos Magalhães Barbosa
Diretor Geral


Magaly Nunes do Nascimento
Pós-Graduado


Zairi Colidner Barcellos
Diretora Administrativa - CEP



HISTÓRICO ESCOLAR

CURSO DE POS-GRADUAÇÃO LATO SENSU em DIREITO FINANCEIRO

NOME DO (A) ALUNO (A): MAGALY NUNES DO NASCIMENTO

TOTAL DE HORAS-AULA: 360 horas presenciais

PERÍODO: Julho de 2005 a Dezembro de 2006.

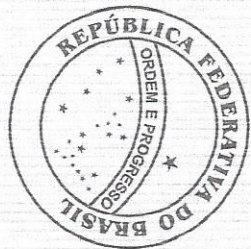
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CONCEITO OBTIDO	FREQÜENCIA (%)	NOME DO PROFESSOR	TITULAÇÃO
DIREITO CONSTITUCIONAL	60h	Aprovado	100	Prof. Ivone Cordeiro Goldner	Especialista
DIREITO ADMINISTRATIVO	60h	Aprovado	100	Prof. Alessandro Dantas Coutinho e Prof. Valério Soares Heringer	Especialistas
DIREITO TRIBUTARIO	60h	Aprovado	100	Prof. Ivone Cordeiro Goldner	Especialista
CONTABILIDADE GERAL	60h	Aprovado	100	Prof. Luiz Roberto Missaglia	Especialista
METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	08h	Aprovado	100	Prof. Lucia de Fátima Assis Rocha	Mestre
METODOLOGIA CIENTIFICA E DA PESQUISA	12h	Aprovado	100	Prof. Ignez Martins Pimenta	Mestre
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS ADMINISTRADOS	20h	Aprovado	83	Prof. Angel Rafael Marinho Castellanos	Doutor
DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO	60h	Aprovado	83	Prof. Leonardo Zehuri Tovar	Mestre
LEGISLAÇÃO E DOGMÁTICA TRIBUTÁRIA	20h	Aprovado	83	Prof. Leonardo Zehuri Tovar	Mestre

Declaro ainda que o (a) referido (a) aluno (a) obteve nota Dez (10) em seu TCC – Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “OS DIREITOS DOS ADMINISTRADOS PERANTE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – UMA QUESTÃO DE CIDADANIA”.

O presente cumpriu todas as disposições da Resolução CNE/CES Nº 1, de 3 de abril de 2001.

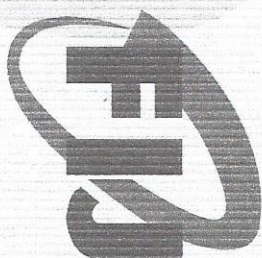
Registrado sob o nº. 233 no livro 01 folha 30 em 17/05/2007





FACULDADES INTEGRADAS DE JACAREPAGUÁ

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 790/93 - DOU 16/02/94
Mantida pela Associação Jacarepaguá de Ensino Superior - AJES
Ladeira da Freguesia, 196, Freguesia - Jacarepaguá - Rio de Janeiro RJ
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CERTIFICADO

MARCELO RODRIGUES DA ROSA

nascido(a) em 16/01/1970, nacionalidade BRASILEIRA, naturalidade CASTELO - ES,

concluiu o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, nível de especialização, em

CONTABILIDADE

área de conhecimento de CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

realizado no período de 04/03/2012 a 04/11/2012, com carga horária de 360 horas.

Rio de Janeiro, 3 de Dezembro de 2012.

Prof. Lilian Maria Soares Noronha
Diretor (a) Geral

Aluno

Prof. Ms. Hércules Pereira
Diretor Acadêmico



Disciplina	Carga Horária	Frequência	Aproveitamento	Nome e Titulação dos Professores
CONTABILIDADE AVANÇADA	60 h	100 %	8,5	ADRIANE VIOLANTE DE CARVALHO RAMOS - MESTRE
CONTABILIDADE BÁSICA	60 h	100 %	8,5	ADRIANE VIOLANTE DE CARVALHO RAMOS - MESTRE
CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA	60 h	100 %	8,5	LUIZ ANNUNZIATA NETO - MESTRE
DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR	60 h	100 %	9,0	AMANDA DE OLIVEIRA VEIGA - MESTRE
INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE	60 h	100 %	8,2	ANDRÉA ALVES SILVEIRA MONTEIRO - MESTRE
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	60 h	100 %	8,5	LUIZ ANNUNZIATA NETO - MESTRE
TOTAL	360 h	—	—	—

Título da Monografia / Orientador(a) / Avaliação:

"A AUDITORIA COMO SUPORTE À AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE ENTIDADES PÚBLICAS" ANDRÉA ALVES SILVEIRA MONTEIRO - MESTRE (Nota: 8,0)

- O presente curso cumpre todas as disposições legais da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/07;
- Certificado expedido nos termos do Art. 7 da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/07 e do Art. 5º do Decreto n.º 5622/05;
- O corpo docente é composto por especialistas, mestres e doutores de acordo com os percentuais previstos no Art. 4º da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/07;
- A Instituição ministra cursos superiores desde 1973;
- Os cursos de Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Inspeção Escolar, estão amparados pelo Art. 64, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n.º 9.394/96, para efeito de expedição de certificados;
- O aproveitamento mínimo é de 70% (setenta por cento) por disciplina;
- A Monografia, obrigatória, é avaliada por banca de professores Mestres e/ou Doutores;
- As FII foram credenciadas para ministrar cursos de Pós-graduação lato sensu, nível de especialização na modalidade a distância, pela Portaria n.º 1617/05-MEC.

Faculdades Integradas de Jacarepaguá - F.I.J.

Diretoria Acadêmica

Sector de Registro Acadêmico

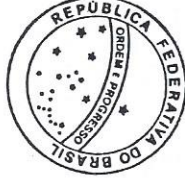
Certificado registrado sob o n.º _____ V10780312002

no livro _____ 04 _____

Rio de Janeiro, _____ 3 de _____ Dezembro _____ de 20 _____

Prof. Ms. Hércules Pereira
Diretor Acadêmico

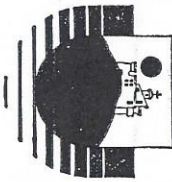




Sociedade Educacional do Espírito Santo - SEDES

Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha

Faculdade de Ciências Contábeis



O **Diretor do Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha**,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Ciências Contábeis
em 18 de dezembro de 1992, confere o título de

Bacharel em Ciências Contábeis
Marcelo Rodrigues

brasileiro(a), natural do estado do Espírito Santo nascido(a) **16 de janeiro de 1970**
filho(a) de **XXX-XXX-XX** e **Osmani Rodrigues**

e outorga-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.
Vila Velha, (ES), 28 de dezembro de 1992.

Deolinda Afonso
Secretária

lles
Emitido

RG n.º 44.668 / 65

Facild Roland
Diretor

Cartão Camburi
Rio Itaboraí, RJ - Avenida Presidente Médici, 161 - Centro - Vila Velha - ES - CEP: 29.070-370 - Tel: (27) 3091.2400
e-mail: atendimento@centrosocial.com.br - www.centrosocial.com.br

AUTENTICAÇÃO - 1 cópia(s)

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original
autenticando-a nos termos do art. 7º, V, da Lei Federal nº 8.936/94.
Vila-ES, 21 de fevereiro de 2017.

WESLEY PEREIRA DE SOUZA - Escrevente Autorizado AUPDS
Seio: 023135 AUNI/60657673/Cod HSR - Cid.: 1 - Emol: R\$ 2,76, Enc: R\$ 0,76
TOTAL: R\$ 3,52 - Consulte a autenticidade em: www.fes.jus.br



03.07

Curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS
 Reconhecido pelo Decreto Federal n.º 83.334 de
 16-04-79 publicado no Diário Oficial da
 União em 17-04-79

Prof. *Rachid Mochamad Chahid* *Dra. Marciana Galvães Loureiro*
 Diretor Secretária Geral

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
 DIPLOMA REGISTRADO SOB O Nº 044/93
 LIVRO 517 FOLHA 44 FOLG. 530 0161/93
 por delegação de competência do Ministério da Educação e
 Cultura nos Termos da Portaria MEC/DAU nº 717/77,
 de 21/10/77,
 Visto (RS) 26 de abril de 1993
Luiz Felipe de
 Diretor da Divisão de Expediente e Registro de Diplomas
Waldemar
 Depto. de Registro e Arquivo Acadêmico

CENTRO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
 DE VILA VELHA VI. 14
 Diploma registrado sob n.º 2936
 no livro n.º 01 folha 58
 do Centro Superior de Ciências Sociais
 de Vila Velha
 Vila Velha, 06 de maio de 93
Wesley Pereira de Souza
 Diretor Geral do Centro

Requisito de Trabalho
 Conselho Superior de Constatação de Exatidão Sênio
 Registrado sob n.º 440 Sessão de 2015
 Registrado em 1993
 Registrado sob o Decreto. Lei n.º 5.295/43 27 de Junho de 1946
Wesley Pereira de Souza
 Secretário
 Visto



cartório
Camburi
 Rua Ildefonso Pereira Mello, 530 - J. Camburi - Vitória/ES - CEP: 29090-370 - Tel: 71-3024-9500
 e-mail: atendimento@cartoriocamburi.com.br www.cartoriocamburi.com.br

AUTENTICACÃO - 1 cópia(s)
 Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original
 autenticando-a nos termos do art. 7º, V, da Lei Federal nº 8.935/94
 Vitória-ES, 21 de fevereiro de 2017.

WESLEY PEREIRA DE SOUZA - Escrevente Autorizado/WPPDS
 Selo: 023135 AUN1606 57672/CodHSR - Qtd: 1 - Emol: R\$ 2,76 Enc: R\$ 0,76
 TOTAL: R\$ 3,52 - Consulte a autenticidade em: www.fesjus.br





UFMG

Departamento de Registro e Controle Acadêmico
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas

HISTÓRICO ESCOLAR
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
CEPEAD

FOTO
3X4

Nome	Marcelo Rodrigues	Nº de Matrícula	9986588
------	-------------------	-----------------	---------

Filiação	Osmarli Rodrigues
----------	-------------------

Nascimento			
Data	Cidade	Estado	País
16/01/1970	Castelo	ES	Brasil

Título de Eleitor			Carteira de Identidade/Passaporte	
Número	Zona	Seção	Número	Emissor
[REDACTED]	001	0517	[REDACTED]	CRC/ES

Documento Militar			
Categoria	Número	Região	Circunscrição
Cert. Disp. Inc	03-002-221824-9		3ª

Curso de Graduação		
Denominação		Ano de Conclusão
Ciências Contábeis		1992
Estabelecimento		Cidade
CSCS de Vila Velha		Vila Velha
		Estado/País
		ES/Brasil

NÍVEL	MESTRADO	DOUTORADO	
Forma de Admissão	(X)Seleção ()Transferência	Data	()Seleção ()Transferência
		17/03/1999	
Língua Estrangeira	Idioma	Data da aprovação	Idioma
		17/03/1999	Data da aprovação
Area de Concentração	Mercadologia e Administração Estratégica		
Nome do Orientador	Antônio Artur de Souza		

Título da Tese/Dissertação	AVALIAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	
Comissão Examinadora	Prof. Antonio Arthur de Souza Dr. (DAD/UEM) Prof. Ivan Beck Ckagnazaroff Dr. (CEPEAD/UFMG) Prof. Jorge Katsumi Niyama Dr. (DCC/UNB)	
Aprovação	Data da defesa	Data da defesa
	12/03/2001	
Secretária	Data	Assinatura
Coordenador	Data	Assinatura



ANO	PERÍODO	DISCIPLINAS	CLAS	C.H.	CR.	NOTA	CONC.
1999	1º	EST811 - Tópicos em Estatística	OB	45	3	95	A
1999	1º	CAD878 - Métodos e Técnicas de Pesquisa	OB	30	2	91	A
1999	1º	CAD879 - Evolução das Teorias em Organizações	OB	30	2	85	B
1999	1º	CAD893 - Recursos Humanos em Organizações	OB	30	2	88	B
1999	1º	CAD894 - Marketing em Organizações	OB	30	2	90	A
1999	1º	CAD895 - Finanças em Organizações	OB	30	2	90	A
1999	1º	CAD903 - Gerência de Produção	OB	30	2	80	B
1999	2º	CAD880 - Marketing e Função Diretiva	OP	30	2	90	A
1999	2º	CAD881 - Análise e Projeto de Sistemas de Apoio à Decisão	OP	30	2	88	B
1999	2º	CAD864 - Os Mercados e o Comportamento do Consumidor	OP	30	2	80	B
1999	2º	CAD883 - Política e Gestão Financeira	OP	30	2	81	B
1999	2º	CAD867 - Gerência de Produtos	OP	30	2	90	A
1999	2º	CAD852 - Política e Estratégia Empresarial	OP	30	2	98	A
2000	1º	CAD807 - Pesquisa em Administração	OB	30	2	93	A
2000	1º	CAD849 - Seminário em Administração (Contabilidade Gerencial)	OP	30	2	85	B
2000	1º	CAD902 - Seminário de Dissertação (B)	OB	30	2	90	A
2000	1º	CAD891 - Estratégia Financeira de Empresas	OP	30	2	80	B
2000	1º	CAD849 - Seminário em Administração (Mercado de Capitais e Derivativos)	OP	30	2	82	B
TOTAL				555	37		



Observação

CONVENÇÃO

Classificação das Disciplinas	Tradução dos Conceitos	
	Créditos obtidos até 30/07/90	Créditos obtidos após 30/07/90
EL - Eletiva	A - Excelente..... (90 a 100 pontos)	A - Excelente..... (90 a 100 pontos)
LE - Legislação Especial	B - Bom..... (75 a 89 pontos)	B - Ótimo..... (80 a 89 pontos)
OB - Obrigatória	C - Regular..... (60 a 74 pontos)	C - Bom..... (70 a 79 pontos)
OP - Optativa	D - Insuficiente..... (40 a 59 pontos)	D - Regular..... (60 a 69 pontos)
	E - Rendimento nulo..... (0 a 39 pontos)	E - Fraco..... (40 a 59 pontos)
		F - Rendimento nulo..... (0 a 39 pontos)
	Considera-se aprovado o aluno que obtiver conceito A, B ou C	Considera-se aprovado o aluno que obtiver conceito A, B, C ou D
	Cada crédito corresponde a 15 hora-aula ou 30 horas de trabalho prático	Cada crédito corresponde a 15 hora-aula teóricas ou práticas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

HISTORICO ESCOLAR

MATRICULA = 95201092 - 2

NOME = MARCELO RODRIGUES

CURSO = 99 - CURSO P/ ALUNO ESPECIAL

SITUACAO =

PER.	DISC.	NOME DA DISCIPLINA	CRED	CHS	NOTA	SF	PER.	DISC.	NOME DA DISCIPLINA
------	-------	--------------------	------	-----	------	----	------	-------	--------------------

95/2	DIR00299	INTROD AD ESTUDO DO DIREITO II	4	60	****	RF	95/2	DIR00309	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO
------	----------	--------------------------------	---	----	------	----	------	----------	-------------------------------



04.15

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO HISTORICO ESCOLAR

1 = 95201092 - 2

MARCELO RODRIGUES

99 - CURSO P/ ALUNO ESPECIAL

SITUACAO = ***

CURRÍCULO

C.	NOME DA DISCIPLINA	CRED	CHS	NOTA	SF	PER.	DISC.	NOME DA DISCIPLINA
----	--------------------	------	-----	------	----	------	-------	--------------------

CRED

0299	INTROD AD ESTUDO DO DIREITO II	4	60	****	RF	95/2	DIR00309	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO
------	--------------------------------	---	----	------	----	------	----------	-------------------------------





Centro Universitário Vila Velha
Espírito Santo



Certificado

© Centro Universitário Vila Velha certifica que

Magaly Aunes do Nascimento,

brasileira, natural do Estado do Espírito Santo, nascida a os de maio de 1968,
RG n.º 803.894 - ES,

concluiu o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*,
em nível de Especialização, em Contabilidade e Auditoria Pública,
com 360 horas, realizado no período de 21 de outubro de 2006 a 31 de maio de 2008.

Vila Velha-ES, 15 de agosto de 2008

Manoel Eccliliano Salles de Almeida
Reitor

Loos das Neves

Danielle de Oliveira Bressiani
Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão



CENTRO UNIVERSITÁRIO VILA VELHA
Credenciado pelo Decreto Presidencial de 26/03/2001
(DOU de 27/03/2001)
Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, em Contabilidade e Auditoria Pública, foi aprovado pela Resolução CONSU n.º 010 de 14/06/2006.

Registro n.º 193 Folha n.º 193
Livro de Certificado n.º 0108

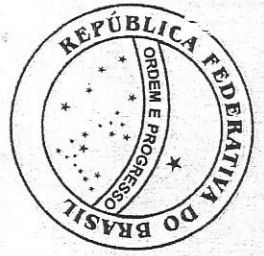
Faz parte integrante deste Certificado a declaração de conclusão de curso, onde estão especificadas as determinações da Resolução CNE/CES n.º 01 de 08/06/2007.

Vila Velha-ES, 19 de setembro de 2008.

Secretária Geral de Pós-Graduação


Vera Lucia Otonari Schmitt
Secretária





FACULDADES INTEGRADAS DE JACAREPAGUÁ

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 790/93 - DOU 16/02/94
Mantida pela Associação Jacarepaguá de Ensino Superior - AIES
Ladeira da Freguesia, 196, Freguesia - Jacarepaguá - Rio de Janeiro RJ
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CERTIFICADO

MARCELO RODRIGUES

nascido(a) em 16/01/1970, nacionalidade BRASILEIRA, naturalidade ESPÍRITO SANTO

concluiu o curso de Pós-Graduação Lato Sensu, nível de especialização, em

DIREITO TRIBUTÁRIO

área de conhecimento de LEGISLAÇÕES E ORGANIZAÇÕES

realizado no período de 21/07/2007 a 14/03/2008, com carga horária de 360 horas.

Rio de Janeiro, 20 de Março de 2008.



Prof.ª Ms. Angela Mercedes G. Jorge,
Diretora Geral

Aluno

Prof. Ms. Hércules Pereira
Diretor Acadêmico



Disciplina	Carga Horária	Frequência	Aproveitamento	Nome e Titulação dos Professores
DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR	60 h	100 %	9,0	ENV MANSO LUZ - MESTRE
FINANÇAS E CONTROLE	60 h	100 %	8,5	WESLEY PINTO DA SILVA - MESTRE
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTIFICO	60 h	100 %	9,0	ELTON PALMEIRA BRANDÃO - DOUTOR
PROCESSO TRIBUTÁRIO	60 h	100 %	8,7	ACIR BARBOSA - DOUTOR
TEORIA DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA	60 h	100 %	8,5	ACIR BARBOSA - DOUTOR
TEORIA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO	60 h	100 %	8,5	WALTER JOSÉ GUIMARÃES - MESTRE
TOTAL	360 h	—	—	—

Título da Monografia / Orientador(a) / Avaliação:

" ANÁLISE DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO ICMS : UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA , ESTADO DO ESPÍRITO SANTO " JOÃO WELLINGTON FIGUEIREDO DE ASSIS - MESTRE (Nota: 9,0)

- O presente curso cumpre todas as disposições legais da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/07
- Certificado expedido nos termos do Art. 7 da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/07 e do Art. 5º do Decreto n.º 5622/05;
- O corpo docente é composto por especialistas, mestres e doutores de acordo com os percentuais previstos no Art. 4º da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/07;
- A Instituição ministra cursos superiores desde 1973;
- Os cursos de Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Inspeção Escolar, estão amparados pelo Art. 64, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n.º 9.394/96, para efeito de expedição de certificados;
- O aproveitamento mínimo é de 70% (setenta por cento) por disciplina;
- A frequência mínima é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária destinada a cada disciplina, tanto nos cursos ministrados na modalidade a distância como na modalidade presencial;
- A Monografia, obrigatória, é avaliada por banca de professores Mestres e/ou Doutores;
- As FII foram credenciadas para ministrar cursos de Pós-graduação lato sensu, nível de especialização na modalidade a distância, pela Portaria n.º 1617/05-MEC.

Faculdades Integradas de Jacarepaguá-FIJ

Diretoria Acadêmica

Sector de Registro Acadêmico

Certificado registrado sob o n.º GR0100707006

no livro 04

Rio de Janeiro, 20 de Março de 2008

Prof. Ms. Hércules Pereira
Diretor Acadêmico

Selo de Fiscalização
 ATOS DE NOTAS E REGISTROS
 PODER JUDICIÁRIO
 Estado do Espírito Santo
 20 AGO. 2008
 Em testemunho da verdade.





Departamento de Registro e Controle Acadêmico
 Universidade Federal de Minas Gerais
 Faculdade de Ciências Econômicas

FOTO
3X4

HISTÓRICO ESCOLAR
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
CEPEAD

Nome	Marcelo Rodrigues	Nº de Matrícula	9986588
------	-------------------	-----------------	---------

Filiação	Osmarli Rodrigues
----------	-------------------

Nascimento			
Data	Cidade	Estado	País
16/01/1970	Castelo	ES	Brasil

Título de Eleitor		Carteira de Identidade/Passaporte	
Número	Zona	Seção	Emissor
[REDACTED]	001	0517	CRC/ES

Documento Militar			
Categoria	Número	Região	Circunscrição
Cert. Disp. Inc	[REDACTED]		3ª

Curso de Graduação		
Denominação		Ano de Conclusão
Ciências Contábeis		1992
Estabelecimento	Cidade	Estado/País
CSCS de Vila Velha	Vila Velha	ES/Brasil

NÍVEL	MESTRADO	DOUTORADO	
Forma de Admissão	(X)Seleção ()Transferência	()Seleção ()Transferência	Data
			17/03/1999
Língua Estrangeira	Idioma	Idioma	Data da aprovação
	Inglês		17/03/1999
Area de Concentração	Mercadologia e Administração Estratégica		
Nome do Orientador	Antônio Artur de Souza		

Título da Tese/Dissertação	AVALIAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
----------------------------	---	--	--

Comissão Examinadora	Prof. Antonio Arthur de Souza Dr. (DAD/UEM) Prof. Ivan Beck Ckagnazaroff Dr. (CEPEAD/UFMG) Prof. Jorge Katsumi Niyama Dr. (DCC/UNB)	 Selo de Fiscalização ATOS DE NOTAS E REGISTROS PODER JUDICIÁRIO Estado do Espírito Santo AUTENTICAÇÃO 20 AGO 2009 ALL-51493	 Certifico e dou fé que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticada nos termos do Dec. Lei 2148 de 25/04/1990.
----------------------	--	--	---

Aprovação	Data da defesa	12/03/2001	Data da defesa
Secretária	Data	[Assinatura]	Assinatura
Coordenador	Data	[Assinatura]	Assinatura



ANO	PERÍODO	DISCIPLINAS	CLAS	C.H.	CR.	NOTA	CONC.
1999	1º	EST811 - Tópicos em Estatística	OB	45	3	95	A
1999	1º	CAD878 - Métodos e Técnicas de Pesquisa	OB	30	2	91	A
1999	1º	CAD879 - Evolução das Teorias em Organizações	OB	30	2	85	B
1999	1º	CAD893 - Recursos Humanos em Organizações	OB	30	2	88	B
1999	1º	CAD894 - Marketing em Organizações	OB	30	2	90	A
1999	1º	CAD895 - Finanças em Organizações	OB	30	2	90	A
1999	1º	CAD903 - Gerência de Produção	OB	30	2	80	B
1999	2º	CAD880 - Marketing e Função Diretiva	OP	30	2	90	A
1999	2º	CAD881 - Análise e Projeto de Sistemas de Apoio à Decisão	OP	30	2	88	B
1999	2º	CAD864 - Os Mercados e o Comportamento do Consumidor	OP	30	2	80	B
1999	2º	CAD883 - Política e Gestão Financeira	OP	30	2	81	B
1999	2º	CAD867 - Gerência de Produtos	OP	30	2	90	A
1999	2º	CAD852 - Política e Estratégia Empresarial	OP	30	2	98	A
2000	1º	CAD807 - Pesquisa em Administração	OB	30	2	93	A
2000	1º	CAD849 - Seminário em Administração (Contabilidade Gerencial)	OP	30	2	85	B
2000	1º	CAD902 - Seminário de Dissertação (B)	OB	30	2	90	A
2000	1º	CAD891 - Estratégia Financeira de Empresas	OP	30	2	80	B
2000	1º	CAD849 - Seminário em Administração (Mercado de Capitais e Derivativos)	OP	30	2	82	B
TOTAL						555	37



Certifico e dou fé que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 2º do Dec. Lei 2148 de 25/04/1940.

Observação



Selo de Fiscalização
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
PODER JUDICIÁRIO
Estado do Espírito Santo
AUTENTICAÇÃO
CARTÓRIO
0621
R. 3º
ALL 61492

20 AGO 2023

Testemunho..... da verdade
Tabela de Testemunho

CONVENÇÃO

Tradução dos Conceitos

Classificação das Disciplinas

EL - Eletiva

LE - Legislação Especial

OB - Obrigatória

OP - Optativa

Créditos obtidos até 30/07/90

A - Excelente..... (90 a 100 pontos)
B - Bom..... (75 a 89 pontos)
C - Regular..... (60 a 74 pontos)
D - Insuficiente..... (40 a 59 pontos)
E - Rendimento nulo..... (0 a 39 pontos)

Considera-se aprovado o aluno que obtiver conceito A, B ou C

Cada crédito corresponde a 15 hora-aula ou 30

horas de aula

Créditos obtidos após 30/07/90

A - Excelente..... (90 a 100 pontos)
B - Ótimo..... (80 a 89 pontos)
C - Bom..... (70 a 79 pontos)
D - Regular..... (60 a 69 pontos)
E - Fraco..... (40 a 59 pontos)
F - Rendimento nulo..... (0 a 39 pontos)

Considera-se aprovado o aluno que obtiver conceito A, B, C ou D

Cada crédito corresponde a 15 hora-aula



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonlirte.com.br/autenticidade> com o identificador 310034003500370032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 46

03.02

FUBAE - Fundação Brasileira de Assistência e Educação
Faculdades Integradas Espírito Santense
CEPEC - Centro de Pós-Graduação, Especialização e Cultura

Declaro que MARCELO RODRIGUES

Matrícula nº 94140030 concluiu o Curso de Pós - Graduação, a nível de especialização em AUDITORIA

CONTÁBIL no total de 384 horas/aula, tendo sido o certificado registrado

sob nº 1625 às fls. 0172 do livro. 03




Selo de Fiscalização
 ATOS DE NOTAR E REGISTRO
 PODER JUDICIÁRIO
 Estado do Espírito Santo
AUTENTICAÇÃO
 ALL 6
 CARTEIRÃO DE NOTAR
 P. CARTEIRÃO DE NOTAR
 Nº 1013
 7 0 AGO. 2009
 Em testemunho..... da verdade.
 Tabelião Escrivão

HISTÓRICO ESCOLAR

DISCIPLINAS E DOCENTES	CARGA HORÁRIA	MÉDIA	PERÍODO
DIDÁTICA HILDA LOBÔ DA SILVA MESTRE EM EDUCAÇÃO	60H	9,0	01/03/94 A 24/03/94
METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA I GERALDO LAVAGNOLI FILHO MESTRE DE ARTES EM EDUCAÇÃO	32H	10,0	02/05/94 A 12/05/94
FUNDAMENTOS DA AUDITORIA JOSÉ MAURÍCIO D'ISEP COSTA ESPECIALISTA EM AUDITORIA CONTÁBIL	16H	7,0	01/08/94 A 04/08/94
O PERFIL DO AUDITOR WLADIMIR FIRME ZANOTTI BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	12H	10,0	08/08/94 A 10/08/94
A AUDITORIA - CONCEITOS E APLICAÇÕES TEREZA CECÍLIA BRUNELLI MESTRE EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	40H	10,0	17/08/94 A 05/09/94
A AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO ANGÉLICA CURRY EVANGELISTA ROCHA ESPECIALISTA EM ADMINISTRAÇÃO	32H	9,0	12/09/94 A 22/09/94
PRÁTICA DA AUDITORIA CARLOS ALBERTO HANSEN BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	72H	9,5	26/09/94 A 26/10/94



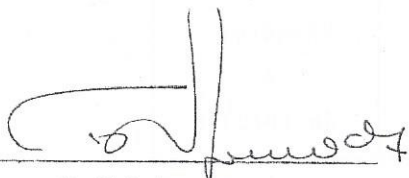
HISTÓRICO ESCOLAR
CONTINUAÇÃO

DISCIPLINAS E DOCENTES	CARGA HORÁRIA	MÉDIA	PERÍODO
METODOLOGIA PESQUISA CIENTÍFICA II GERALDO LAVAGNOLI FILHO MESTRE EM ARTES EM EDUCAÇÃO	120H	10,0	16/05/94 A 30/10/94
MONOGRAFIA GERALDO LAVAGNOLI FILHO MESTRE DE ARTES EM EDUCAÇÃO	-	APROV.	-
			
<p>7 0 AGO. 2009</p> <p>em testemunho..... da verdade.</p> <p>Tabellião Escrivão</p>			
<p>CARVALHO TEIXEIRA PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO F.D.P. 329-021</p> <p>Certifico e dou fé que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 2º do Dec. Lei 2148 de 25/04/1940. Vila Velha/ES</p>			

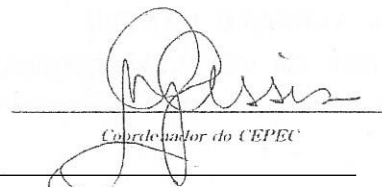
1 - Critério de Avaliação: Média 7 (sete) por disciplina.

2 - O curso foi realizado no período de 01/03 a 30/10/94 tendo sido observadas as determinações constantes na Lei Federal n.5.510/68 e Resolução 12/83, do Conselho Federal de Educação.

Vitória (ES) 30 de OUTUBRO de 1994



Faculdades Integradas
Diretor geral



Coordenador do CEPEC



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310034003500370032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

SOCIEDADE EDUCACIONAL DO ESPÍRITO SANTO - SEDES/UVV-ES
CENTRO UNIVERSITÁRIO VILA VELHA
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO



HISTÓRICO ESCOLAR

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU" ESPECIALIZAÇÃO EM MBA – GESTÃO EMPRESARIAL/NEGÓCIOS

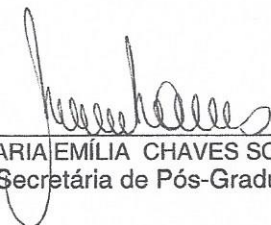
Nome: MARCELO RODRIGUES		Matrícula n.º 200517100	
Filiação: OSMARLI RODRIGUES			
Nascimento (local e data): Castelo-ES 16/01/1970			
Cart. de Identidade	Número: [REDACTED]	Órgão Expedidor: CRC-ES	Data: 06/06/1994

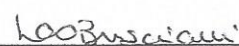
PÓS-GRADUAÇÃO	Curso: MBA – GESTÃO EMPRESARIAL/NEGÓCIOS		
	Nível: ESPECIALIZAÇÃO		
Duração do Curso Pós-Graduação	Início: 06/04/2004	Conclusão: 20/09/2005	Carga Horária: 360 h/a
Requisitos para Aprovação	Disciplinas: Nota igual ou superior a 7,0 (sete)		
	Trabalho final: Nota igual ou superior a 7,0 (sete)		
	Frequência Mínima: 75% (setenta e cinco por cento)		

DECLARAÇÃO

Declaramos que o curso de PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU" MBA GESTÃO EMPRESARIAL/NEGÓCIOS, promovido pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO VILA VELHA, através da DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, foi aprovado pela Resolução nº 004/2004 do CONSU e cumpriu as disposições da Resolução CNE/CES nº. 01/2001.

Vila Velha – ES, 11 de novembro de 2006.


MARIA EMÍLIA CHAVES SCHIMMEL
Secretária de Pós-Graduação


DANIËLLE DE OLIVEIRA BRESCIANI
Diretora de Pós-Graduação





Nome do Aluno: MARCELO RODRIGUES

Curso: MBA – GESTÃO EMPRESARIAL/NEGÓCIOS

DISCIPLINAS	CH	NOTA	CORPO DOCENTE	TITULAÇÃO
Globalização e Modernidade	24	8,00	Daniele de Oliveira Bresciani	Mestre
As Organizações	24	8,00	Mauri Rodrigues	Mestre
Comunicação Organizacional	12	8,00	Maria Cristina Dadalto	Mestre
Cultura, Poder e Ética nas Organizações	12	8,50	Beatriz Kroling	Doutora
Estratégia Empresarial	24	9,80	Antonio Marcus Machado Carvalho	Mestre
Estratégia de Informação	12	8,80	Teresa Cristina Janes Carneiro	Mestre
Processo Decisório	12	9,00	Isabel Cristina Carpi Girão	Mestre
Conjuntura Econômica e Análise Política	24	8,50	Angelo José D'Ambrósio	Mestre
Administração Financeira	36	8,50	Dilson Gomes	Especialista
Logística Empresarial	12	8,00	Alessandra Fraga Dubke	Doutoranda
Programas e Planos de Marketing	12	9,00	Renato Miranda	Mestre
Marketing de Produtos e Serviços	12	9,00	Sílvia Elena Binda Pasquale	Mestre
Marketing de Relacionamento	12	8,50	Cezar Augusto Itaborahy	Mestre
Marketing Internacional	12	10,00	Angelo José D'Ambrósio	Mestre
Comportamento Humano no Trabalho	24	8,80	Ralph Quelotti	Especialista
Gerenciamento e Liderança	12	9,70	Isabel Cristina Carpi Girão	Mestre
Gerenciamento de Pessoas	24	8,70	Valesca Oliveira Falqueto	Especialista
Comportamento Organizacional	24	9,00	Márcia Valéria Ferreira de Carvalho	Mestre
Metodologia da Pesquisa Científica e Orientação ao Trabalho Final	36	9,10	Rachel Maria Baião Duemke	Mestre

Médias nas Disciplinas e/ou Atividades: 8,78

Média no trabalho final: 10,0

Título: A auditoria como suporte à avaliação de desempenho de entidades públicas.

Média global: 9,39





República Federativa do Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

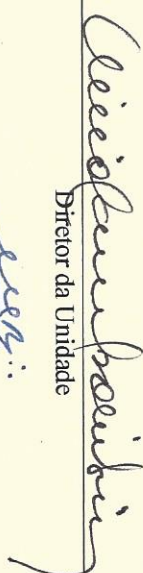
O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo em vista o termo de colação de grau de **Marcelo Rodrigues,** expede-lhe o presente diploma de **Mestre em Administração,** área de concentração **Mercadologia e Administração Estratégica.**

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2001.


Reitor

R. Benin.
Pró-Reitor de Pós-Graduação




Diretor da Unidade


Diplomado



DIPLOMADO: Marcelo Rodrigues

Filiação: xxxxxxxxxxxxxxxx

Osmari Rodrigues

Data de nascimento: 16 de janeiro de 1970.

Naturalidade: Castelo/Espírito Santo

Nacionalidade: Brasileira

Documento de Identidade: ES-007440/0-0

Órgão Emissor: CRC/ES


Data da defesa: 12 de março de 2001.

Curso de Pós-Graduação em Administração, nível Mestrado

Curso reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação através do parecer nº 930/98, homologado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto e publicado no Diário Oficial da União em 30/12/1998.


Setor de Expedição de Diplomas/PRPG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DIPLOMA REGISTRADO POR DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CULTURA, NOS TERMOS DAS PORTARIAS
DAU N.º 71 DE 21/10/77 E SESU N.º 30 DE 23/08/79
SOB O N.º 0760 LVR. P.R.-5 FLS. 76. ✓
PROG 23072 027438101.00
SELO HORIZONTE, 13 maio 2002.


LUIZ ANTONIO ALMEIDA DE OLIVEIRA

Diretor da Divisão de Registro



ANA LÚCIA RIBEIRO DINIZ

Diretora do Departamento de Registro e Controle Acadêmico





Departamento de Registro e Controle Acadêmico
 Universidade Federal de Minas Gerais
 Faculdade de Ciências Econômicas
HISTÓRICO ESCOLAR
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
CEPEAD

FOTO
3X4

Nome	Marcelo Rodrigues	Nº de Matrícula	9986588
------	-------------------	-----------------	---------

Filiação	Osmarli Rodrigues
----------	-------------------

Nascimento			
Data	Cidade	Estado	País
16/01/1970	Castelo	ES	Brasil

Título de Eleitor		Carteira de Identidade/Passaporte	
Número	Zona	Seção	Número
[REDACTED]	001	0517	[REDACTED]
		Emissor	
		CRC/ES	

Documento Militar			
Categoria	Número	Região	Circunscrição
Cert. Disp. Inc	03-002-221824-9		3ª

Curso de Graduação		
Denominação		Ano de Conclusão
Ciências Contábeis		1992
Estabelecimento		Cidade
CSCS de Vila Velha		Vila Velha
		Estado/País
		ES/Brasil

NÍVEL	MESTRADO	DOUTORADO	
Forma de Admissão	(X)Seleção ()Transferência	Data	()Seleção ()Transferência
		17/03/1999	Data
Língua Estrangeira	Idioma	Data da aprovação	Data da aprovação
	Inglês	17/03/1999	Data da aprovação
Area de Concentração	Mercadologia e Administração Estratégica		
Nome do Orientador	Antônio Artur de Souza		

Título da Te-se/Dissertação	AVALIAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
Comissão Examinadora	Prof. Antonio Arthur de Souza Dr. (DAD/UEM) Prof. Ivan Beck Ckagnazaroff Dr. (CEPEAD/UFMG) Prof. Jorge Katsumi Niyama Dr. (DCC/UNB)		
Aprovação	Data da defesa	12/03/2001	Data da defesa
Secretária	Data		Assinatura
Coordenador	Data		Assinatura



ANO	PERÍODO	DISCIPLINAS	CLAS	C.H.	CR.	NOTA	CONC.
1999	1º	EST811 - Tópicos em Estatística	OB	45	3	95	A
1999	1º	CAD878 - Métodos e Técnicas de Pesquisa	OB	30	2	91	A
1999	1º	CAD879 - Evolução das Teorias em Organizações	OB	30	2	85	B
1999	1º	CAD893 - Recursos Humanos em Organizações	OB	30	2	88	B
1999	1º	CAD894 - Marketing em Organizações	OB	30	2	90	A
1999	1º	CAD895 - Finanças em Organizações	OB	30	2	90	A
1999	1º	CAD903 - Gerência de Produção	OB	30	2	80	B
1999	2º	CAD880 - Marketing e Função Diretiva	OP	30	2	90	A
1999	2º	CAD881 - Análise e Projeto de Sistemas de Apoio à Decisão	OP	30	2	88	B
1999	2º	CAD864 - Os Mercados e o Comportamento do Consumidor	OP	30	2	80	B
1999	2º	CAD883 - Política e Gestão Financeira	OP	30	2	81	B
1999	2º	CAD867 - Gerência de Produtos	OP	30	2	90	A
1999	2º	CAD852 - Política e Estratégia Empresarial	OP	30	2	98	A
2000	1º	CAD807 - Pesquisa em Administração	OB	30	2	93	A
2000	1º	CAD849 - Seminário em Administração (Contabilidade Gerencial)	OP	30	2	85	B
2000	1º	CAD902 - Seminário de Dissertação (B)	OB	30	2	90	A
2000	1º	CAD891 - Estratégia Financeira de Empresas	OP	30	2	80	B
2000	1º	CAD849 - Seminário em Administração (Mercado de Capitais e Derivativos)	OP	30	2	82	B
TOTAL					555	37	



Observação

CONVENÇÃO

Classificação das Disciplinas	Tradução dos Conceitos	
	Créditos obtidos até 30/07/90	Créditos obtidos após 30/07/90
EL - Eletiva	A - Excelente..... (90 a 100 pontos)	A - Excelente..... (90 a 100 pontos)
LE - Legislação Especial	B - Bom..... (75 a 89 pontos)	B - Ótimo..... (80 a 89 pontos)
OB - Obrigatória	C - Regular..... (60 a 74 pontos)	C - Bom..... (70 a 79 pontos)
OP - Optativa	D - Insuficiente..... (40 a 59 pontos)	D - Regular..... (60 a 69 pontos)
	E - Rendimento nulo..... (0 a 39 pontos)	E - Fraco..... (40 a 59 pontos)
		F - Rendimento nulo..... (0 a 39 pontos)
	Considera-se aprovado o aluno que obtiver conceito A, B ou C	Considera-se aprovado o aluno que obtiver conceito A, B, C ou D
	Cada crédito corresponde a 15 hora-aula ou 30 horas de trabalho prático	Cada crédito corresponde a 15 hora-aula teóricas ou práticas



03.07



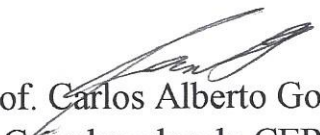
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO
 Rua Curitiba 832 11º andar - Centro
 30170-120 - BH/MG
 Fone: (31) 3279-9050 / (31) 3279-9129 - Fax: (31) 3272-1157

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os devidos fins a que se destina, que MARCELO RODRIGUES concluiu, no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, o Curso de Mestrado na área de Mercadologia e Administração Estratégica, tendo apresentado para obtenção do Grau de Mestre, a dissertação sob o título "Avaliação da Auditoria Interna do Governo do Estado do Espírito Santo".

A dissertação foi aprovada por uma Comissão Examinadora habilitada em 12 de Março de 2001.

Belo Horizonte, 20 de Abril de 2001


 Prof. Carlos Alberto Gonçalves
 Coordenador do CEPEAD






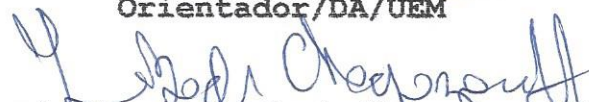
Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração - CEPEAD

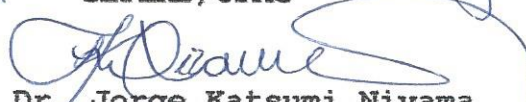
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO CONVÊNIO INTERINSTITUCIONAL entre CEPEAD/UFMG-CEPG-SEDES/UVV/ES do senhor **MARCELO RODRIGUES**, REGISTRO Nº 021/2000. Às 9:00 horas do dia 12 do mês de março de 2001, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração - CEPEAD em 12 de fevereiro de 2001, para julgar o trabalho final intitulado "**Avaliação da Auditoria Interna do Governo do Estado do Espírito Santo**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, área de **MERCADOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Antônio Artur de Souza após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se à arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

- Prof. Dr. Antônio Artur de Souza **APROVADO**
- Prof. Dr. Ivan Beck Ckagnazaroff **APROVADO**
- Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama **APROVADO**

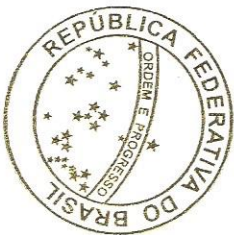
Pelas indicações, o candidato foi considerado **APROVADO**. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinado por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 12 de março de 2001.


Prof. Dr. Antônio Artur de Souza
Orientador/DA/UEM


Prof. Dr. Ivan Beck Ckagnazaroff
CEPEAD/UFMG


Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama
DCC/UNB





Centro Universitário Vila Velha

Espírito Santo



Certificado

O Centro Universitário Vila Velha certifica que

Marcelo Rodrigues,

filho de Osmarli Rodrigues,

concluiu o Curso de Pós-Graduação MBA em Gestão Empresarial/Redócios,
com 360 horas, realizado no período de 17 de setembro de 2004 a 06 de maio de 2006.

Vila Velha-ES, 28 de outubro de 2006

Manoel Scitiano Salles de Almeida
Reitor

Danielle de Oliveira Bressiani
Diretora de Pós-Graduação



CENTRO UNIVERSITÁRIO VILA VELHA
Diretoria de Pós-Graduação

O Curso de Pós-Graduação MBA em
Gestão Empresarial/Negócios foi aprovado
pela Resolução CONSU n.º 023 de 06/12/2001.

Registro n.º 064 Folha n.º 064

Livro de Certificado n.º 02/06

Faz parte integrante deste Certificado a declaração
de conclusão de curso, onde estão especificadas as
determinações da Resolução 01/01 do CNE/CES.

Vila Velha-ES, 19 de dezembro de 2006.

Secretária Geral de Pós-Graduação


Maria Brúlia Cavari Schimidt
Secretária





FACULDADES INTEGRADAS DE JACAREPAGUÁ

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 790/93 - DOU 16/02/94
Maniida pela Associação Jacarepaguá de Ensino Superior – AJES
Ladeira da Freguesia, 196, Freguesia - Jacarepaguá - Rio de Janeiro RJ
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CERTIFICADO

MARCELO RODRIGUES

nascido(a) em 16/01/1970, nacionalidade Brasileira, naturalidade Espírito Santo

concluiu o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, nível de especialização, em

Gestão Pública

área do conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas

realizado no período de 11/10/2005 a 29/08/2006, com carga horária de 360 horas.

Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 2006.

Diretor Geral

Prof.ª Msc. Angela Mercedes G. Jorge
Diretora Geral

Aluno

Diretor Acadêmico

Prof.º Msc. Hércules Pereira
Diretor Acadêmico



Disciplina	Carga Horária	Frequência	Aproveitamento	Nome e Titulação dos Professores
Metodologia do Trabalho Científico	60 h	100%	80	Sirléia Silva Reis - Doutora
Didática do Ensino Superior	60 h	100%	90	Elton Palmeira Brandão - Doutor
Políticas Públicas	60 h	100%	95	José Ferreira Lopes - Especialista
Administração Pública	60 h	100%	95	Paulo Roberto Moreira da Costa - Mestre
Gestão Financeira e Orçamentária Pública	60 h	100%	100	Andrea Alves Silveira Monteiro - Mestre
Lei de Responsabilidade Fiscal	60 h	100%	100	Walter José Guimarães - Mestre
TOTAL	360	—	—	—

Título da Monografia / Orientador(a) / Avaliação:

" A Auditoria Como Suporte À Avaliação de Desempenho de Entidades Públicas" - Wesley Pinto da Silva - Mestre (Nota: 10,0 Dez)

Regime e Critérios de Avaliação Adotados:

- A Instituição ministra cursos superiores desde 1973;
- Os cursos de Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Inspeção Escolar, estão amparados pelo Art. 64, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei 9.394/96, para efeito de expedição de certificados;
- O corpo docente é composto por especialistas, mestres e doutores de acordo com o percentual previsto no Art. 9.º da Res. N.º 01/2001 - CNE/CES/MEC;
- O presente curso cumpre todas as disposições da Resolução N.º 01/2001 - CNE/CES/MEC;
- O aproveitamento mínimo é de 70% (setenta por cento) por disciplina;
- A frequência mínima é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária destinada a cada disciplina, tanto nos cursos ministrados na modalidade a distância como na modalidade presencial;
- A Monografia é obrigatória e avaliada por banca composta de professores com o título de Mestre e/ou Doutor;
- As FIIJ foram credenciadas para ministrar cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, nível de especialização na modalidade a distância, pela Portaria Nº1617/05-MEC.

Faculdades Integradas de Jacarepaguá

Direção Acadêmica

Sector de Registro Acadêmico

Certificado registrado sob o n.º 080468

no livro 3

Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 2006

Prof.º Msc. Hércules Peres
Diretor Acadêmico






FACULDADES INTEGRADAS DE JACAREPAGUÁ

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 790/93 - DOU 16/02/94
Mantida pela Associação Jacarepaguá de Ensino Superior - AIES
Ladeira da Freguesia, 196, Freguesia - Jacarepaguá - Rio de Janeiro RJ
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CERTIFICADO

MARCELO RODRIGUES

nascido(a) em 16/01/1970, nacionalidade Brasileira, naturalidade Espírito Santo,

concluiu o curso de Pós-Graduação Lato Sensu, nível de especialização, em

Gestão de Recursos Humanos

área do conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas

realizado no período de 02/06/2006 a 02/02/2007, com carga horária de 360 horas.

Rio de Janeiro, 27 de Março de 2007.

Diretor Geral


Prof^o Msc. Angela Mercedes G. Jorge
DIRETOR GERAL

Aluno

Diretor Acadêmico

Prof^o Msc. Hércules Pereira
DIRETOR ACADÊMICO



Disciplina	Carga Horária	Frequência	Aproveitamento	Nome e Titulação dos Professores
Metodologia do Trabalho Científico Didática do Ensino Superior Planejamento Estratégico Aplicado as Organizações Psicologia Social Gestão de Recursos Humanos Jogos Aplicados ao Treinamento	60 h 60 h 60 h 60 h 60 h 60 h	100% 100% 100% 100% 100% 100%	9,0 9,0 9,5 9,5 9,5 9,5	Elton Palmeira Brandão - Doutor Ery Manso Luz - Mestre Luiz Annunziata Neto - Mestre Gláucia Pereira Braga - Mestre Janimar Lima Neves - Mestre Wesley Pinto da Silva - Mestre
TOTAL	360	—	—	—
<p>Título da Monografia / Orientador(a) / Avaliação:</p> <p>"Gestão de Pessoas na Administração Pública: A Importância do Trabalho em Equipes para Promover Servidores Eficazes e Capacitados"</p> <p>Luiz Annunziata Neto - Mestre (Nota: 9,0 Nove)</p>				
<ul style="list-style-type: none"> - Certificado expedido nos termos do Art. 12, parágrafo 1º, da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/01 e do Art. 5º do Decreto n.º 5622/05; - O corpo docente é composto por especialistas, mestres e doutores de acordo com os percentuais previstos no Art. 9º da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/01; - A Instituição ministra cursos superiores desde 1973; - Os cursos de Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Inspeção Escolar, estão amparados pelo Art. 64, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n.º 9.394/96, para efeito de expedição de certificados; - O aproveitamento mínimo é de 70% (setenta por cento) por disciplina; - A frequência mínima é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária destinada a cada disciplina, tanto nos cursos ministrados na modalidade a distância como na modalidade presencial; - A Monografia, obrigatória, é avaliada por banca de professores Mestres e/ou Doutores; - As FIIJ foram credenciadas para ministrar cursos de Pós-graduação lato sensu, nível de especialização na modalidade a distância, pela Portaria n.º 1617/05-MEC. 				<p>Faculdades Integradas de Jacarepaguá - FIIJ</p> <p>Diretoria Acadêmica</p> <p>Sector de Registro Acadêmico</p> <p>Certificado registrado sob o n.º <u>086949</u></p> <p>no livro <u>3</u></p> <p>Rio de Janeiro, <u>27</u> de <u>Março</u> de 200</p> <p>Prof.ª Msc. Hércules Pereira  DIRETOR ACADÊMICO</p>





FACULDADES INTEGRADAS DE JACAREPAGUÁ

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 790/93 - DOU 16/02/94
Mantida pela Associação Jacarepaguá de Ensino Superior - ALES
Ladeira da Freguesia, 196, Freguesia - Jacarepaguá - Rio de Janeiro RJ
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CERTIFICADO

MARCELO RODRIGUES DA ROSA

nascido(a) em 16/01/1970, nacionalidade BRASILEIRA, naturalidade CASTELO - ES

concluiu o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, nível de especialização, em

CONTABILIDADE

área de conhecimento de CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

realizado no período de 04/03/2012 a 04/11/2012, com carga horária de 360 horas.

Rio de Janeiro, 3 de Dezembro de 2012.

Prof. Lilian Maria Soares Noronha
Diretor (a) Geral

Aluno

Prof. Ms. Hércules Pereira
Diretor Acadêmico



CONTABILIDADE AVANÇADA
 CONTABILIDADE BÁSICA
 CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA
 DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR
 INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE
 METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Disciplina	Carga Horária	Frequência	Aproveitamento	Nome e Titulação dos Professores
	60 h	100 %	8,5	ADRIANE VIOLANTE DE CARVALHO RAMOS - MESTRE
	60 h	100 %	8,5	ADRIANE VIOLANTE DE CARVALHO RAMOS - MESTRE
	60 h	100 %	8,5	LUIZ ANNUNZIATA NETO - MESTRE
	60 h	100 %	9,0	LUIZ ANNUNZIATA NETO - MESTRE
	60 h	100 %	9,0	AMANDA DE OLIVEIRA VEIGA - MESTRE
	60 h	100 %	8,2	AMANDA DE OLIVEIRA VEIGA - MESTRE
	60 h	100 %	8,2	ANDRÉA ALVES SILVEIRA MONTEIRO - MESTRE
	60 h	100 %	8,5	ANDRÉA ALVES SILVEIRA MONTEIRO - MESTRE
	60 h	100 %	8,5	LUIZ ANNUNZIATA NETO - MESTRE
TOTAL	360 h	—	—	—

Título da Monografia / Orientador(a) / Avaliação:

"A AUDITORIA COMO SUPORTE À AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE ENTIDADES PÚBLICAS" ANDRÉA ALVES SILVEIRA MONTEIRO - MESTRE (Nota: 8,0)

- O presente curso cumpre todas as disposições legais da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/07;
- Certificado expedido nos termos do Art. 7 da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/07 e do Art. 5º do Decreto n.º 5622/05;
- O corpo docente é composto por especialistas, mestres e doutores de acordo com os percentuais previstos no Art. 4º da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/07;
- A Instituição ministra cursos superiores desde 1973;
- Os cursos de Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Inspeção Escolar, estão amparados pelo Art. 64, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n.º 9.394/96, para efeito de expedição de certificados;
- O aproveitamento mínimo é de 70% (setenta por cento) por disciplina;
- A Monografia, obrigatória, é avaliada por banca de professores Mestres e/ou Doutores;
- As FIJ foram credenciadas para ministrar cursos de Pós-graduação lato sensu, nível de especialização na modalidade a distância, pela Portaria n.º 1617/05-MEC.

Faculdades Integradas de Jacarepaguá-FIJ

Diretoria Acadêmica

Sector de Registro Acadêmico

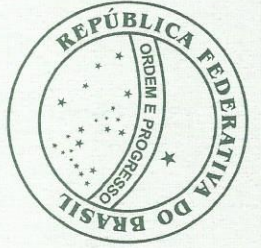
Certificado registrado sob o n.º _____ V10780312002

no livro _____ 04 _____

Rio de Janeiro, _____ 3 de _____ Dezembro _____ de 20 _____

Prof. Ms. Hércules Pereira
 Diretor Acadêmico





FACULDADES INTEGRADAS DE JACAREPAGUÁ

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 790/93 - DOU 16/02/94
Mantida pela Associação Jacarepaguá de Ensino Superior - AJES
Ladeira da Freguesia, 196, Freguesia - Jacarepaguá - Rio de Janeiro RJ
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CERTIFICADO

MARCELO RODRIGUES

nascido(a) em 16/01/1970, nacionalidade BRASILEIRA, naturalidade ESPÍRITO SANTO,

concluiu o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, nível de especialização, em

DIREITO TRIBUTÁRIO

área de conhecimento de LEGISLAÇÕES E ORGANIZAÇÕES

realizado no período de 21/07/2007 a 14/03/2008, com carga horária de 360 horas.

Rio de Janeiro, 20 de Março de 2008.

Profª. Ms. Angela Mercedes G. Jorge,
Diretora Geral

Aluno

Prof. Ms. Hércules Pereira
Diretor Acadêmico



Disciplina	Carga Horária	Frequência	Aproveitamento	Nome e Titulação dos Professores
DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR	60 h	100 %	9,0	ENY MANSO LUZ - MESTRE
FINANÇAS E CONTROLE	60 h	100 %	8,5	WESLEY PINTO DA SILVA - MESTRE
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTIFICO	60 h	100 %	9,0	ELTON PALMEIRA BRANDÃO - DOUTOR
PROCESSO TRIBUTÁRIO	60 h	100 %	8,7	ACIR BARBOSA - DOUTOR
TEORIA DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA	60 h	100 %	8,5	ACIR BARBOSA - DOUTOR
TEORIA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO	60 h	100 %	8,5	WALTER JOSÉ GUIMARÃES - MESTRE
TOTAL	360 h	—	—	—

Título da Monografia / Orientador(a) / Avaliação:

" ANÁLISE DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO ICMS : UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA , ESTADO DO ESPÍRITO SANTO " JOÃO WELLINGTON FIGUEIREDO DE ASSIS - MESTRE (Nota: 9,0)

- O presente curso cumpre todas as disposições legais da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/07
- Certificado expedido nos termos do Art. 7 da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/07 e do Art. 5º do Decreto n.º 5622/05;
- O corpo docente é composto por especialistas, mestres e doutores de acordo com os percentuais previstos no Art. 4º da Resolução CNE/CES/MEC n.º 01/07;
- A Instituição ministra cursos superiores desde 1973;
- Os cursos de Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Inspeção Escolar, estão amparados pelo Art. 64, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n.º 9.394/96, para efeito de expedição de certificados;
- O aproveitamento mínimo é de 70% (setenta por cento) por disciplina;
- A frequência mínima é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária destinada a cada disciplina, tanto nos cursos ministrados na modalidade a distância como na modalidade presencial;
- A Monografia, obrigatória, é avaliada por banca de professores Mestres e/ou Doutores;
- As FUJ foram credenciadas para ministrar cursos de Pós-graduação lato sensu, nível de especialização na modalidade a distância, pela Portaria n.º 1617/05-MEC.

Nome e Titulação dos Professores

ENY MANSO LUZ - MESTRE
 WESLEY PINTO DA SILVA - MESTRE
 ELTON PALMEIRA BRANDÃO - DOUTOR
 ACIR BARBOSA - DOUTOR
 ACIR BARBOSA - DOUTOR
 WALTER JOSÉ GUIMARÃES - MESTRE

Faculdades Integradas de Jacarepaguá-FIAJ

Diretoria Acadêmica

Sector de Registro Acadêmico

Certificado registrado sob o n.º GR0100707006

no livro _____ 04 _____

Rio de Janeiro, 20 de Março _____ de 2008

Prof. Ms. Hércules Pereira
 Diretor Acadêmico



FUBAE - Fundação Brasileira de Assistência e Educação
Faculdades Integradas Espírito Santense
CEPEC - Centro de Pós-Graduação, Especialização e Cultura

Declaro que MARCELO RODRIGUES

Matrícula nº 94140030 concluiu o Curso de Pós - Graduação, a nível de especialização em AUDITORIA

CONTÁBIL no total de 384 horas/aula, tendo sido o certificado registrado sob nº 1625 às fls. 0172 do livro. 03

HISTÓRICO ESCOLAR

DISCIPLINAS E DOCENTES	CARGA HORÁRIA	MÉDIA	PERÍODO
DIDÁTICA HILDA LOBÔ DA SILVA MESTRE EM EDUCAÇÃO	60H	9,0	01/03/94 A 24/03/94
METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA I GERALDO LAVAGNOLI FILHO MESTRE DE ARTES EM EDUCAÇÃO	32H	10,0	02/05/94 A 12/05/94
FUNDAMENTOS DA AUDITORIA JOSÉ MAURÍCIO D'ISEP COSTA ESPECIALISTA EM AUDITORIA CONTÁBIL	16H	7,0	01/08/94 A 04/08/94
O PERFIL DO AUDITOR WLADIMIR FIRME ZANOTTI BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	12H	10,0	08/08/94 A 10/08/94
A AUDITORIA - CONCEITOS E APLICAÇÕES TEREZA CECÍLIA BRUNELLI MESTRE EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	40H	10,0	17/08/94 A 05/09/94
A AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO ANGÉLICA CURRY EVANGELISTA ROCHA ESPECIALISTA EM ADMINISTRAÇÃO	32H	9,0	12/09/94 A 22/09/94
PRÁTICA DA AUDITORIA CARLOS ALBERTO HANSEN BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	72H	9,5	26/09/94 A 26/10/94



HISTÓRICO ESCOLAR
CONTINUAÇÃO

DISCIPLINAS E DOCENTES	CARGA HORÁRIA	MÉDIA	PERÍODO
METODOLOGIA PESQUISA CIENTÍFICA II GERALDO LAVAGNOLI FILHO MESTRE EM ARTES EM EDUCAÇÃO	120H	10,0	16/05/94 A 30/10/94
MONOGRAFIA GERALDO LAVAGNOLI FILHO MESTRE DE ARTES EM EDUCAÇÃO	-	APROV.	-

1 - Critério de Avaliação: Média 7 (sete) por disciplina.

2 - O curso foi realizado no período de 01/03 a 30/10/94 tendo sido observadas as determinações constantes na Lei Federal n.5.540/68 e Resolução 12/83, do Conselho Federal de Educação.

Vitória (ES) 30 de OUTUBRO de 1994



Faculdade de Educação
Diretor

Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310034003500370034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Coordenador do CEPEC



Curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Reconhecido pelo Decreto Federal n.º 83.334 de 16-04-79 publicado no Diário Oficial da União em 17-04-79

Prof. Rachid Mohamad Chibib
Diretor
Dea Martins Galvão Loureiro
Secretária Geral

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

DIPLOMA REGISTRADO SOB O N.º 044/93
LIVRO 517 FOLHA 49 PÁG 93 0161/93

por delegação de competência do Ministério da Educação e Cultura nos Termos da Portaria MEC/DAU n.º 71777, de 21/10/77.

Vitória (ES), 26 de abril de 1993

Luiz Roberto
Diretor da Divisão de Expedição e Registro de Diplomas

Walter Jovani
Depto. de Registro e Controle Acadêmico

CENTRO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DE VILA VELHA

Diploma registrado sob n.º 2936
no livro n.º 01 folha 58

do Centro Superior de Ciências Sociais
de Vila Velha

Vila Velha, 05 de maio de 93.

Dea Martins Galvão Loureiro
SECRETÁRIA GERAL DO CENTRO

Registro do Trabalho

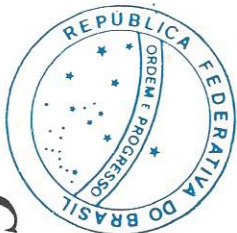
Conselho Nacional de Contabilidade do Espírito Santo

Registro aprovado sob N.º 7.440 Sessão de 2015/193
de acordo com o Decreto - Lei n.º 5.295, de 27 de Maio de 1946

Registrado *[Signature]*
Secretário

Visto *[Signature]*





FUBAE - Fundação Brasileira de Assistência e Educação
Faculdades Integradas Espírito Santense
CEPEC - Centro de Pós-Graduação, Especialização e Cultura



O CEPEC - Centro de Pós-Graduação, Especialização e Cultura, Mantido pela FUBAE - Fundação Brasileira de Assistência e Educação, certifica que **Marcelo Rodrigues**

nascido em 16 / 01 / 70, carteira de identidade n.º 774.668-ES, concluiu o Curso de Pós-Graduação "Lato-Sensu" em **Auditoria Contábil**, a nível de Especialização, realizado no período de 01/03/94 a 26/10/94, totalizando **384** horas.

Vitória, 26 de Outubro de 1994


Faculdades Integradas
Diretor Geral


Pós-Graduando


Coordenador do CEPEC

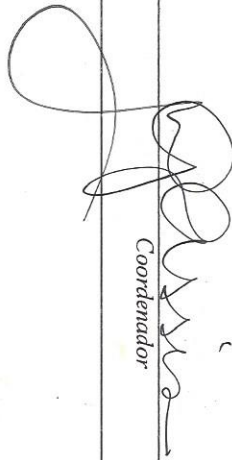


Faz parte integrante deste Certificado a declaração de conclusão do Curso, onde estão especificadas as determinações constantes da Lei Federal Nº 5.540 68 e Resolução Nº 12/83 do Conselho Federal de Educação

FUBAE - Fundação Brasileira de Assistência e Educação
CEPEC - Centro de Pós-Graduação, Especialização e Cultura da Faesa.

Registro Nº **1625** Livro **003** Fls. **0172**

Data **26/10/1994**


Coordenador



SOCIEDADE EDUCACIONAL DO ESPÍRITO SANTO - SEDES/UVV-ES
CENTRO UNIVERSITÁRIO VILA VELHA
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO



HISTÓRICO ESCOLAR

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU" ESPECIALIZAÇÃO EM MBA – GESTÃO EMPRESARIAL/NEGÓCIOS


Nome: MARCELO RODRIGUES		Matrícula n.º 200517100	
Filiação: OSMARLI RODRIGUES			
Nascimento (local e data): Castelo-ES 16/01/1970			
Cart. de Identidade	Número: [REDACTED]	Órgão Expedidor: CRC-ES	Data: 06/06/1994

PÓS-GRADUAÇÃO	Curso: MBA – GESTÃO EMPRESARIAL/NEGÓCIOS		
	Nível: ESPECIALIZAÇÃO	Autorização do Conselho Superior (CONSU) pela Resolução n.º 004/2004	
Duração do Curso Pós-Graduação	Início: 06/04/2004	Conclusão: 20/09/2005	Carga Horária: 360 h/a.
Requisitos para Aprovação	Disciplinas: Nota igual ou superior a 7,0 (sete)		
	Trabalho final: Nota igual ou superior a 7,0 (sete)		
	Frequência Mínima: 75% (setenta e cinco por cento)		

DECLARAÇÃO

Declaramos que o curso de **PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU" MBA GESTÃO EMPRESARIAL/NEGÓCIOS**, promovido pelo **CENTRO UNIVERSITÁRIO VILA VELHA**, através da **DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**, foi aprovado pela Resolução nº 004/2004 do CONSU e cumpriu as disposições da Resolução CNE/CES nº. 01/2001.

Vila Velha – ES, 11 de novembro de 2006.



 MARIA EMÍLIA CHAVES SCHIMMTEL
 Secretária de Pós-Graduação



 DANIËLLE DE OLIVEIRA BRESCIANI
 Diretora de Pós-Graduação



03.04



Nome do Aluno: **MARCELO RODRIGUES**

Curso: **MBA – GESTÃO EMPRESARIAL/NEGÓCIOS**

DISCIPLINAS	CH	NOTA	CORPO DOCENTE	TITULAÇÃO
Globalização e Modernidade	24	8,00	Daniele de Oliveira Bresciani	Mestre
As Organizações	24	8,00	Mauri Rodrigues	Mestre
Comunicação Organizacional	12	8,00	Maria Cristina Dadalto	Mestre
Cultura, Poder e Ética nas Organizações	12	8,50	Beatriz Kroling	Doutora
Estratégia Empresarial	24	9,80	Antonio Marcus Machado Carvalho	Mestre
Estratégia de Informação	12	8,80	Teresa Cristina Janes Carneiro	Mestre
Processo Decisório	12	9,00	Isabel Cristina Carpi Girão	Mestre
Conjuntura Econômica e Análise Política	24	8,50	Angelo José D'Ambrósio	Mestre
Administração Financeira	36	8,50	Dilson Gomes	Especialista
Logística Empresarial	12	8,00	Alessandra Fraga Dubke	Doutoranda
Programas e Planos de Marketing	12	9,00	Renato Miranda	Mestre
Marketing de Produtos e Serviços	12	9,00	Sílvia Elena Binda Pasquale	Mestre
Marketing de Relacionamento	12	8,50	Cezar Augusto Itaborahy	Mestre
Marketing Internacional	12	10,00	Angelo José D'Ambrósio	Mestre
Comportamento Humano no Trabalho	24	8,80	Ralph Quelotti	Especialista
Gerenciamento e Liderança	12	9,70	Isabel Cristina Carpi Girão	Mestre
Gerenciamento de Pessoas	24	8,70	Valesca Oliveira Falqueto	Especialista
Comportamento Organizacional	24	9,00	Márcia Valéria Ferreira de Carvalho	Mestre
Metodologia da Pesquisa Científica e Orientação ao Trabalho Final	36	9,10	Rachel Maria Baião Duemke	Mestre

Médias nas Disciplinas e/ou Atividades: 8,78

Média no trabalho final: 10,0

Título: A auditoria como suporte à avaliação de desempenho de entidades públicas.

Média global: 9,39



Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para o envio a PCA em 2024 e no encerramento do último ano do mandato.

Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI.

Diretrizes e procedimentos do TCEES na análise da PCA.

Pré-requisito: Levar notebook para a sala de aula.

Período e Carga Horária: 14.03.24 (8:30h às 17:30h) e 15.03.24 (8h às 17h), totalizando 16 horas/aulas.

Local de Realização: Auditório do Alameda Vitória Hotel

Av. Dante Micheline, 585 • Jardim da Penha/Praia de Camburi • Vitória • ES

Tel.: (27) 3204 6600 – www.almedavitoriahotel.com

Atenção: *O Hotel Bristol Alameda Vitória está situado na Orla de Camburi, no sentido de Jardim Camburi para Jardim da Penha, o hotel fica após o Banco do Brasil e CEF, e antes/ao lado do Banco Bradesco. Frente ao Quiosque 2 da Orla de Camburi. A entrada de carro para o estacionamento do hotel fica na rua de trás do hotel.*

Apresentação

O curso terá abordagens práticas das análises e das auditorias que devem subsidiar a elaboração dos relatórios de controle interno e das informações da Unidade de Controle Interno na verificação dos pontos de controle destinados à emissão do parecer sobre as Prestações de Contas Anuais, a serem enviados ao TCEES em 2024 na PCA.

O curso é imprescindível para os Controladores Internos que elaboram o relatório e parecer conclusivo do controle interno sobre a PCA (**RELOCI e RELUCI**), o relatório de atividades da Unidade de Controle Interno, contendo informações acerca dos procedimentos relativos ao PAAI (**RELACI**), e o arquivo estruturado



com as informações da Unidade de Controle Interno na verificação dos pontos de controle destinados à emissão do parecer sobre as Prestações de Contas Anuais (**INFOCI**).

Serão apresentadas quais metodologias devem ser adotadas pelos Municípios para a realização das análises, auditorias e o preenchimento dos relatórios e das informações no INFOCI, a serem enviados ao TCEES, na Prestação de Contas Anual.

Objetivo

Proporcionar aos participantes a correta elaboração dos relatórios RELOCI, RELUCI, RELACI, tomando por base os modelos de tais relatórios, o roteiro de conferências e análises, e a apresentação dos documentos originais da PCA, objetos de conferências e análises.

Proporcionar aos participantes o correto preenchimento do arquivo INFOCI - das informações da Unidade de Controle Interno na verificação dos pontos de controle destinados à emissão do parecer sobre as Prestações de Contas Anuais.

Metodologia

Serão disponibilizados aos alunos os arquivos e os documentos **originais** de órgãos públicos que compõe PCA, PPA, LDO, LOA, RGF, RREO, visando conferir e analisar tais arquivos e documentos, ou seja, execução prática do serviço diante da realidade da unidade gestora.

Os relatórios RELOCI e RELUCI serão elaborados tomando por base os documentos originais das PCA's que serão disponibilizados aos alunos para análise dos pontos de controle e objetos passíveis de integrarem as análises a serem realizadas pela unidade de controle interno para fins de elaboração da manifestação do Controle Interno sobre as contas de Governo e Gestão.



O aluno utilizará o roteiro de conferências e análises com o detalhamento de **quais** conferências e análises serão realizadas e **como** serão realizadas nos documentos reais das PCA's, sob a orientação dos instrutores.

Será demonstrado como deverá ser elaborado o RELACI, tomando por base as informações acerca dos procedimentos relativos ao Plano Anual de Auditorias Internas – PAAI.

Serão exemplificadas todo o conteúdo do arquivo estruturado INFOCI - informações da Unidade de Controle Interno na verificação dos pontos de controle destinados à emissão do parecer sobre as Prestações de Contas Anuais.

Serão apresentados os conteúdos dos relatórios para os casos de regularidades, irregularidades, análises parciais e ausência de análises.

Serão apresentadas as diretrizes e procedimentos adotados pelo TCEES na análise da PCA.

Público Alvo

Servidores e Secretários nas áreas de Contabilidade, Finanças e Controladoria, Contadores, Controladores, Auditores, Assessores e Consultores na área pública e outras áreas afins. Servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Autarquias (SAAE e Institutos de Previdência), Fundos, Fundações, dentre outros.

Conteúdo:

Questionário de avaliação de risco das informações da prestação de contas anual das unidades gestoras, baseado na CGU e TCU.

RELOCI: Relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno sobre a PCA de Contas de Governo.



RELUCI: Relatório e parecer conclusivo emitido pelo controle interno sobre a PCA de Contas de Gestão.

Irregularidades constatadas pelo TCEES nos relatórios e pareceres emitidos sobre as contas de Governo e de Gestão e decisões plenárias sobre o tema.

Realização de análises e conferências práticas dos pontos de controle da Tabela Referencial 1, que embasará o preenchimento dos arquivos RELOCI, RELUCI, e INFOCI, tomando por base os documentos reais da PCA, PPA, LDO, LOA, RGF, RREO, em relação aos seguintes itens de abordagens: Gestão fiscal, financeira e orçamentária, Gestão Previdenciária, Gestão patrimonial, Limites constitucionais e legais, Instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA, e demais atos de gestão.

As análises e as conferências dos pontos de controle serão realizadas tomando por base os documentos reais de unidades gestoras verídicas e não por simulação de documentos.

As análises e as conferências serão realizadas nos documentos reais de uma unidade gestora tomando por base o roteiro (*check list*) aplicado aos pontos de controle que não exigem auditoria.

Elaboração de Plano Anual de Auditorias Internas – PAAI, visando respaldar a elaboração do relatório e parecer conclusivo emitido órgão responsável pela avaliação do controle interno.

Elaboração de matriz de planejamento e programas de auditoria para os tipos de procedimentos sugeridos na Tabela Referencial 1 - pontos de controle, ou seja, para: Auditoria Governamental operacional e de conformidade, Conformidade (Verificação documental, conciliação de demonstrativos, Revisão analítica, e Análise documental e Revisão analítica, etc.).

Exemplificação dos procedimentos: auditoria de conformidade, auditoria financeira, auditoria operacional, análise documental, conciliações de demonstrativos, circularização, revisão analítica, testes substantivos, testes de



controle, inspeção física, observação direta, indagação, confirmação externa, recálculo, reexecução, outros.

As análises práticas englobarão também as exigências contidas na Resolução TC 297/2016, alterada pelas Resoluções nº 320/2018, 334/2019, e 352/2021, que dispõe sobre as diretrizes e os procedimentos para análise técnica e apreciação das prestações de contas anuais.

Esta análise prática será realizada por *check list* aplicado aos documentos reais de uma unidade gestora de maneira similar à realizada de forma automática e eletrônica pelo sistema informatizado Cidades e análise de consistência de dados, através de:

- Conferências aritméticas dos valores e pontos de controle nos quatro demonstrativos enviados de forma estruturada: Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, demonstrativo da dívida fluante e fundada; inventários; demonstrativos dos bens; termo de verificação de disponibilidade; resumo folha de pagamento e outras análises.

Indicativos de irregularidades detectadas pelo TCEES nas análises das Prestações de Contas Anuais e inovações e alterações na PCA.

Instrutores durante todo o curso: Magaly Nunes do Nascimento.

Magaly Nunes do Nascimento:

- Controladora Geral do Município de Serra/ES de 2013 a 2020. Pós Graduação *Lato Sensu* em Direito Financeiro, em Contabilidade e Auditoria Pública e em Controle da Administração Pública. Contadora. Palestrante e instrutora de cursos nas áreas de convênios e auditoria interna. Atuou como Controladora Adjunto da Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES. Atuou como Coordenadora - Controle Interno – Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha/ES. Atuou como Analista de Prestação de Contas e Fiscalização de Convênios do Ministério da



Saúde. Atuou como membro da Comissão Contabilidade Pública do CRC/ES. Auditora Externa – DENASUS - Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Atuou como Auditora Interna - SEBRAE/ES e Consultora de Licitação e Contratos na Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Atuou como Pregoeira e Presidenta da Comissão de Licitação do Ministério da Saúde.

Investimento:

- **Opção A = R\$ 1.652,00:** incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, material didático.
- **Opção B = R\$ 1.992,00:** incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, 01 jantar, 01 diária de hospedagem em apartamento **individual** com café da manhã, material didático.
- **Opção C = R\$ 2.342,00:** incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, **02** jantares, **02** diárias de hospedagem em apartamento **individual** com café da manhã, material didático.
- **Opção D = R\$ 1.902,00:** incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, 01 jantar, 01 diária hospedagem em apartamento **duplo** com café da manhã, material didático. Esta opção é válida somente para duas inscrições, onde o valor da opção D será cobrado por participante e os dois inscritos ficarão hospedados no mesmo quarto do hotel.
- **Opção E = R\$ 2.152,00:** incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, **02** jantares, **02** diárias de hospedagem em apartamento **duplo** com café da manhã, material didático. Esta opção é válida somente para duas inscrições, onde o valor da opção E será cobrado por participante e os dois inscritos ficarão hospedados no mesmo quarto do hotel.
- **Opção F = R\$ 1.892,00:** incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, **01** jantar, **01** diária de hospedagem em apartamento **triplo** (sendo

um sofá cama) com café da manhã, material didático. Esta opção é válida somente para três inscrições, onde o valor da opção F será cobrado por participante e os três inscritos ficarão hospedados no mesmo quarto do hotel.

- **Opção G = R\$ 2.132,00:** incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, **02** jantares, **02** diárias de hospedagem em apartamento **triplo** (sendo um sofá cama) com café da manhã, material didático. Esta opção é válida somente para três inscrições, onde o valor da opção G será cobrado por participante e os três inscritos ficarão hospedados no mesmo quarto do hotel.

TABELA DE DESCONTOS:

Participantes:	Valor do desconto por aluno:
3 e 5	R\$ 75,00
6 e 8	R\$ 150,00
+ de 9	R\$ 225,00

Critérios de concessão de desconto:

- 1) O desconto será concedido para cada inscrição realizada de um mesmo órgão/ente público (mesmo CNPJ), ou seja, o número de participantes será considerado separadamente por prefeitura, câmara, fundo, instituto, SAAE, etc.
- 2) A contagem de participantes para efeito de concessão de desconto ocorrerá separadamente por curso, ou seja, se a prefeitura inscrever 3 servidores para o curso “A” e mais 3 servidores para “B”, será concedido o desconto de R\$75,00 para cada inscrição.

Dados para empenho/depósito: FEST - Fundação Espírito-santense de Tecnologia.

CNPJ: 02.980.103/0001-90. Av. Fernando Ferrari, 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29.060-973. www.fest.org.br

Banco do Brasil – Agência 21-3. Conta Corrente nº. 122.260-0.

Chave PIX: cursos@fest.org.br

Favor não realizar retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, pois a FEST é entidade sem fins lucrativos e imune, conforme dispõe o art. 20, inc. IV e art. 64 da Lei 9430/1996.

O certificado, a Nota Fiscal e a documentação legal comprobatória da imunidade serão entregues, ao término do curso, mediante o envio à FEST da nota de empenho e a efetiva participação do servidor no curso.

Contato:

FEST – (27) 3345.7555 – 3345.7668 - 4009.2182 – 3237.2755 – 99904.6107 – Sarah ou Camila. cursos@fest.org.br

Inscrição no site www.fest.org.br ou no link:





CONTROLADORIA GERAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Rua Vitório Bobbio, nº 281 – Centro - Cep: 29927-000
Prédio CNPJ: 01.612.155/0001-41 – TELEFAX: 3273-1282 Ramal - 206

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA/DESEMPENHO

Atestamos para os devidos fins, que a empresa FEST - Fundação Espírito santense de Tecnologia, inscrita no CNPJ/MF nº 02.980.103/0001-90, situada à Av. Fernando Ferrari, 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP 29.060-973, executou para os servidores da Prefeitura Municipal de Sooretama, CNPJ/MF nº 01.612.155/0001-41, o curso "Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA de 2021", através dos instrutores Magaly Nunes do Nascimento e Marcelo Rodrigues da Rosa, nos dias 10 e 11.03.22, com carga horária de 16 horas/aulas, atendendo plenamente ao objetivo proposto pelo curso.

A empresa cumpriu fielmente com as suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Sooretama, ES, 19 de maio de 2022.

HIGOR GONÇALVES DE BARROS
CONTROLADOR GERAL MUNICIPAL
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
MATRÍCULA: 011403
DECRETO: 063/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA

CONTROLADORIA GERAL

Rua Ângela Savergnini, n.º 93, Centro - CEP 29725-000 - Marilândia - ES

CNPJ: 27.744.176/0001-04

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA/DESEMPENHO

Atestamos para os devidos fins, que a empresa FEST - Fundação Espírito santense de Tecnologia, inscrita no CNPJ/MF nº 02.980.103/0001-90, situada à Av. Fernando Ferrari, 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP 29.060-973, executou para os servidores da Prefeitura Municipal de Marilândia, CNPJ/MF nº 27.744.176/0001-04, o curso "Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA de 2021", através dos instrutores Magaly Nunes do Nascimento e Marcelo Rodrigues da Rosa, nos dias 10 e 11.03.22, com carga horária de 16 horas/aulas, atendendo plenamente ao objetivo proposto pelo curso.

A empresa cumpriu fielmente com as suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Marilândia, ES, 19 de maio de 2022.

Nome: Luiz Junio Gonçalves Marinho
Cargo : Controlador Geral Municipal
Matrícula: 5122

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA/DESEMPENHO

Atestamos para os devidos fins, que a empresa FEST – Fundação Espírito santense de Tecnologia, inscrita no CNPJ/MF nº 02.980.103/0001-90, situada à Av. Fernando Ferrari, 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP 29.060-973, executou para os servidores da Prefeitura Municipal de Vila Valério, CNPJ/MF nº 01.619.232/0001-95, o curso “Controle Interno – Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA de 2021”, através dos instrutores Magaly Nunes do Nascimento e Marcelo Rodrigues da Rosa, nos dias 10 e 11.03.22, com carga horária de 16 horas/aulas, atendendo plenamente ao objetivo proposto pelo curso.

A empresa cumpriu fielmente com as suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Vila Valério, ES, 19 de maio de 2022.

Nome: **ALÂNIA PEZZIN MENEGUSSI**
Cargo: **Controladora Interna**
Matrícula: **002548**

CARTA DE EXCLUSIVIDADE

Por este instrumento jurídico particular, **Magaly Nunes do Nascimento**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG: 803894-SSP, inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED], residente e domiciliada a Av. 23 de Maio, 81, Manguinhos, Serra, ES, CEP 29.172.046, Controladora Geral do Município de Serra/ES de 2013 a 2020, pós graduada Lato Sensu em Direito Financeiro, em Contabilidade e Auditoria Pública, e em Controle da Administração Pública. Contadora. Atuou como Auditora Externa no Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Atuou como Auditora Interna do SEBRAE/ES, com sólida formação acadêmica, de acordo com o art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações) e alterações posteriores, para todos os fins de direitos e obrigações, concedo a presente **CARTA DE EXCLUSIVIDADE à FEST - Fundação Espírito-santense de Tecnologia, CNPJ: 02.980.103/0001-90. Av. Fernando Ferrari, 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29.060-973, www.fest.org.br**, para fins de representação desta profissional perante os entes públicos que venham a participar do curso ora ofertado, podendo a representante aqui constituída apresentar propostas e orçamentos referente ao “Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para enviar a PCA em 2023”, requerer, assinar contratos e outros instrumentos jurídicos similares, receber valores financeiros referentes ao curso, emitir notas fiscais e recibos de quitação, com recolhimento dos tributos previstos na legislação vigente, tudo objetivando a realização do referido curso, que acontecerá no município de Vitória, Estado do ES, permitindo à contratante a total fiscalização, por todos os meios cabíveis, da efetiva realização do curso acima indicado.

Serra, ES, 16 de janeiro de 2023.

[REDACTED]
MAGALY NUNES DO NASCIMENTO

CARTA DE EXCLUSIVIDADE

Por este instrumento jurídico particular, **Marcelo Rodrigues da Rosa**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG: [REDACTED] OAB-ES, e **7440 CRC-ES**, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], residente e domiciliado a Av. Estudante José Júlio de Souza, 3300, apt 1204-8, Praia de Itaparica, Vila Velha, ES, Mestre em Administração, pela UFMG, na área de Contabilidade e Finanças. Pós Graduado *Lato Sensu* em: Auditoria Contábil, Gestão Empresarial, Gestão Pública, Gestão de Recursos Humanos e Direito Tributário. Contador, Advogado. Integrou da Comissão de desenvolvimento do CidadES WEB do TCE/ES. Participante convidado do Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis da STN e membro da Comissão Contabilidade Pública do CRC/ES. Atuou como Diretor do Instituto Brasileiro dos Auditores Internos. Auditor de Controle Externo do TCE/ES atuando na análise das Tomadas de Contas Especiais; Atuou como Chefe/Coordenador de Controladoria – TCEES. Atuou como Assessor Especial, na Assessoria de Controle Interno do Ministério Público do Estado do ES. Atuou como Auditor Interno na Auditoria Geral do Estado do ES, como Perito judicial, e como auditor independente em empresas privadas. Atuou como Coordenador da Pós Graduação em Contabilidade e Auditoria Pública – UVV. Atuou como Professor: UFES, UVV, CEPEC/FAESA; Escola de Contas do TCE/ES; Escola de Contas TCE/MA; Escola de Contas TCE/SE; CFA/Polícia Militar; Escola de Governo de Vitória; FIPAG; UGF; FCHV; FAVI; ESESP; SENAC e palestrante, autor de artigos publicados em revistas técnicas e apresentados em eventos nacionais, com sólida formação acadêmica, de acordo com o art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações) e alterações posteriores, para todos os fins de direitos e obrigações, concedo a presente CARTA DE EXCLUSIVIDADE à FEST - Fundação Espírito-santense de Tecnologia, CNPJ: 02.980.103/0001-90. Av. Fernando Ferrari, 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29.060-973, www.fest.org.br, para fins de representação deste profissional perante os entes públicos que venham a participar do curso ora ofertado, podendo a representante aqui constituída apresentar propostas e orçamentos referente aos cursos: “Prestações de Contas Anuais a enviar ao TCEES em 2023” “Controle Interno – procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para enviar a PCA em 2023”, e “Tomada de Contas Especial”, requerer, assinar contratos e outros instrumentos jurídicos similares, receber valores financeiros referentes ao curso, emitir notas fiscais e recibos de quitação, com recolhimento dos tributos previstos na legislação vigente, tudo objetivando a realização do referido curso, que acontecerá no município de Vitória, Estado do ES, permitindo à contratante a total fiscalização, por todos os meios cabíveis, da efetiva realização do curso acima indicado.

Vila Velha, ES, 12 de janeiro de 2023.

[REDACTED]

Marcelo Rodrigues da Rosa



 **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DO ESPIRITO SANTO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO
37454

NOME
MARCELO RODRIGUES DA ROSA

FILIAÇÃO
EDIMO VASCONCELLOS DA ROSA
OSMARLI RODRIGUES

NATALIDADE
CASTELO-ES

DATA DE NASCIMENTO
16/01/1970

RG
[REDACTED]

CPF
[REDACTED]

VIA EXPEDIDO EM
01 16/09/2022


JOSE CARLOS RIZK FILHO
PRESIDENTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
 DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

 CATEGORIA CONTADOR NOME MARCELO RODRIGUES DA ROSA FILIAÇÃO EDIMO VASCONCELLOS DA ROSA OSMARLI RODRIGUES  ASSINATURA DO PROFISSIONAL	Nº DO REGISTRO  
---	--

NASCIMENTO 16/01/1970	NACIONALIDADE BRASIL EIRA	NATURALIDADE CASTELO-ES
DIPLOMAÇÃO 18/12/1992	CPE 	RG 
TÍTULO BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO) UNIVERSIDADE DE VILA VELHA - UVV	

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.





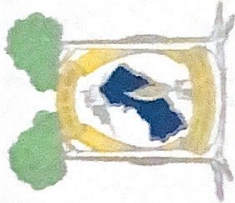
DATA DE EXPEDIÇÃO
28/11/2014



Carlos Barcellos Damasceno
PRESIDENTE DO CRC

VALIDAR EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL





Instituto de Ensino Superior Prof. Nelson Abel de Almeida
Faculdade de Ciências Humanas de Vitória

© Diretor da Faculdade de Ciências Humanas de Vitória,
no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de Ciências Contábeis
em 15 de dezembro de 1999, confere o título de
Bacharel em Ciências Contábeis a

Magaly Aunes do Nascimento

brasileira, natural do Estado do Espírito Santo,
nascida a 08 de maio de 1968, RG 803.894 - ES

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Vitória, 15 de dezembro de 1999

Mariane Cristina Zentile
Secretário

Diretor

Magaly Aunes do Nascimento
Diplomado



Faculdade de Ciências Humanas de Vitória
Curso de
CIÊNCIAS CONTÁBEIS
reconhecido pela Portaria Ministerial n.º 77, de 03-02-95,
publicada no D.O.U. em 06-02-95.

Carlos Coutinho Batalha
DIRETOR
Faculdade de Ciências Humanas de Vitória
Mariana Miranda Zanotti
SECRETARIA
Faculdade de Ciências Humanas de Vitória

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Espírito Santo
Diploma Registro sob o n.º *0691.2002*.....
Livro *520*. Folha. *62*. Processo *726998/01.60*
por delegação de competência do Ministério da
Educação nos termos da Portaria MEC/DAU n.º
71/77 de 21-10-77.
Vitória (ES) . *06* de . *maio*..... de *2002*.
...*Yvnia Regina dos S. Gregório*.....
Diretor de Div. de Expedição e Registro de Diplomas
.....
Departamento de Registro e Controle Acadêmico
Diretora

Yvnia Regina da Conceição Gregório
Diretora Adjunta da Divisão de
Expedição e Registro de Diplomas
PROGRAD - UFES
Yvnia Lúcia Bergami Pereira
Diretora do Departamento de
Registro e Controle Acadêmico
PROGRAD - UFES

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Registro N.º *1530* Sessão de *15/11/20*
Decreto-Lei n.º 9.295 de 27 de maio de 1946
Registrado
Rébia Cristina de A. Ribeiro
Aux. Administrativo - CRC-ES
Setor de Registro





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1- INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo Administrativo: 88/2024

Data do Documento: 22 de fevereiro de 2024

Área Requisitante: Controle Interno

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de inscrição do servidor desta Casa de Leis. Sr. Ismael da Silva, em curso presencial de capacitação referente as confecções dos relatórios específicos que compõem a PCA, que será enviada ao TCE/ES.

O aperfeiçoamento dos servidores públicos é obrigação de todo gestor público, pois dessa forma mantém de forma inequívoca o serviço mais eficiente.

Capacitar os servidores públicos é entender que a Administração Pública precisa de pessoas que estejam cada vez mais aptas a desempenhar suas funções.

A Lei Municipal 1.146/2016, que define o plano de cargo e carreira dos servidores da Câmara Municipal de Vargem Alta – ES estabelece a priorização de capacitação dos servidores, devendo ser, portanto, prioridade das ações e do planejamento de todo governo.

Decerto que contratações deste tipo são necessárias, pelos próprios argumentos elencados acima, todavia entender que o gasto com capacitação é retorno econômico para a própria administração, bem como a própria prevenção de riscos de danos ao erário, é compreender as políticas públicas como um todo e adoção de boas práticas de gestão pública.

Todo o retorno de conhecimento e aplicação das capacitações ofertadas aos servidores geram economicidade e eficiência ao serviço público.

Não obstante, o servidor devidamente inscrito no curso a ser contratado foi noemado recentemente, e por tal razão precisa emitir pareceres obrigatórios que compõe a PCA – Prestação de Contas Anual.

Além da emissão obrigatória dos pareceres de sua competência, por imposição do próprio Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, necessário que o controlador conheça todos os demais, mesmo que não os emita, razão de sua análise final ser em cima de todas as peças integrantes da PCA.

Imperioso destacar que somente a empresa a ser contratada, atualmente, está ofertando o conteúdo sobre Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para o envio a PCA em 2024 e no encerramento do último ano do mandato com ênfase no RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI.

Por fim, e não menos importante, há responsabilidade solidária entre o Controlador e o Gestor ao remeter as informações constantes na Prestação de Contas Anual. Decerto, portanto, que a capacitação daqueles que exercem a função de Controladores Internos é primordial.

3 - PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento da Câmara Municipal de Vargem Alta – ES, razão da previsão específica para fazer frente a despesa, por meio da dotação: 339039000 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica – Subelemento de despesa: 33903940000 – Serviço de Seleção e Treinamento – Ficha: 11.

O planejamento anual de contratações da Câmara Municipal de Vargem Alta seguirá as diretrizes estabelecidas na Resolução 120/2023. Devido à publicação dessa resolução em setembro de 2023 e à implementação das novas práticas da lei de licitações em andamento, o plano para o ano de 2024 não foi formulado.

No entanto, está previsto que será devidamente elaborado em maio de 2024 para as contratações do ano de 2025.

Contudo é possível observar que de acordo com o orçamento desta casa de leis está contemplada a contratação requerida.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação se caracteriza como direta, por inexigibilidade, cujas justificativas se embasam no artigo 74, inciso III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021, vez que a empresa FEST presta serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais renomados e de conhecimento específico na área de atuação.

O §3º do sobredito artigo aduz que: *“Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”*

Inquestionável que a empresa FEST tem trabalho reconhecido e adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado, vez que possui corpo docente especializado em cada matéria a ser ofertada, demonstrando ter uma equipe técnica correspondente no segmento dos cursos ofertados.

Para tanto, diante do que preconiza a Lei nº 14.133/2021, para fins de demonstração da inviabilidade de competição, que caracteriza a contratação direta por inexigibilidade, nos moldes da alínea “f”, necessário preenchimento dos seguintes requisitos: a) Objeto do serviço técnico especializado; b) Serviço de natureza singular; c) Contratado deve ter notória especialização no objeto da contratação;

Segue em anexo a este os documentos que demonstram a tecnicidade e especialização da empresa, serviços de natureza singular, sendo a única empresa do mercado a fornecer este curso específico, e os profissionais que compõem o quadro de palestrantes/professores possuem notória especialização.

A contratação pretendida deve ser entendida como uma capacitação avançada, posto que trata de um assunto específico para um público alvo, também, específico, e que tem expectativa de orientar a forma de análise a ser feita em documento que serão remetidos ao órgão de controle externo – TCE/ES.



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A metodologia, forma de execução, data do curso, publico alvo, encontra-se devidamente explicitado no folder do curso que segue anexo a este ETP.

O período e carga horária será: 14.03.24 (8:30h às 17:30h) e 15.03.24 (8h às 17h), totalizando 16 horas/aulas. O Local de Realização: Auditório do Alameda Vitória Hotel. Av. Dante Micheline, 585 • Jardim da Penha/Praia de Camburi • Vitória • ES. Tel.: (27) 3204 6600 – www.almedavitoriahotel.com

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Como solicitado no pedido do Controlador Geral, será realizado a contratação de uma inscrição no curso ofertado pela empresa contratada, com a opção B.

6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em levantamento junto ao mercado, restou evidenciado a oferta de diversos cursos de capacitações para servidores públicos, porém apenas a FEST disponibiliza a temática, sendo, portanto, a única a ofertar o curso nos moldes necessários a capacitação do Controle Interno.

7 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme disposto no artigo 72, inciso VII da Lei nº 14.133/2021, faz-se necessário justificar os preços das contratações pretendidas pela Administração Pública.

Nesse sentido, destaca-se as determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) proferidas no Acórdão 819/2005 – TCU – Plenário: “...9.1.2. nas dispensas ou inexigibilidades de licitação, faça constar nos autos as necessárias justificativas da despesa, atendendo a exigência constante no artigo 26, caput, da Lei nº 8.666/1993; 9.1.3. Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contrata para evento de mesmo porte (gn), ou apresente as devidas justificativas, de forma a atender ao inc. III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/1993”

Nesse caso, a vantajosidade poderá ser demonstrado por meio de preços de ofertas semelhantes ao mercado, como podemos ver na tabela a seguir:

a) Tabela 01 – Preços praticados no mercado.

Item	Objeto	Valor Unitário	Empresa	Forma de Execução	Data
1	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos na Lei nº 14.133/2021.	R\$ 3.990,00	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos Ltda – link: https://www.eloconsultoria.com/gestao-e-fiscalizacao-de-contratos-administrativos-na-lei-14-133-2021/	Curso Presencial	06 a 08 de março de 2024. Brasília – DF.



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2	Curso de Auditoria nas licitações e contratos firmados pela Administração Pública	R\$ 3.590,00	Esafi - Escola de Administração e Treinamento Ltda – link: https://www.esafi.com.br/curso-auditoria-nas-licitacoes	Curso Presencial	28, 29 e 30 de agosto de 2024. João Pessoa – PB.
3	Curso Regras do Esocial para órgãos públicos e o novo leiaute 1.2: Os novos Eventos, SST e Auditoria da Folha no Esocial	R\$ 2.390,00	ECO BRAZIL TREINAMENTOS EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA – link: https://www.grupoecobrazil.com.br/produtos/cursos-presenciais/#toggle-id-4	Presencial	19 e 20 de Fevereiro de 2024 – Vitória/ES

Demonstra-se, portanto, que a contratação está condizente com o preço praticado pelo mercado, sendo que a opção solicitada pelo servidor é a B, **cujo valor é de R\$ R\$ 1.992,00, estando incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, 01 jantar, 01 diária de hospedagem em apartamento individual com café da manhã, material didático.**

8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Em que pese cursos de capacitações semelhantes, somente a empresa FEST que detém a oferta que atende as necessidades do órgão de controle interno para emissão do seu parecer na Prestação de Contas Anual.

Portanto, a razão da escolha recai sobre a condição de exclusividade, notória especialização e objeto singular que o fornecedor possui, a qual é comprovada pelos documentos que seguem em anexo.

9 – JUSTIFICATIVA PELO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Em razão das características do serviço a ser contratado e por ser item único e indivisível, não há como parcelar o objeto.

10 – RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO

Os resultados pretendidos com essa contratação é a atualização/capacitação do servidor nomeado como Controlador Geral dessa Casa de Leis, principalmente quanto os aspectos técnicos da análise da Prestação de Contas que será enviada ao TCE/ES.

11 – PROVIDÊNCIAS ANTERIORES A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não há providências prévias a serem realizadas anteriores à celebração do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS DA CONTRATAÇÃO

Não há impactos ambientais referente ao objeto da presente contratação que possa ser evidenciado.

14 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Ante o exposto, não há óbice a contratação pretendida, vez que está amparada no planejamento orçamentário da Câmara Municipal, assim como tem alicerce nos ditames que preconiza a nova lei de licitações, podendo ser realizada por meio de contratação direta - inexigibilidade, diante da exclusividade da empresa, nos termos do que determina artigo 74, inciso III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021, pela notória especialização.

15 – ANEXOS

Documentos comprobatórios da empresa e justificativa da contratação por inexigibilidade.

16 – RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Nome: Priscila Siqueira Vargas

Cargo: Diretora Geral - Matrícula: 310

E-mail: diretoriageral@cmva.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA
PODER LEGISLATIVO

Vargem Alta, 29 de fevereiro de 2024.

De: Gerência de compras

Para: Presidência

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Segue para ratificação.

Próxima Fase: Andamento Processual

JACIMAR MENDONÇA FILHO
Assessor Parlamentar
1979992-ES



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003600390035003A005400

Assinado eletronicamente por **JACIMAR MENDONÇA FILHO** em 29/02/2024 12:55

Checksum: **56383F71664A0AEE441D854F15B4647832E03ADB7D1F40C53290C4A7D5591DF0**





Câmara Municipal de Vargem Alta
Câmara Municipal de Vargem Alta
Governo do Estado do ESPÍRITO SANTO



28/02/2024 15:38:46

PEDIDO DE COMPRAS SIMPLES

Número/Ano	000012 / 2024 - 02/02/2024
Secretaria	CAMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
Local/Setor	CONTROLADORIA
Requerente	ISMAEL DA SILVA
Período	à
Processo	/
Objeto	Contratação, por inexigibilidade, da empresa FEST - Fundação Espírito Santense de Tecnologia para ministrar curso de capacitação ao Controle Interno dessa Casa de Lei

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001		00000083	CURSO DE CAPACITAÇÃO A SERVIDORES controle interno - procedimentos a serem adotados para atender as exigências do tcees para o envio a pca em 2024 e no encerramento do último ano do mandato. ênfase reluci, reluci, reluci e infoci. diretrizes e procedimentos do tcees na análise da pca.	UN	1,00		



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI N.º 14.133/2021

PROCESSO ELETRÔNICO N.º 88/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominante intelectual, visando treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, concernente na participação de 01 (um) servidor da Câmara Municipal de Vargem Alta-ES, no evento aberto de capacitação e aperfeiçoamento intitulado: “Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para o envio a PCA”, que acontecerá nos dias 14.03.24 e 15.03.24, em Vitória-ES, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de Curso de treinamento para procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES, para enviar a PCA em 2024. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI. Diretrizes e procedimentos do TCEES na análise da PCA.	inscrição	1

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818/2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 14/03/2024 à 15/03/2024 (durante a execução do curso).

1.4. Nos termos do artigo 95 da Lei n.º 14.133/2021, o Termo de Contrato será substituído pela Nota de Empenho.

1.5. A contratação direta será realizada por inexigibilidade de licitação, em conformidade com o art. 74, III, “f”, da Lei n.º 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se de inscrição do servidor desta Casa de Leis. Sr. Ismael da Silva, em curso presencial de capacitação referente as confecções dos relatórios específicos que compõem a PCA, que será enviada ao TCE/ES. O aperfeiçoamento dos servidores públicos é obrigação de todo gestor público, pois dessa forma mantém de forma inequívoca o serviço



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

mais eficiente. Capacitar os servidores públicos é entender que a Administração Pública precisa de pessoas que estejam cada vez mais aptas a desempenhar suas funções. A Lei Municipal n.º 1.146/2016, que define o plano de cargo e carreira dos servidores da Câmara Municipal de Vargem Alta – ES estabelece a priorização de capacitação dos servidores, devendo ser, portanto, prioridade das ações e do planejamento de todo governo. Decerto que contratações deste tipo são necessárias, pelos próprios argumentos elencados acima, todavia entender que o gasto com capacitação é retorno econômico para a própria administração, bem como a própria prevenção de riscos de danos ao erário, é compreender as políticas públicas como um todo e adoção de boas práticas de gestão pública. Todo o retorno de conhecimento e aplicação das capacitações ofertadas aos servidores geram economicidade e eficiência ao serviço público. Não obstante, o servidor devidamente inscrito no curso a ser contratado foi noemado recentemente, e por tal razão precisa emitir pareceres obrigatórios que compõe a PCA – Prestação de Contas Anual. Além da emissão obrigatória dos pareceres de sua competência, por imposição do próprio Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, necessário que o controlador conheça todos os demais, mesmo que não os emita, razão de sua análise final ser em cima de todas as peças integrantes da PCA. Imperioso destacar que somente a empresa a ser contratada, atualmente, está ofertando o conteúdo sobre Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para o envio a PCA em 2024 e no encerramento do último ano do mandato com ênfase no RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI. Por fim, e não menos importante, há responsabilidade solidária entre o Controlador e o Gestor ao remeter as informações constantes na Prestação de Contas Anual. Decerto, portanto, que a capacitação daqueles que exercem a função de Controladores Internos é primordial.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação se caracteriza como direta, por inexigibilidade, cujas justificativas se embasam no artigo 74, inciso III, alínea “f” da Lei n.º 14.133/2021, vez que a empresa FEST presta serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais renomados e de conhecimento específico na área de atuação.

O §3.º do sobredito artigo aduz que: *“Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados*



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

Inquestionável que a empresa FEST tem trabalho reconhecido e adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado, vez que possui corpo docente especializado em cada matéria a ser ofertada, demonstrando ter uma equipe técnica correspondente no segmento dos cursos ofertados. Para tanto, diante do que preconiza a Lei n.º 14.133/2021, para fins de demonstração da inviabilidade de competição, que caracteriza a contratação direta por inexigibilidade, nos moldes da alínea “f”, necessário preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) Objeto do serviço técnico especializado;
- b) Serviço de natureza singular;
- c) Contratado deve ter notória especialização no objeto da contratação;

4.2. A contratação pretendida deve ser entendida como uma capacitação avançada, posto que trata de um assunto específico para um público alvo, também, específico, e que tem expectativa de orientar a forma de análise a ser feita em documento que serão remetidos ao órgão de controle externo – TCE/ES.

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1..A prestação de serviço será executado da seguinte forma:

- a) o evento ocorrerá na modalidade presencial, nos dias 14.03.24 (das 8:30h às 17:30h) e 15.03.24 (das 8h às 17h), no Auditório do Alameda Vitória Hotel, Av. Dante Micheline, 585 • Jardim da Penha/Praia de Camburi • Vitória • ES, Tel.: (27) 3204 6600 – www.almedavitoriahotel.com Vitória/ES;
- b) o evento proporcionará a capacitação e o aperfeiçoamento do Controlador Geral da Câmara Municipal;
- c) será contratada 1 (uma) vaga para o evento, a opção B do folder, no valor de R\$ 1.992,00 (mil e novecentos e noventa e dois reais);
- d) O curso terá abordagens práticas das análises e das auditorias que devem subsidiar a elaboração dos relatórios de controle interno e das informações da Unidade de Controle Interno na verificação dos pontos de controle destinados à emissão do parecer sobre as Prestações de Contas Anuais, a serem enviados ao TCEES em 2024 na PCA.
- e) Serão disponibilizados aos alunos os arquivos e os documentos originais de órgãos públicos que compõe PCA, PPA, LDO, LOA, RGF, RREO, visando conferir e analisar



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

tais arquivos e documentos, ou seja, execução prática do serviço diante da realidade da unidade gestora.

f) a capacitação terá como instrutores a Sra. Magaly Nunes do Nascimento - - Controladora Geral do Município de Serra/ES de 2013 a 2020. Pós Graduação Lato Sensu em Direito Financeiro, em Contabilidade e Auditoria Pública e em Controle da Administração Pública. Contadora. Palestrante e instrutora de cursos nas áreas de convênios e auditoria interna. Atuou como Controladora Adjunto da Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES. Atuou como Coordenadora - Controle Interno – Secretaria Municipal de Saúde de Vila Velha/ES. Atuou como Analista de Prestação de Contas e Fiscalização de Convênios do Ministério da Saúde. Atuou como membro da Comissão Contabilidade Pública do CRC/ES. Auditora Externa – DENASUS - Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Atuou como Auditora Interna - SEBRAE/ES e Consultora de Licitação e Contratos na Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Atuou como Pregoeira e Presidenta da Comissão de Licitação do Ministério da Saúde.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A Contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização:

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora Roziane Pereira de Souza.



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6.7. Fiscalização Administrativa:

6.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto n.º 11.246, de 2022).

6.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.8. Gestor do Contrato:

6.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal (ais) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (ais) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, X).



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Do recebimento:

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo fiscal do contrato, em até 15 (quinze) dias, mediante a apresentação de Relatório detalhado.

7.1.1.1. O fiscal deverá verificar, juntamente com o servidor usuário do sistema, por meio de testes de acesso e navegação, se as funcionalidades do Banco de Preços foram devidamente disponibilizadas.

7.1.1.2. Caso não haja conformidade, o Contratado será devidamente notificado para proceder às correções necessárias.

7.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem o serviço a ser pago.

7.1.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a medição dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.1.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7.1.6.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.1.6.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.1.6.3. Enviar a documentação pertinente ao setor da contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.1.6.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.1.6.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação:

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7.º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;

7.2.3.2. a data da emissão;

7.2.3.4. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.5 o período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.6 o valor a pagar; e



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7.2.3.7 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

7.3. Prazo de pagamento:

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de correção monetária.

7.4. Forma de pagamento:

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021.

8.2. Forma de fornecimento:

8.2.1. O fornecimento do objeto da contratação será nos dias 14/03/2024 à 15/03/2024.

8.3. Exigências de habilitação:

8.3.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Habilitação jurídica:

8.12.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.12.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.12.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.12.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.12.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.12.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.12.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples, ou empresária,



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.12.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4.º, §2º. do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural, pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.12.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.13. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.13.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7.º, XXXIII, da Constituição.

8.13.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

8.13.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.13.7. Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.13.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.13.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.14. Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5.º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME n.º 116, de 2021), ou de sociedade simples.

8.14.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.14.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando.

8.14.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.14.5. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.14.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.14.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14.8. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 65, §1.º).

8.14.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.15. Qualificação Técnica:



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.15.1. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.15.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.15.3. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade.

8.15.4. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.15.5. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.6. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.15.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.15.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.9. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.15.9.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n.º 5.764, de 1971;

8.15.9.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.15.9.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.15.9.4. O registro previsto na Lei n.º 5.764, de 1971, art. 107;

8.15.9.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.15.9.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta; e

8.15.9.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.992,00 (mil e novecentos e noventa e dois reais), estando incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, 01 jantar, 01 diária de hospedagem em apartamento individual com café da manhã, material didático. conforme custo apresentado na proposta e em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Vargem Alta-ES.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 339039000 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica - Subelemento de despesa: 33903940000 - Serviço de Seleção e Treinamento - Ficha: 11.

Vargem Alta/ES, 28 de fevereiro de 2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

JACIMAR MENDONÇA FILHO
Servidor Responsável pela elaboração do TR



Vargem Alta, 29 de fevereiro de 2024.

De: Presidência

Para: Gerência de compras

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Ratifico o Termo de Referência, aprovando-o, sendo todas as especificações e quantitativos, todavia, seja retificado a data do curso, uma vez que não houve tempo hábil para tramitação na data que o servidor havia indicado inicialmente, devendo ser realizado na data de 14 e 15 de março, conforme folder acostado aos autos.

Remeto para juntada das certidões e demais documentos, depois envie à Contabilidade para verificar disponibilidade orçamentária e financeira.

Próxima Fase: Andamento Processual

ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA
Presidente da Câmara
41072-MTE



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003800390036003A005400

Assinado eletronicamente por **ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA** em **29/02/2024 14:05**

Checksum: **D55936E24E5F30539FA3531F3B0DF1BCCB04063DF8F5DA8A18C1CF767C438C39**





CÂMARA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA
PODER LEGISLATIVO

Vargem Alta, 29 de fevereiro de 2024.

De: Gerência de compras

Para: Contabilidade

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Segue para verificação de disponibilidade orçamentária e financeira.

Próxima Fase: Andamento Processual

JACIMAR MENDONÇA FILHO
Assessor Parlamentar
1979992-ES



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003900300032003A005400

Assinado eletronicamente por **JACIMAR MENDONÇA FILHO** em 29/02/2024 15:19

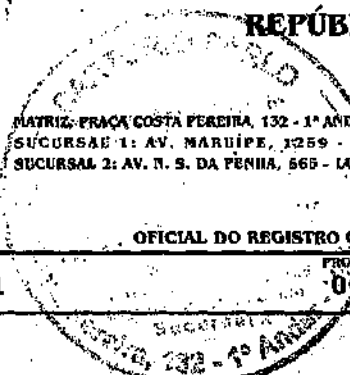
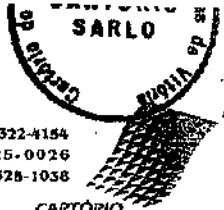
Checksum: **4BADE5BB01FF0BFCA22ACDB7ACE92E42D1CD620B5A5CEBAEEB8FBDF04D37F067**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VITÓRIA

MATRIZ: PRAÇA COSTA FERREIRA, 132 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP 29010-090 - VITÓRIA - ES - TEL.: (027) 225-6499 - FAX: (027) 322-4154
SUCURSAL 1: AV. MARUÍPE, 3259 - MARUÍPE - CEP 29043-213 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 225-0026
SUCURSAL 2: AV. N. S. DA PENHA, 665 - LOJAS - PRAIA DO CANTO - CEP 29055-151 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 328-1058



RODRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

LIVRO

PROTÓCOLO / TERMO

FOLHA

RUBRICA

23S1

001005

155

ESCRITURA PÚBLICA DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDAÇÃO, DA FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST, NA FORMA ABAIXO:--

S A I B A M quantos esta pública escritura de compra e venda bastante virem aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de um mil e novecentos e noventa e oito (16/12/98), em meu Cartorio, sito a Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 1440, Loja SR06/SR10, Enseada do Sua, nesta Cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, da República Federativa do Brasil, em meu Cartório, perante mim Tabelião, compareceram partes entre si, justas e convencionadas, os OUTORGANTES FUNDADORES E INSTITUIDORES da FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST, qualificados ao final deste instrumento e perante mim Tabelião, pelos OUTORGANTES FUNDADORES E INSTITUIDORES, me foi dito que: 1º) resolveram constituir uma FUNDAÇÃO, nos moldes dos artigos 24 à 34 do Código Civil Brasileiro, com o objetivo abaixo especificados, da qual reuniram reuniram-se nesta cidade de Vitória, estado do Espírito Santo, os convidados da Câmara de Integração Ufes/Classes Produtoras, com a finalidade de constituírem uma entidade civil privada, sem fins lucrativos, 2º que essa FUNDAÇÃO, será denominada FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST será pessoa jurídica de direito privado sob forma funcional, nos moldes da lei, sem fins lucrativos, e com prazo de duração indeterminado e reger-se-á pelos ESTATUTOS, bem como, pelos demais atos que forem aprovados pelos órgãos competentes de sua Administração, respeitando os dispositivos legais emanados do Poder Público, e os saldos verificados em seu balanço anual, serão destinados de acordo com o ESTATUTO SOCIAL, pelos órgãos da Administração e Fiscalização e a Lei que rege a matéria, para finalidades que se destina a FUNDAÇÃO tendo sua sede situado a Av. Fernando Ferrari, s/nº, Campus Universitário Alair Queiroz de Araújo, Goiabeiras, CEP 29060-900, Vitória, E. Santo e foro nesta capital, com o objetivo de contribuir para gerar, manter e fomentar o desenvolvimento tecnológico do Estado do Espírito Santo. Assumiu a Presidência dos trabalhos o Vice-Presidente da Câmara de Integração Ufes/Classes Produtoras, engenheiro civil João Luiz Tovar, Diretor Superintendente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo - Sebrae/ES. Constituída a mesa, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, tendo sido distribuídas aos presentes cópias da minuta do Estatuto Social. Após lido e submetido a discussão, o projeto de Estatuto Social foi aprovado por unanimidade pelos presentes, declarando-se que, mediante o cumprimento das formalidades legais, fica constituída a presente Entidade para todos os fins de direito. A seguir foi, então, determinado pelo Senhor Presidente que se realizasse a transcrição do Estatuto Social. 3º) dotação inicial a que se refere o artigo 24 do Código Civil Brasileiro é composta de R\$ 17.063,97 (dezessete mil e sessenta e três reais e noventa e sete centavos), valor este atualizado em data de 09/12/1998, provenientes de doações, tendo sido depositado em Caderneta de Poupança na conta número 0562.003.23874-2, na CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, em nome desta FUNDAÇÃO, que os signatários



SARLO



RODRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO
SARLO

LIVRO 2381 PROTOCOLO / TERMO 001005 FOLHA 156

deste instrumento são considerados **INSTITUIDORES E FUNDADORES**, ficando sujeitos ao regime estatutário fixado pela categoria. Segue adiante a discriminação na íntegra do **ESTATUTO SOCIAL DA FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST** ora constituída, e que foram aprovados por unanimidade, pela Assembléia Geral dos Instituidores e Fundadores, com o objetivo de formalizar a constituição da Fundação e aprovar o inteiro teor de seus Estatutos Sociais com a redação seguinte:-

FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST

E S T A T U T O

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º. A Fundação Espírito-santense de Tecnologia - FEST é uma instituição jurídica de Direito Privado, de interesse público e coletivo, sem fins lucrativos, com atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à proteção e preservação do meio ambiente, e reger-se-á por este Estatuto.

Parágrafo Único - A Fundação Espírito-santense de Tecnologia - FEST será doravante designada por Fundação.

Art. 2º. O prazo de duração da Fundação é indeterminado.

Art. 3º. A Fundação tem domicílio e sede à Av. Fernando Ferrari s/n, Campus Universitário Almor Queiroz de Araújo, bairro Goiabeiras, prédio Prof. Élio de Almeida Viana (CT-IV), sala 02, segundo andar, CEP 29.060-900, Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 4º. A Fundação pode estender as suas atividades a todo o território nacional, abrir representação em outras regiões, bem como associar-se a instituições nacionais ou estrangeiras.

Art. 5º. A Fundação tem como objetivo contribuir para gerar, manter e fomentar o desenvolvimento tecnológico do Estado do Espírito Santo.

Art. 6º. Para que o objetivo da Fundação seja alcançado, devem ser desenvolvidas, entre outras aqui não previstas, atividades tais como:

a) promover, elaborar e executar estudos para o desenvolvimento de projetos de pesquisas tecnológicas que visem:

- a obtenção de novos processos;
- o aumento da competitividade de processos e produtos;
- a qualificação e capacitação profissional;
- a publicação de trabalhos técnicos e científicos;



MAS

RODRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO
SARLO

LIVRO

2351

PROTÓCOLO/TÉRMO

001005

FOLHA

157

- a difusão e assimilação de inovações tecnológicas;

- o cadastro de pesquisas tecnológicas;

b) promover e celebrar convênios e contratos com entidades civis públicas e privadas; c) apoiar o desenvolvimento de empreendedores de base tecnológica; d) conceder bolsas de estudos para pesquisa e/ou extensão.

DA COMPOSIÇÃO DA FUNDAÇÃO

Art. 7º. A Fundação é composta de pessoas físicas, jurídicas, de direito público ou privado que tenham sua Ficha de Adesão aprovada pela Diretoria e homologada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - É qualificado como Sócio Fundador aquele que, como pessoa física ou jurídica, participar da primeira Assembléia Geral para a criação da Fundação, cuja assinatura conste da respectiva Lista de Presença da Assembléia.

Parágrafo Segundo - É qualificado como Sócio Honorário aquele que, como pessoa física ou jurídica, por haver prestado relevantes serviços à Fundação, seja reconhecido pela Assembléia Geral da Fundação, por deliberação formal.

Parágrafo Terceiro - É qualificado como Sócio Benfeitor aquele que, como pessoa física ou jurídica, tenha contribuído para a Fundação com recursos materiais, cuja soma de contribuições e doações seja superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo Quarto - É Sócio aquele que, como pessoa física ou jurídica, esteja em situação regular junto à Fundação.

Art. 8º. Os Sócios serão avaliados no mês de janeiro de cada ano e serão considerados desligados da Fundação se tiverem faltado a 3 (três) Assembléias Gerais consecutivas ou cinco intercaladas no intervalo de três anos.

Parágrafo Primeiro - O Sócio desligado poderá retornar à condição de Sócio, após a solicitação de nova Adesão.

Parágrafo Segundo - O Sócio pode solicitar o afastamento temporário por um período de até 2 (dois) anos.

DA DOTAÇÃO INICIAL ESPECIAL

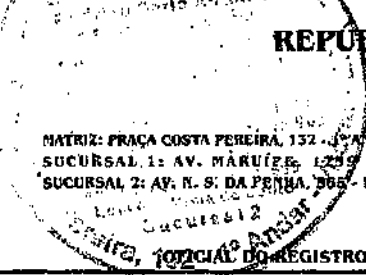
Art. 9º. O patrimônio líquido inicial da Fundação, no valor de R\$ 17.063,97 (dezessete mil e sessenta e três reais e noventa e sete centavos) é constituído pelas contribuições dos Sócios, conforme já mencionado;

Art. 10º. O patrimônio é considerado uma dotação de bens livres da Fundação.

Parágrafo Primeiro - Os bens, móveis e imóveis, que



Mias



RODRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELÃO DE NOTAS

CARTÓRIO
SARLO

LIVRO

23S1

PROTÓCOLO / TÉRMO
001005

FOLHA
158

REBRICA

constituírem o patrimônio serão inalienáveis, e não poderão ser objeto de ônus real de garantia.

Parágrafo Segundo - Será permitida, porém, a sub rogação judicial, dos bens referidos no presente artigo, toda vez que se tornar necessária a alienação de qualquer deles, para a aquisição de outros mais rendosos ou convenientes às atividades da Fundação, ou ainda, no caso de permuta mais vantajosa para a Fundação, ouvido o Ministério Público e expedido o alvará pelo Juiz competente.

Parágrafo Terceiro - A destinação dos bens, móveis e imóveis, do patrimônio da Fundação, considerados disponíveis ou inservíveis, é de responsabilidade do Conselho de Administração.

DOS RENDIMENTOS E DAS NOVAS DOTAÇÕES

Art. 11º. Constituirão rendimentos financeiros da Fundação, todos os recursos originados: a) de contrato ou convênio com órgãos públicos e privados; b) de contrato de produção e comercialização de bens ou serviços desenvolvidos pela Fundação; c) de rendimentos de aplicação de seus ativos financeiros e outros pertencentes ao patrimônio sob sua administração; d) de doações, legados e heranças; e) do usufruto a ela conferido; f) das rendas em seu favor constituídas por terceiros; g) das rendas próprias dos imóveis que possua ou que estejam sob sua administração; h) da remuneração por serviços prestados; i) das rendas de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade; j) dos juros de capital e outras receitas de mesma natureza; k) das subvenções do poder público ou de organizações de apoio ao desenvolvimento tecnológico e ambiental; l) de outras fontes aqui não previstas.

Art. 12º. O patrimônio e os recursos da Fundação só serão utilizados na realização de suas finalidades, permitida porém sua utilização para a obtenção de outros rendimentos, sua vinculação, arrendamento, aluguel ou alienação, observadas as exigências legais e estatutárias.

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 13º. A administração da Fundação tem os seguintes órgãos: a) Assembléia Geral; b) Conselho de Administração; c) Conselho Curador; d) Diretoria.

Art. 14º. O Conselheiro (membro do Conselho de Administração ou do Conselho Curador) eleito para integrar a Diretoria da Fundação estará destituído do cargo de Conselheiro ao assumir função executiva.

Art. 15º. Nenhum Sócio da Assembléia Geral e Conselheiro do Conselho de Administração ou Curador perceberá qualquer espécie de remuneração pelo desempenho de seus cargos ou mandatos.

Parágrafo Único - Fica ressalvada a ajuda de custo aos
Autenticar documento em <https://vargemalta.spionline.com.br/autenticidade> fls. 123



Handwritten signature/initials.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VITÓRIA

MATRIZ: PRAÇA COSTA FERREIRA, 152 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP 29010-080 - VITÓRIA - ES - TEL.: (027) 225-6489 - FAX: (027) 322-4154
SUCURSAL 1: AV. MARUIPE, 1259 - MARUIPE - CEP 29045-213 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 225-0026
SUCURSAL 2: AV. N. S. DA PENHA, 565 - LOMA 3 - PRAIA DO CANTO - CEP 29055-131 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 325-1038

RODRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO
SARLO

LIVRO

2351

PROTOCOLO / TERMO

001005

FÓLHA

159

RUBRICA

Conselheiros por reunião de que participarem, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno.

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 16º. A Assembléia Geral é a reunião dos Sócios, em pleno gozo de seus direitos, convocada e instalada de forma estatutária, a fim de deliberar sobre os assuntos de sua atribuição.

Art. 17º. A Assembléia Geral se reúne, em caráter ordinário 2 (duas) vezes por ano, sendo uma até 31 de outubro e a outra até 28 de fevereiro, e, extraordinariamente, toda vez que for convocada regularmente, sendo os trabalhos dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração da Fundação, e secretariados por um Sócio presente à Assembléia.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral pode ser convocada extraordinariamente pelo Presidente do Conselho de Administração ou por, no mínimo, um quinto da totalidade dos Sócios da Fundação.

Parágrafo Segundo - A convocação da Assembléia se fará por meio de aviso público, publicado no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e em jornal local de maior circulação com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 18º. A Assembléia Geral delibera: a) em primeira instância, no horário estabelecido na convocação, somente com a presença mínima de 3/4 (três quartos) do total de Sócios; b) em segunda instância, 30 (trinta) minutos após o horário estabelecido na convocação, com a presença de metade mais um do total de Sócios; c) em última instância, 60 (sessenta) minutos após o horário estabelecido na convocação, com qualquer número de Sócios.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 19º. O Conselho de Administração é o órgão da Fundação que tem poderes para resolver todos os atos relativos ao objetivo da Fundação e tomar as decisões que julgar necessárias em defesa da entidade e do desenvolvimento de suas finalidades.

Art. 20º. O Conselho de Administração é composto de 9 (nove) Conselheiros titulares e respectivos suplentes, dos quais 5 (cinco) indicados natos e 4 (quatro) eleitos, como a seguir se especifica:

a . Conselheiros Natos -- indicados

a.1. pelo Poder Público:

a.1.1. um representante do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo;

a.1.2. dois representantes da Universidade Federal do Espírito Santo



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VITÓRIA

MATRIZ: PRAÇA COSTA PEREIRA, 152 - 1ª ANDAR - CENTRO - CEP 29010-080 - VITÓRIA - ES - TEL: (027) 223-6499 - FAX: (027) 322-4154
SUCURSAL 1: AV. MARUÍPE, 1259 - MARUÍPE - CEP 29043-213 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 225-0026
SUCURSAL 2: AV. N. S. DA PENHA, 565 - LOJA 3 - PRAIA DO CANTO - CEP 29085-131 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 325-1038



RODRIGO SARLO ANTÔNIO
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

LIVRO	PROTÓCOLO/TERMO	FOLHA	RUBRICA
23S1	001005	160	<i>[Handwritten Signature]</i>

Santo - Ufes;

a.2. por entidades da sociedade civil:

a.2.1. um representante da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo - Findes;

a.2.2. um representante do Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas no Espírito Santo - Sebrae/ES;

b - Conselheiros eleitos pela Assembléia:

b.1. dois representantes dos Sócios;

c - Conselheiros eleitos pelos demais integrantes do Conselho de Administração da Fundação, dentre as pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral:

c.1. um representante do setor produtivo do Estado do Espírito Santo;

c.2. um representante da comunidade científica e tecnológica do Estado do Espírito Santo.

Art. 21º. O Conselho de Administração se reúne:

a) ordinariamente, 1 (uma) vez a cada trimestre civil;

b) extraordinariamente,

sempre que convocado pelo seu Presidente;

por solicitação de pelo menos, um terço de seus Conselheiros;

por solicitação da Diretoria da Fundação.

Parágrafo Primeiro - O quorum mínimo para deliberações do Conselho de Administração é de mais de cinquenta por cento do número de Conselheiros aptos a exercerem seus direitos e deveres junto à Fundação.

Parágrafo Segundo - O Diretor Presidente da Fundação participará das reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 22º. Para as decisões do Conselho de Administração será adotada a sistemática do resultado da votação da maioria absoluta dos presentes, cabendo a cada Conselheiro um voto e ao Presidente, o desempate.

DO CONSELHO CURADOR

Art. 23º. O Conselho Curador é o órgão de assessoramento do Conselho de Administração para assuntos de gestão patrimonial e financeira.

Parágrafo Único - O Conselho Curador poderá dispor de Serviço de Auditoria contábil independente para subsidiar



com o identificador 310034003700330036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente

conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

www.cartoriosarlo.com.br

[Handwritten Signature]

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VITÓRIA

MATRIZ: PRAÇA COSTA PEREIRA, 132 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP 29010-090 - VITÓRIA - ES - TEL.: (027) 225-6499 - FAX: (027) 322-4154
SUCURSAL 1: AV. MARUÍPE, 1259 - MARUÍPE - CEP 29043-213 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 225-0026
SUCURSAL 2: AV. N. S. DA PENHA, 565 - LOJA 3 - PRAIA DO CANTO - CEP 29088-131 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 325-1038

RODRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO
SARLO

LIVRO

2351

001005

FOLHA

161

RUBRICA

exercício de sua função.

Art. 24º. O Conselho Curador será composto de 3 (três) Conselheiros, titulares e respectivos suplentes, dos quais 1 (um) indicado e 2 (dois) eleitos como a seguir se especifica:

a. Conselheiro indicado:

a. 1 - um representante da Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes;

b. Conselheiros eleitos:

b. 1 - um representante dos Sócios, eleito pela Assembléia Geral;

b. 2 - um representante, eleito pelo Conselho de Administração.

Art. 25º. O Conselho Curador reunir-se-á com a presença mínima de 2 (dois) de seus componentes: a) ordinariamente, 1 (uma) vez a cada trimestre civil; b) extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração.

DA DIRETORIA

Art. 26º. À Diretoria da Fundação cabe promover executivamente os objetivos institucionais, segundo as diretrizes e planos aprovados pelo Conselho de Administração.

Art. 27º. A Diretoria compõe-se de 2 (dois) Diretores com os cargos de Diretor Presidente e Diretor Executivo que sejam de notória competência na gestão tecnológica e espírito empreendedor, escolhidos entre os professores do Centro Tecnológico da Ufes, com efetivo exercício na Universidade Federal do Espírito Santo nos últimos 5 (cinco) anos, contados até a data da escolha.

Parágrafo Único - Os componentes da Diretoria apresentarão a declaração de bens na posse e ao término de seus mandatos.

Art. 28º. A Diretoria reúne-se: a) ordinariamente, pelo menos uma vez por mês; b) extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente.

DAS ELEIÇÕES, MANDATOS E POSSES

Art. 29º. A eleição para a escolha dos Conselheiros (titulares e suplentes) nos Conselhos de Administração e Curador será realizada na Assembléia Geral do mês de outubro, quando serão observados os seguintes princípios: a) elegibilidade dos Sócios; b) inscrição dos candidatos junto à Comissão Eleitoral, até o início da Assembléia Geral, ou conforme o previsto no edital de convocação; c) eleição por voto direto, sendo considerado eleito o representante dos Sócios que obtiver o maior número de votos; d) em caso de empate, será procedida nova votação somente para os



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VITÓRIA



MATRIZ: PRAÇA COSTA PEREIRA, 132 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP 29010-080 - VITÓRIA - ES - TEL.: (027) 223-6499 - FAX: (027) 322-415
SUCURSAL 1: AV. MARUIPE, 1259 - MARUIPE - CEP 29043-213 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 225-0026
SUCURSAL 2: AV. N. S. DA PENHA, 565 - LOJA 3 - PRAIA DO CANTO - CEP 29058-131 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 325-1058

RÓDRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO
SARLO

LIVRO

23S1

PROTOCOLO/TERMO

001005

FOLHA

162

RETRIEVA

candidatos que tiverem o mesmo número de votos, sendo considerado eleito o que obtiver, nesse escrutínio, o maior número de votos, não se computando os votos em branco e os nulos.

Parágrafo Único - A Comissão Eleitoral será composta por representantes de 3 (três) Sócios, escolhidos pelo Conselho de Administração, 30 (trinta) dias antes da data da Assembléia Geral.

Art. 30º. A eleição dos Conselheiros para os Conselhos de Administração e Curador pelos integrantes do Conselho de Administração é realizada na reunião do Conselho de Administração, no último trimestre do ano (preferencialmente no mês de outubro) quando serão observados os seguintes princípios: a) inscrição dos candidatos, até o início da reunião; b) eleição por voto aberto, sendo considerado eleito, por segmento, o representante dos Sócios que obtiver maioria simples dos votantes; c) se nenhum dos candidatos, por segmento, obtiver maioria simples no primeiro escrutínio, será procedida nova votação, com os dois candidatos (por segmento) mais votados no primeiro, sendo considerado eleito, por segmento, o que obtiver, nesse escrutínio, maioria simples, não se computando as abstenções.

Art. 31º. Os Conselheiros dos Conselhos de Administração e Curador tomam posse, assinando em livro próprio o Termo de Posse e Compromisso, independentemente de qualquer caução para garantia de responsabilidade de sua gestão, na primeira reunião do Conselho de Administração no primeiro dia útil do ano subsequente.

Art. 32º. O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos e tomarão posse na primeira reunião do Conselho, no primeiro dia útil de janeiro.

Parágrafo Primeiro - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração deve ser pela maioria absoluta dos Conselheiros.

Parágrafo Segundo - O mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração é de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por uma vez.

Parágrafo Terceiro - O exercício do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração deve coincidir com os mandatos de Conselheiro.

Art. 33º. O mandato dos Conselheiros do Conselho de Administração é como se segue: a) o Conselheiro nato tem o início do seu mandato a partir da posse no Conselho de Administração, com o respaldo de sua designação como representante do poder público ou da entidade de sociedade civil, e término coincidente com o término do mandato do dirigente do poder público ou da entidade representada; b) o mandato dos Conselheiros eleitos é de 4 anos, admitida uma recondução.



MPS



RODRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO
SARLO

LIVRO

2351

PROTOCOLO/TERMO

001005

FOLHA

163

RUBRICA

Parágrafo Único - O Conselheiro eleito perde o mandato, caso o sócio o qual represente, passe a ser considerado não regular para a Fundação.

Art. 34º. O mandato dos Conselheiros do Conselho Curador é de 4 (quatro) anos concomitantemente com o mandato da Diretoria, podendo ser reeleitos e a qualquer tempo destituídos, pela Assembléia Geral.

Art. 35º. A eleição dos componentes da Diretoria pelo Conselho de Administração deve ocorrer na última reunião do ano do Conselho e ser efetuada da seguinte forma: a) em primeiro escrutínio e por voto aberto, com a participação dos candidatos por cargo de Diretoria, sendo eleito o que obtiver a maioria absoluta dos votos; b) caso não se tenha a maioria absoluta, em segundo escrutínio e por voto aberto, concorrendo apenas os 2 (dois) candidatos mais votados por cargo no primeiro escrutínio, sendo eleito o que obtiver a maioria simples dos votos, excluindo-se as abstenções.

Art. 36º. O mandato da Diretoria é de 4 (quatro) anos, com início e término coincidentes com o exercício social da Fundação.

Parágrafo Primeiro - Os componentes da Diretoria podem ser reeleitos uma vez.

Parágrafo Segundo - A posse da Diretoria deve ser realizada no primeiro dia útil de janeiro do ano subsequente ao da escolha.

DAS SUBSTITUIÇÕES E VACÂNCIAS

Art. 37º. No caso de vacância do Presidente do Conselho de Administração, assumirá definitivamente a Presidência, o Vice-Presidente, sendo o Conselheiro mais idoso considerado Vice-Presidente temporário.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração tem um prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da vacância, para eleger outro Conselheiro para complementar o mandato de Vice-Presidente.

Art. 38º. No caso de vacância do Vice-Presidente do Conselho de Administração, assumirá provisoriamente a Vice-Presidência o Conselheiro mais idoso.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração tem um prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da vacância, para eleger outro Conselheiro para complementar o mandato de Vice-Presidente.

Art. 39º. No caso de vacância simultânea do Presidente e do Vice-Presidente, assumirá temporariamente a Presidência o Conselheiro mais idoso.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração tem um prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data das vacâncias.



Handwritten signature/initials

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VITÓRIA

MATRIZ: PRAÇA COSTA PEREIRA, 132 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP 29010-080 - VITÓRIA - ES - TEL.: (027) 225-6499 - FAX: (027) 322-4154
SUCURSAL, 11 - AV. MARUÍPE, 5259 - MARUÍPE - CEP 29043-213 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 225-0026
SUCURSAL 22 - AV. N. S. DA FERHA, 565 - LOJA 3 - PRAÇA DO CANTO - CEP 29055-131 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 325-1038



RODRIGO SARLO ANTÔNIO
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELÃO DE NOTAS

LIVRO 2351 PROTOCOLO / TERMO 001005 FOLHA 164 RUBRICA

para eleger outros Conselheiros para complementar o mandato de Presidente e o de Vice do Conselho.

Art. 40º. O Conselheiro suplente assumirá a qualificação de titular no Conselho de Administração para complemento de mandato, quando de vacância ou após a terceira falta consecutiva ou a quinta intercalada em intervalo de 2 (dois) anos do Conselheiro titular.

Art. 41º. O Presidente do Conselho de Administração deve tomar uma das seguintes providências para buscar a composição integral (titulares e suplentes) do Conselho:

- a) em relação ao Conselheiro nato, encaminhar correspondência ao órgão do qual a representação esteja vazia, solicitando a indicação de novo(s) Conselheiro(s);
- b) em relação ao Conselheiro eleito pela Assembléia Geral, proceder a eleição do(s) novo(s) Conselheiro(s) na próxima Assembléia;
- c) em relação ao Conselheiro eleito pelos demais integrantes do Conselho de Administração, proceder à escolha do(s) novo(s) Conselheiro(s) pelo Conselho de Administração.

Art. 42º. Perderá o cargo o componente da Diretoria que:

- a) no exercício de suas funções infringir as normas legais e regulamentares que disciplinam o funcionamento da Fundação e regem a gestão da coisa pública;
- b) se afastar, sem licença, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, entendido que as licenças são concedidas pelo Conselho de Administração.

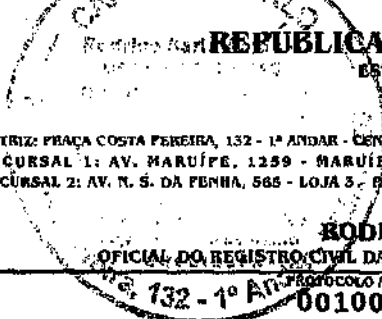
Art. 43º. Será substituído provisoriamente:

- a) o Diretor Presidente pelo Diretor Executivo, ou, interinamente, por outro designado pelo Conselho de Administração;
- b) o Diretor Executivo pelo Diretor Presidente ou por funcionário da Fundação no exercício de função compatível com a substituição, por designação do Conselho de Administração, a partir de indicação da Diretoria.

Art. 44º. Em caso de vacância do cargo de Diretoria, o Conselho de Administração deve eleger novo Diretor no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da vacância, para complementação do mandato.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 45º. São atribuições dos Sócios: a) obedecer e fazer obedecer às disposições estatutárias e regulamentares da Fundação; b) propor ao Conselho de Administração e à Diretoria qualquer ação indutora ao cumprimento dos objetivos da Fundação; c) participar das Assembleias Gerais com direito a



MATRIZ: PRAÇA COSTA FERREIRA, 132 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP 29010-080 - VITÓRIA - ES - TEL.: (027) 225-6499 - FAX: (027) 322-4124
SUCURSAL 1: AV. MARUÍPE, 1259 - MARUÍPE - CEP 29043-213 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 225-0026
SUCURSAL 2: AV. N. S. DA PENHA, 565 - LOJA 3 - PRAIA DO CANTO - CEP 29055-131 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 325-1038

RODRIGO SARLO ANTÔNIO
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

LIVRO
2351

PROTOCOLADO / TERMO
132 - 1º ANO
001005

FOLHA
165

Sarlo

voz e voto unitário; d) votar e ser votado para compor os Conselhos de Administração e Curador na forma deste Estatuto.

Art. 46º. São atribuições da Assembléia Geral: a) conhecer as demonstrações financeiras e o relatório sobre o exercício findo, deliberando livremente a respeito; b) homologar o orçamento e o programa de ações a serem desenvolvidas no ano seguinte, deliberando livremente a respeito; c) eleger os Conselheiros (titulares e suplentes) representantes da Assembléia Geral nos Conselhos de Administração e Curador; d) analisar informações e votar a destituição de Conselheiros dos Conselhos de Administração e Curador; e) observar outros assuntos de interesse da Fundação, respeitado o previsto no Estatuto e no Regimento Interno.

Art. 47º. São atribuições do Conselho de Administração: a) fixar o âmbito de atuação da Fundação para a consecução dos seus objetivos; b) aprovar a proposta de contrato de gestão; c) submeter ao Ministério Público para análise o parecer sobre os contratos de gestão; d) aprovar e encaminhar ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria; e) aprovar a proposta de orçamento da Fundação e o programa de investimentos; f) eleger e dispensar os membros da Diretoria; g) aprovar a alteração dos estatutos e a extinção da Fundação por maioria, no mínimo, de dois terços de seus Sócios; h) aprovar o Regimento Interno da Fundação, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, cargos e respectivas atribuições; i) aprovar por maioria de, no mínimo, dois terços dos Conselheiros o regulamento próprio, com os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da Fundação; j) fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas a serem definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com auxílio de auditoria externa; k) dar posse aos novos Conselheiros; l) eleger os Conselheiros de sua competência; m) eleger o Presidente e o Vice-Presidente deste Conselho, e dar-lhes posse; n) fiscalizar a gestão dos componentes da Diretoria e examinar, a qualquer tempo, os registros, títulos e documentos referentes a quaisquer atos administrativos; o) apurar faltas cometidas, responsabilidades, e propor a destituição de componente(s) da Diretoria; p) remeter ao Ministério Público o processo em que se apure a responsabilidade de algum componente da Diretoria ou do corpo gerencial da Fundação, por crime contra o patrimônio (público e/ou próprio); q) estabelecer o percentual da receita bruta da Fundação para gastos com as despesas de custeio referentes às atividades meio da Fundação; r) homologar a celebração de acordos, contratos, convênios de intercâmbio com entidades nacionais e estrangeiras; s) fixar a remuneração dos membros da Diretoria; t) praticar outras ações para que o objetivo da Fundação seja atingido. u) aprovar:

1. a extensão das atividades da Fundação;
2. a representação em outras regiões do país;

Sarlo



LIVRO

2351

132-90
001005

FOLHA
166

3. a proposta de alienação e oneração de bens móveis e imóveis;
4. as associações da Fundação a instituições nacionais e estrangeiras;
5. a contratação de financiamentos;
6. a forma de adesão de novos sócios da Fundação;
7. a nova adesão do sócio desligado;
8. o valor mínimo que outorga o título de sócio benfeitor;

Art. 48º. Poderá o Presidente do Conselho de Administração decidir ad referendum do Conselho, matéria que dado o caráter de urgência ou a possibilidade de dano aos interesses da Fundação, não possa aguardar a próxima reunião do Conselho.

Art. 49º. São atribuições dos Conselheiros: a) discutir e votar as matérias em pauta; b) assistir o Presidente do Conselho em suas funções.

Art. 50º. São atribuições do Conselho Curador: a) escolher ou dispensar a contratação de empresa de auditoria independente; b) examinar os livros e/ou documentos contábeis e papéis de escrituração da Fundação, o estado do caixa e os valores em depósito, devendo os demais administradores fornecer as informações solicitadas; c) examinar os balancetes e emitir parecer sobre eles, sempre que o Conselho de Administração solicitar; d) emitir parecer, quando solicitado, sobre alienação ou oneração de bens imóveis; e) apresentar, na Assembléia Geral, pareceres sobre as atividades econômicas da Fundação, no exercício em que servir, tomando por base o inventário, o balanço e as contas dos direitos;

Art. 51º. São atribuições da Diretoria: a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração; b) implementar as políticas, diretrizes, estratégias, planos de atividades da Fundação e os respectivos orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração; c) planejar, dirigir e controlar todos os serviços e atividades da Fundação; d) elaborar projeto para Contrato de Gestão como Organização Social; e) encaminhar ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União relatório circunstanciado sobre a execução dos planos no exercício findo, com a prestação de contas dos recursos públicos neles aplicados, a avaliação do plano de trabalho e as análises gerenciais cabíveis, observadas as normas daqueles órgãos sobre a formalização e encaminhamento da prestação de contas, bem como os demais recursos utilizados, até 31 de janeiro de cada ano; f) prestar contas dos recursos aplicados aos órgãos públicos financiadores; g) elaborar relatório para submeter aos controles finalísticos e de gestão da entidade contratante pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar; h) designar os ocupantes de cargos comissionados de gerência e assessoramento; i) contratar serviços especializados, dentro das dotações orçamentárias; j) promover, por meio das unidades



RODRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO
SARLO

LIVRO

2351

PROTÓCOLO / TERMO

001005

FOLHA

167

RUBRICA

administrativas, os estudos e pesquisas de natureza técnica e administrativa, para alicerçar proposta ao Conselho de Administração; k) aprovar convênios ou contratos de prestação de serviços com pessoas físicas ou jurídicas, desde que seja a solução mais econômica para os propósitos da Fundação; l) decidir a contratação de pessoal e administrá-lo de modo a garantir, nas instituições geridas pela Fundação, elevados e rigorosos padrões de atendimento à população; m) publicar anualmente, no Diário Oficial da União, os relatórios financeiros e o relatório de execução do plano de trabalho; n) encaminhar ao Conselho de Administração para aprovação:

1. a proposta do orçamento do programa anual e o plano plurianual para a execução das atividades previstas quando do contrato de gestão;

2. a proposta de orçamento geral anual, contemplando as unidades administrativas da Fundação;

3. os relatórios mensais das atividades com os respectivos balancetes;

4. a prestação de contas e o relatório anual de gestão;

5. a avaliação do contrato de gestão e as análises gerenciais cabíveis;

6. a proposta de alterações em políticas, diretrizes, estratégias, planos de atividades e respectivos orçamentos, com exposição de motivos;

7. o Regimento Interno da Fundação, com as diretrizes de funcionamento das Assembléias Gerais, Conselhos de Administração e Curador e Diretoria, o qual disporá sobre estrutura administrativa, atribuições das unidades administrativas, gestão, cargos e atribuições, entre outros assuntos de interesse da Fundação;

8. o Manual dos Recursos Humanos;

9. o Manual dos Sistemas de Gestão que disporá sobre sistemas de planejamento e controle, informações gerenciais, orçamento, contabilidade, custos, finanças, alçada decisória, procedimentos administrativos e normas de auditoria interna, entre outros assuntos;

10. o Manual de Licitação com os procedimentos para a contratação de obras e serviços, compras e alienações.

Art. 52º. São atribuições do Diretor Presidente: a) dirigir as atividades da Fundação; b) presidir as reuniões da Diretoria; c) supervisionar a gestão dos funcionários; d) autorizar despesas e promover o pagamento de obrigações; e) assinar acordos, convênios e contratos; f) representar a Fundação ativa e passivamente em juízo ou fora dele, podendo constituir procuradores, mandatários ou prepostos com fins específicos; g) delegar atribuição ao Diretor Executivo, ou a

outro integrante do corpo funcional da Fundação, para



Mais



RODRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO SARLO

LIVRO

2381

PROTOCOLO / TERMO

001005

FOLHA

168

Sarlo

exercitar, especificamente, na parte ou no todo, quaisquer de suas atribuições previstas nos incisos "d", "e" e "f"; h) comunicar ao Conselho de Administração o afastamento irregular, o impedimento temporário por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, a vacância de cargo, o pedido de licença ou afastamento, a infringência às normas legais e regulamentares que disciplinam o funcionamento da Fundação e regem a gestão da coisa pública, ou a ocorrência de ato que possa causar prejuízo efetivo ou potencial à imagem da Fundação relativamente ao Diretor Executivo, para as providências dispostas neste Estatuto; i) comparecer às reuniões do Conselho de Administração desde que convocado por aquele Colegiado.

Art. 53º. São atribuições do Diretor Executivo: a) dirigir as atividades das unidades administrativas, financeiras e operacionais; b) assistir ao Diretor Presidente em suas funções; c) substituir o Diretor Presidente em todas as suas funções; d) exercer as atribuições recebidas por delegação, delas prestando contas; e) propor os programas de trabalho e promover a execução dos que forem aprovados pelo Diretor Presidente e/ou pelo Conselho de Administração; f) propor ao Diretor Presidente plano de admissões e contratações de recursos humanos e prestações de serviços; g) organizar os serviços, admitir e promover, transferir, remover, elogiar, punir e dispensar empregados, conceder férias e licenças; h) receber e pagar contas; i) atender às determinações e solicitações dos órgãos públicos; j) movimentar depósitos bancários de acordo com as normas vigentes; k) apresentar mensalmente ao Diretor Presidente os balancetes das contas acompanhado de informações e de súmulas dos trabalhos realizados ou em curso de realização; l) encaminhar ao Diretor Presidente, até o dia 30 (trinta) de setembro de cada ano, o plano de ação e a respectiva proposta orçamentária de custeio e investimentos para o ano seguinte; m) encaminhar ao Diretor Presidente até 28 de janeiro de cada ano o Relatório de Atividades e as demonstrações financeiras do ano anterior; n) guardar e conservar os bens da Fundação; o) demitir os colaboradores e/ou promover o cancelamento de contratos de prestação de serviços.

Art. 54º. São atribuições do Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Executivo: a) emitir, endossar ou aceitar cheques, duplicatas, notas promissórias, letras financeiras e outros títulos de crédito, e promover movimentação de contas bancárias e contratos de financiamentos; b) elaborar o projeto do Regimento Interno da Fundação bem como os Manuais de Recursos Humanos, Sistema de Gestão e Licitação e suas alterações e/ou modificações; c) dar poderes por procuração a representante para que, este, na ausência de um dos Diretores, possa assinar junto com o Diretor, presente, documentos em que exigirem 2 (duas) assinaturas de diretores; d) propor a admissão de novos Sócios da Fundação.

DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 55º. O regime de trabalho para os empregados da Fundação será o da Consolidação das Leis de Trabalho.



Mads

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VITÓRIA

MATRIZ: PRAÇA COSTA FERREIRA, 132 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP 29010-080 - VITÓRIA - ES - TEL.: (027) 223-6499 - FAX: (027) 322-4154
SUCURSAL 1: AV. MARUÍPE, 1259 - MARUÍPE - CEP 29043-213 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 225-0026
SUCURSAL 2: AV. N. S. DA PENHA, 565 - LOJA 3 - PRAIA DO CANTO - CEP 29055-131 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 325-1038

RODRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO
SARLO

LIVRO

2351

PROTOCOLO/TERMO

001005

FOLHA

169

RUBRICA

Parágrafo Único - Entende-se como empregados da Fundação, os executores de cargos de confiança e o pessoal operacional da Fundação, bem como os necessários para o desenvolvimento dos serviços técnicos profissionais especializados prestados pela Fundação.

Art. 56º. Fica facultada ao Poder Executivo a cessão especial do servidor para a Fundação, com ônus para a origem.

Parágrafo Primeiro - Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela Fundação.

Parágrafo Segundo - Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente pela Fundação a servidor cedido com recursos provenientes de contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicionais relativos ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

DO EXERCÍCIO FUNDAMENTAL

Art. 57º. O exercício social coincidirá com o ano civil, com término no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 58º. No fim de cada exercício, a Fundação deve proceder ao levantamento do inventário e do balanço geral com apresentação de demonstrações financeiras, com observância nas prescrições legais. Do superávit líquido verificado, será deduzida a percentagem de, no mínimo, 10% (dez por cento) para a constituição do fundo de reserva, ficando o restante a disposição dos novos projetos a serem desenvolvidos no exercício seguinte, conforme orçamento a ser elaborado pela Diretoria, aprovado pelo Conselho de Administração e homologado pela Assembléia Geral, priorizando-se investimentos em ensino, pesquisa e extensão.

Art. 59º. Durante o exercício financeiro, poderão ser abertos créditos adicionais, desde que as necessidades da Fundação o exijam e haja disponibilidade financeira.

DA CONTRATAÇÃO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS

Art. 60º. A Fundação pode solicitar a participação de servidores públicos, devidamente autorizados e sem prejuízo de suas atribuições funcionais, quando da contratação de serviço com o órgão cedente, nas atividades a serem realizadas pela Fundação, devendo ser observado que: a) a participação de servidores das instituições federais contratantes nas atividades previstas no Art. 1º da Lei Nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994, e autorizada pelo Art. 4º dessa mesma Lei, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo a Fundação, para sua execução, conceder bolsas de ensino, de pesquisa e de extensão. b) é vedada aos servidores públicos federais a participação nas atividades da Fundação referidas no Art. 4º da Lei Nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994, durante a jornada de trabalho a que estão sujeitos, excetuando a elaboração esporádica remunerada ou não, em assuntos de sua



Moss

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VITÓRIA

MATIZ: PRAÇA COSTA PEREIRA, 132 - 1ª ANILAS - CENTRO - CEP 29010-080 - VITÓRIA - ES - TEL.: (027) 223-6496 - FAX: (027) 312-4154
SUCURSAL 1: AV. MARUÍPE, 1259 - MARUÍPE - CEP 29043-213 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 225-0026
SUCURSAL 2: AV. N. S. DA PENHA, 565 - LOJAS - PRAIA DO CANTO - CEP 29055-131 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 329-1036

RODRIGO SARLO ANTÔNIO
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO
SARLO

LIVRO

2351

PROTOCOLO / TERMO
001005

FOLHA
170

especialidade, de acordo com as normas referidas no artigo da Lei Nº 8.958 mencionado acima; c) é vedada a utilização dos contratados referidos no Art. 4º da Lei Nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994, para contratação de pessoal administrativo, de manutenção, de docentes ou pesquisadores para prestarem serviços ou atenderem a necessidades de caráter permanente das Instituições federais contratantes.

Parágrafo Único - Na ocorrência de falta disciplinar, cometida por servidor público cedido na forma da Lei, caberá ao Diretor Presidente da Fundação a notificação ao órgão de origem do servidor.

Art. 61º. É de responsabilidade da Fundação, a qualquer título, o pagamento de débitos contraídos para a execução de seus trabalhos em relação ao pessoal por ela contratado, inclusive na utilização de servidores públicos, conforme previsto no Art. 4º da Lei Nº 8.958.

Art. 62º. A Fundação pode, por meio de instrumento legal próprio, utilizar-se de bens e serviços da instituição pública contratante, mediante ressarcimento e pelo prazo estritamente necessário à elaboração e execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão, e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de efetivo interesse das instituições públicas contratantes e objeto de contrato firmado entre ambas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 63º. A Fundação fará publicar, no prazo máximo de noventa dias contados a partir da data da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio com os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Parágrafo Único - Os relatórios financeiros e de execução de contrato de gestão serão publicados, anualmente, no Diário Oficial da União.

Art. 64º. As despesas de custeio com as atividades meio da Fundação serão estabelecidas, baseadas em percentual da sua receita bruta e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Art. 65º. É vedada a contratação como funcionários da Fundação de parentes do 1º (primeiro) ao 3º (terceiro) grau dos Diretores e Conselheiros dos Conselho de Administração e Curador.

Art. 66º. A Diretoria deve providenciar o seguro dos bens móveis e imóveis com empresas idôneas do ramo para os riscos mais comuns.

Art. 67º. É proibido a Fundação apoiar qualquer partido político, grupo religioso ou racial, associação de caráter paramilitar ou assemelhado, ou grupo esportivo que não tenha ligação direta com o seu próprio pessoal, ou com servidores



MAS



RODRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO SARLO

LIVRO

23S1

PROTOCOLO / TERMO

001005

FOLHA

171

RUBRICA

Rodrigo Sarlo

e/ou alunos da Ufes, ou deles participar.

Art. 68º. No caso de extinção da Fundação, os bens que lhe forem destinados e os que ela vier a adquirir, produzir ou receber por doação, legados e heranças, bem como os excedentes financeiros, decorrentes de suas atividades do plano de trabalho, serão incorporados ao patrimônio da Ufes.

Art. 69º. Fica proibida a destinação de bens ou de parcela do patrimônio líquido, em qualquer hipótese, ainda que em razão de desligamento, retirada ou falecimento de sócio da Fundação.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 70º. Na Assembléia Geral de constituição da Fundação será: a) definido qual dos Conselheiros eleitos, representantes da Assembléia Geral, têm mandato de 2 (dois) anos, para o primeiro Conselho de Administração; b) definido qual dos Conselheiros, eleitos pelos demais Conselheiros do Conselho de Administração, têm mandato de 2 (dois) anos, para o primeiro Conselho de Administração; c) eleita e empossada a primeira Diretoria, com poderes para praticar todos os atos da administração que se fizerem necessários a sua implantação e as atividades que lhe competem.

Parágrafo Único - A primeira Diretoria deve realizar, no prazo de 90 (noventa) dias, o registro deste estatuto em cartório, sua publicação Diário Oficial da União bem como o pedido de aprovação para funcionamento junto ao Ministério Público.

Art. 71º. O Conselho de Administração designará uma comissão para apoiar a Diretoria na elaboração do Regimento Interno da Fundação, submetendo-o à aprovação do Conselho de Administração, no prazo de 90 (noventa) dias após a data da primeira Assembléia Geral.

Art. 72º. O término do mandato dos primeiros administradores da Fundação deverá coincidir com o término de um exercício social da Fundação, podendo ter: a) a primeira Diretoria - mandato superior a 4 (quatro) anos; b) os primeiros Conselheiros eleitos - mandatos superiores a 2 (dois) e 4 (quatro) anos; c) o primeiro Presidente do Conselho de Administração - mandato superior a 2 (dois) anos.

Art. 73º. A primeira Assembléia Geral, após a da constituição, será realizada até 28 de fevereiro de 1999.

Art. 74º. Fica eleito o foro da Comarca de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo para dirimir qualquer dúvida relativa a este Estatuto, em detrimento a qualquer outro foro por mais privilegiado que seja.

Art. 75º. O presente Estatuto foi formulado e aprovado pelos Sócios Fundadores da Fundação, na Assembléia Geral no dia primeiro de setembro de 1998, que assinam a maneira de



Sarlo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VITÓRIA



MATRIZ: PRAÇA COSTA PEREIRA, 132 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP 29010-080 - VITÓRIA - ES - TEL.: (027) 223-6499 - FAX: (027) 322-4154
SUCURSAL 1: AV. MARUÍPE, 1259 - MARUÍPE - CEP 29043-213 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 225-0026
SUCURSAL 2: AV. N. S. DA PENHA, 565 - LOJA 3 - PRAIA DO CANTO - CEP 29055-151 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 325-1038

RODRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

CARTÓRIO
SARLO

LIVRO

23S1

PROTOCOLO / TERMO

001005

FOLHA

172

Sarlo

O Senhor Presidente informou aos presentes que, de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 7º, são considerados Sócios Fundadores da FEST as pessoas jurídicas e pessoas físicas cujas Fichas de Adesão tenham sido entregues à Secretaria desta Assembléia, e estejam arquivadas em livro específico, e cujas presenças estejam registradas por meio das assinaturas constantes do Livro de Presenças às Assembléias Gerais da Fundação Espírito-santense de Tecnologia - FEST. A seguir, passou-se à composição do Conselho de Administração da FEST, atendendo ao Artigo 20 do Estatuto Social. Como Conselheiros Natos, foram indicados como representante do Estado do Espírito Santo, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CGC nº 27.080.530/0007-39, o Senhor Rômulo Augusto Penina, brasileiro, casado, cirurgião dentista, portador da carteira de identidade nº 76.098 SSP-ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.544.987-49, residente e domiciliado nesta Capital, como Titular, e o Senhor Guilherme Narciso de Lacerda, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº M 428.936 SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 142.475.006-78, residente e domiciliado nesta Capital, como Suplente; representando a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CGC nº 32.479.123/0001-43, o Senhor Carlos Rogério de Mello da Silva, brasileiro, casado, médico, portador da carteira de identidade nº 115.270 SSP-ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 173.942.527-87, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Titular, e o Senhor Clóvis Abreu Vieira, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 120.614 SSP-ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 096.226.757-00, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Suplente; e o Senhor Marcel Olivier Ferreira de Oliveira, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 13.201.486 IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 302.001.997-49, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Titular, e o Senhor Anselmo Frizeira Junior, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da carteira de identidade nº CREA-ES 1.174-D, inscrito no CPF/MF sob o nº 092.374.966-72, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Suplente; representando a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo - FINDES, o Senhor Sérgio Rogério de Castro, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº CREA 13.779-D, 5ª Região, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.076.736-00, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Titular, e o Senhor Benildo Denadai, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 238.276 SSP-ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 317.839.967-49, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Suplente; e representando o Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Espírito Santo - SEBRAE/ES, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CGC nº 27.364.462/0001-44, o Senhor João Luiz de Menezes Tovar, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº CREA-ES 298-D, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.658.217-91, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Titular, e o Senhor Rodolpho Samorini Filho, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da



Autenticar documento em <https://vargemalta.spionline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310034003700330036003A00540052004100. Documento assinado digitalmente.

www.cartorio.sarlo.com.br

fls. 137

Sarlo



CARTÓRIO
SARLO

Eduardo

RODRIGO SARLO ANTÔNIO
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

DIÁRIO 2381 PROTOCOLO/TERMO 001005 FOLHA 173

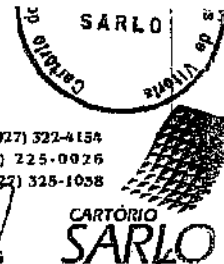
carteira de identidade nº 499.080 SSP-ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 731.702.327-20, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Suplente. Para as vagas de Conselheiro eleitos pela Assembléia Geral, foram escolhidos a Companhia Siderúrgica de Tubarão, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CGC nº 27.251.974/0001-02, com mandato de quatro anos, representada pelo Senhor José Armando Figueiredo Campos, brasileiro, casado, engenheiro de minas, portador da carteira de identidade nº M 3.271.488 SSP MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 127.674.506-06, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Titular, e o Senhor Esvael de Miranda Nunes, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº M 1.517.934 SSP MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 137.884.936-15, residente e domiciliado nesta Capital, como Suplente; e o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Espírito Santo - SINDICON/ES, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CGC nº 28.164.473/0001-43 com mandato de 2 (dois) anos, representado pelo Senhor José Eduardo Kossatz de Berredo, brasileiro, casado, arquiteto, portador da carteira de identidade nº 231.075 SSP-ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 274.667.107-78, residente e domiciliado em Vila Velha, ES, como Conselheiro Titular, e o Senhor José Rubem Cid Pinto, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 245.580 SSP-ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 418.392.427-67, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Suplente. Para complementar o Conselho de Administração, os Conselheiros natos e eleitos pela Assembléia Geral escolheram a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CGC nº 33.592.510/0262-00, representando o setor produtivo, com mandato de quatro anos, sendo representada pelo Senhor Marcos Eduardo Veloso Milo, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº M 454.023 SSP- MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 104.653.406-87, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Titular, e o Senhor André Coelho Teixeira, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº MG 1.468.543, inscrito no CPF/MF sob o nº 488.044.956-34, residente e domiciliado neste Estado, como Conselheiro Suplente, e representando a Comunidade Científica e Tecnológica, com mandato de dois anos, o Senhor José Machado Cardoso, brasileiro, casado, engenheiro de telecomunicações, portador da carteira de identidade nº CREA-ES 788-D, inscrito no CPF/MF sob o nº 307.467.017-72, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Titular e o Senhor José Luiz de Freitas Vieira, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da carteira de identidade nº 277.012-SSP-ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 575.234.017-91, residente e domiciliado nesta Capital como Conselheiro Suplente, também com mandato de 2 (dois) anos. Os Conselheiros do Conselho de Administração da FEST, titulares e suplentes, tomaram posse, devidamente registradas pelos Termos de Posse de Conselheiro da FEST devidamente arquivados em livro específico. Os Conselheiros elegeram, de acordo com o Artigo 32 do Estatuto Social, para um mandato de dois anos, o Senhor Sérgio Rogério de Castro, acima já identificado, como Presidente e o Senhor Marcel Olivier Ferreira de Oliveira, também acima identificado, como Vice Presidente. A seguir, foi



Assinado digitalmente com o identificador 310034003700330036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020. fls. 138

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VITÓRIA

MATRIZ: PRAÇA COSTA PEREIRA, 132 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP 29010-090 - VITÓRIA - ES - TEL.: (027) 223-6499 - FAX: (027) 322-4154
SUCURSAL 1: AV. MARUÍPE, 1259 - MARUÍPE - CEP 29043-213 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 225-0026
SUCURSAL 2: AV. N. S. DA PENHA, 565 - LOJA 3 - PRAIA DO CARTO - CEP 29085-131 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 325-1038



RODRIGO SARLO ANTÔNIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELÃO DE NOTAS

LIVRO

23S1

PROTOCOLO / TERMO

001005

FOLHA

174

RUBRICA

feita a composição do Conselho Curador. A Ufes indicou como seu representante o Senhor Herbert Barbosa Carneiro, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº OAB-ES 2029, inscrito no CPF/MF sob o nº 343.260.657-53, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Titular e o Senhor Honorildo Honorato Moro, brasileiro, casado, contabilista, portador da carteira de identidade nº 221.027 SSP-ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 655.879.958-87, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheiro Suplente; os Sócios presentes a esta Assembléia elegeram como seu representante neste Conselho Curador a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CGC nº 27.252.477/0001-10, representada pela Senhora Margareth Batista Saraiva Coelho, brasileira, casada, engenheira de alimentos, portadora da carteira de identidade nº 427.148 ES, inscrita no CPF/MF sob o nº 285.315.746-68, residente e domiciliada nesta Capital, como Conselheira Titular, e o Senhor José Ayres Ventura, angolano, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade nº W 020.637-1 SE/DPMAF, inscrito no CPF/MF sob o nº 451.632.947-68, residente e domiciliado nesta Capital. O Conselho de Administração elegeu como seu representante no Conselho Curador a Encubadora de Empresas de Base Tecnológica - TecVitória, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CGC nº 01.158.755/0001-81, representada pela Senhora Eliana Abaurre Ferrari, brasileira, casada, economista, portador da carteira de identidade nº 180.117 SSP-ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 652.994.267-04, residente e domiciliado nesta Capital, como Conselheira Titular, e o Senhor Ari Fernando Ramos, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº CREA-MG 541-D, inscrito no CPF/MF sob o nº 049.739.337-91, residente e domiciliado nesta Capital como Conselheiro Suplente. Os Conselheiros do Conselho Curador da FEST, titulares e suplentes, tomaram posse, registradas pelos Termos de Posse de Conselheiro da FEST, devidamente arquivados em livro específico. A seguir a Assembléia elegeu, e deu posse, para compor a Diretoria o Senhor Oswaldo Paiva Almeida Filho, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº 153.018 SSP-ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 142.358.896/72 residente e domiciliado nesta Capital, como Diretor Presidente, e o Senhor Annibal Ewald Martins, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº 91.711 SSP-ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.582.997-91 residente e domiciliado nesta Capital, como Diretor Executivo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente declarou encerrados os trabalhos, mandando que o Sr. Aristóteles Alves Lyrio, servindo de secretário da Assembléia Geral de instalação da FEST, procedesse à leitura da presente Ata, que foi lida e achada conforme, e aprovada por unanimidade, e assinada pelos presentes. Vitória, em 01 de setembro de 1998. A presente escritura esta dispensada da apresentação de Certidão Negativa de Tributos Federais e bem assim de testemunhas instrumentárias, nos termos dos PROVIMENTOS 22/80 e 23/80, expedido pela Egregia Corregedoria Geral de Justiça e publicado no Diário Oficial em data de 09 de janeiro de 1.981. Assim o disseram, e outorgaram, do que dou fé, e, me pediram este instrumento, que lhes li, aceitam e assinam perante o Tabelião que esta subscreve. Eu (RODRIGO



Autenticar documento em <https://vargemalta.spionline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310034003700330036003A0005400520004100. Documento assinado digitalmente

conforme port. 1911 de 10/03/2002

fls. 139

Sarlio

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMARCA DE VITÓRIA

MATRIZ: PRAÇA COSTA PEREIRA, 132 - 1ª ANDAR - CENTRO - CEP 29010-080 - VITÓRIA - ES - TEL.: (027) 223-6499 - FAX: (027) 323-4154
SUCURSAL 1: AV. MARUÍPE, 1259 - MARUÍPE - CEP 29043-213 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 225-0020
SUCURSAL 2: AV. N. S. DA PENHA, 866 - LOJA 3 - PRAIA DO CARTO - CEP 29055-431 - VITÓRIA - ES - TELEFAX: (027) 325-1038



RODRIGO SARLO ANTÔNIO

CARTÓRIO SARLO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS

LIVRO

23S1

PROTOCOLO / TERMO
001005

FOLHA
175

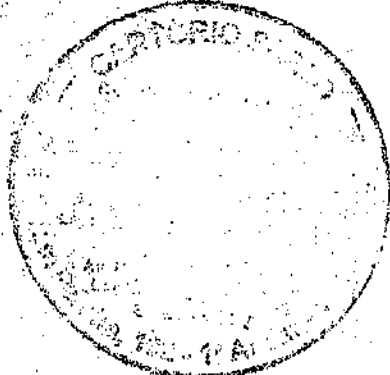
RUBRICA

SARLO ANTONIO) Tabelaio de Notas, a fiz digitar, dou fé, e assino em público. Em Testº (sinal público) da verdade (ass.) RODRIGO SARLO ANTONIO. (ass.) RÔMULO AUGUSTO PENINA. GUILHERME NARCISO DE LACERDA. CARLOS ROGÉRIO DE MELLO DA SILVA. CLÓVIS ABREU VIEIRA. MARCEL OLIVIER FERREIRA DE OLIVEIRA. ANSELMO FRIZEIRA JUNIOR. SÉRGIO ROGÉRIO DE CASTRO. BENILDO DENADAÍ. JOÃO LUIZ DE MENEZES TOVAR. RODOLPHO SAMORINI FILHO. JOSÉ ARMANDO FIGUEIREDO CAMPOS. ESVAL DE MIRANDA NUNES. JOSÉ EDUARDO KOSSATZ DE BERREDO. JOSÉ RUBEM CID PINTO. MARCOS EDUARDO VELOSO MILO. ANDRÉ COELHO TEIXEIRA. JOSÉ MACHADO CARDOSO. JOSÉ LUIZ DE FREITAS VIEIRA. HERBERT BARBOSA CARNEIRO. HONORILDO HONORATO MORO. MARGARETH BATISTA SARAIVA COELHO. JOSÉ AYRES VENTURA. ELIANA ABAURRE FERRARI. ARI FERNANDO RAMOS. OSWALDO PAIVA ALMEIDA FILHO. ANNIBAL EWALD MARTINS. Eu

Maria Alice Sarlo (MARIA ALICE SARLO) - ESCRIVENTE, a fiz digitar, dou fé e assino em público e em raso. mfs.

Em testº. (mfs) da verdade.

Maria Alice Sarlo
MARIA ALICE SARLO - ESCRIVENTE



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
OFICIAL DR. RODRIGO SARLO ANTONIO
Praça Costa Pereira, 132 - 1º Andar - Vitória ES
A 1ª via do presente documento foi arquivada em
Cartório em 18/02/1999 conforme
averbação no Livro A/16 fls. 268 n.º 14288
Vitória, 18/02/1999

OFICIAL



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310034003700330036003A00540052004100; Documento assinado digitalmente

fls. 140

conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.
www.cartoriosarlo.com.br

**“FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA”
ESTATUTO**

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO**

Art. 1º. A Fundação Espírito-santense de Tecnologia, doravante designada FEST, é uma instituição jurídica de Direito Privado, gozando de autonomia financeira, patrimonial e administrativa, de interesse público e coletivo, sem fins lucrativos, com atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa e transferência de conhecimento, ao desenvolvimento institucional, tecnológico e a proteção e preservação do meio ambiente, e reger-se-á por este Estatuto.

Parágrafo Único: A FEST foi instituída no dia 16 de 12 de 1998, nos Termos da Escritura Pública de Instituição lavrada nas notas do Cartório Rodrigo Sarlo Antônio Tabelião da Capital do Espírito Santo, registrada sob nº 001005, no mesmo Cartório, e está inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.980.103/0001-90.

Art. 2º. A FEST reger-se-á por este Estatuto, por seu Regimento Interno e pela legislação civil que lhe for aplicável.

Art. 3º. O regime jurídico da FEST não poderá ser alterado, nem suprimidos seus objetivos institucionais.

Art. 4º. O prazo de duração da FEST é indeterminado.

**CAPÍTULO II
DA SEDE E FORO**

Art. 5º. A FEST tem sede e foro na Av. Fernando Ferrari, nº 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória, Estado do Espírito Santo, CEP: 29075-010, e poderá manter sucursal em todo o território nacional e credenciar representantes no exterior.

**CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS**

Art. 6º. A FEST tem por objetivo primordial colaborar, pelos meios adequados e disponíveis, em programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão ou de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, em conjunto com

entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras, visando o desenvolvimento do estado e do país.

Parágrafo Primeiro. Para a consecução dos objetivos previstos no *caput* deste artigo e, para o aperfeiçoamento de suas atividades, a FEST, desde que assim permitam seus recursos, poderá:

- I. Organizar e executar serviços visando à efetiva integração entre sociedade, universidades e outras entidades ligadas ao ensino e à tecnologia;
- II. Apoiar:
 - a) Programas de conhecimento tecnológico e projetos de ensino, visando à qualificação da mão-de-obra e treinamento em atividades ligadas aos seus objetivos estatutários;
 - b) Cursos, simpósios, seminários, conferências sobre tecnologia que contribuam para a melhoria de especialistas que trabalham nos diversos segmentos da sociedade;
 - c) A divulgação de conhecimentos tecnológicos, através de métodos modernos e difusão;
 - d) O intercâmbio com entidades congêneres nacionais e estrangeiras, mantendo interação com esses organismos e serviços;
 - e) A edição de obras intelectuais, a produção e difusão de bens e valores culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;
 - f) O desenvolvimento de novos produtos, materiais, aparelhos e instrumentais, a transferência de tecnologia, sistemas e procedimentos relacionados com seus objetivos estatutários;
 - g) O desenvolvimento de ações de pesquisa, de ensino e desenvolvimento tecnológico institucional.
- III. Prestar serviços especializados, na área da tecnologia e de interesse da área de saúde e de humanas, em cooperação com a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e outras instituições públicas e privadas. Os projetos de pesquisa ou de transferência de tecnologia em parceria com a UFES deverão ter a participação de, no mínimo 2/3 (dois terços) de pessoal da mesma.
- IV. Prestar serviços de assessoria e consultoria para formular diagnósticos, emitir pareceres, fazer levantamentos, realizar estudos e elaborar planos, projetos e programas por demanda de órgãos públicos e empresas privadas que se enquadrem nas áreas de competência científica, tecnológica no âmbito do ensino, pesquisa e extensão da UFES e demais entidades públicas e privadas.
- V. Estimular e promover programas voltados para o desenvolvimento tecnológico do estado do Espírito Santo e demais regiões do território

- nacional, inclusive aqueles que visem à transferência dos resultados de pesquisas para o setor produtivo;
- VI. Promover a divulgação do desenvolvimento de empreendimentos de base tecnológica;
 - VII. Gerenciar a concessão de bolsas de Pesquisa, de Ensino, de Extensão, de estágio e de Inovação conforme condições e procedimentos estabelecidos em Resolução específica.
 - VIII. Apoiar o desenvolvimento de ações de pesquisa, de ensino, de extensão e de inovação tecnológica nas suas áreas de atuação.
 - IX. Instituir prêmios de estímulo e reconhecimento a pesquisadores que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e científico da comunidade.
 - X. Captar recursos junto à iniciativa privada, agências financiadoras oficiais e entidades congêneres no Brasil e exterior;
 - XI. Apoiar o desenvolvimento de ações sociais voluntárias nas suas áreas de atuação;
 - XII. Criar centros de pesquisa e agências que tenham pôr fim a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a difusão do conhecimento científico e tecnológico
 - XIII. Consultoria e Assessoria em Estudos de Meio Ambiente.
 - XIV. Execução e acompanhamento de projetos ambientais.
 - XV. Promover capacitação de recursos humanos especializado para os setores público e privado.
 - XVI. Manter cadastro de recursos humanos da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES com formação técnico-científica e capacitação profissional em condições de atender demandas de natureza operacional de órgãos públicos e empresas privadas.
 - XVII. Captar recursos por meio de celebração de convênios, contratos, ajustes e acordos que visem atender demandas de órgãos públicos e empresas privadas através da prestação de serviços.
 - XVIII. Promover atividades educacionais, artísticas e culturais, incluindo a oferta de cursos voltados para a comunidade.
 - XIX. Divulgar a produção científica e cultura do Espírito Santo
 - XX. Fomentar a incubação de empresas com proposta de inovação tecnológica envolvendo alunos ou ex-alunos recém-formados da UFES.
 - XXI. Apoiar os procedimentos de registros de propriedade intelectual e industrial, nas diversas áreas de atuação da Universidade Federal do Espírito Santos – UFES.
 - XXII. Divulgar o conhecimento através da edição e comercialização de livros e periódicos ou outros meios de comunicação de textos, dados, som e imagem, bem como comercializar materiais de apoio didático sem finalidade lucrativa.
 - XXIII. Explorar serviços de radiodifusão e teledifusão educativa e cultural.
 - XXIV. Elaboração e execução de concurso público e privado.



Parágrafo Segundo - Para a realização de seus objetivos, a FEST poderá, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, firmar contrato, convênio, termo de cooperação, acordo ou outros instrumentos congêneres, com pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo Terceiro - A FEST observará, no desenvolvimento de suas finalidades estatutárias, os princípios da legalidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo Quarto - Para efeito deste Estatuto, os projetos oriundos da UFES, com ou sem duração determinada, acompanhados pela própria FUNDAÇÃO, como a Rádio Universitária e a Livraria Universitária, ou por ela apenas geridos do ponto de vista financeiro contábil, como a Universidade Para Todos, o Centro de Línguas e o Núcleo de Ensino a Distância, bem como outros que venham a ser contratados com iguais características, serão denominados Projetos Institucionais.

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Seção I Do Patrimônio

Art. 7º. Constituem o patrimônio da FEST:

- I. Dotações iniciais e outros aportes efetivados pelos instituidores;
- II. Doações, legados, auxílios, subvenções, transferências de bens e contribuições de qualquer natureza proporcionadas por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, sem que criem qualquer vínculo ou direito sobre a FEST;
- III. A parte dos resultados operacionais provenientes do desenvolvimento de suas atividades, e destinados a esse fim pelo Conselho de Administração;

Parágrafo Primeiro - A FEST aplicará integralmente os recursos provenientes da produção e comercialização de seus produtos e de privilégios de invenção e aqueles relativos à propriedade industrial no Brasil e apenas na manutenção dos seus objetivos institucionais.



Parágrafo Segundo - Cabe a FEST administrar seu patrimônio e deste dispor de acordo com o estabelecido neste Estatuto.

Parágrafo Terceiro - O patrimônio da FEST não poderá ter aplicação diversa da estabelecida neste Estatuto.

Parágrafo Quarto - Dependerá de prévias deliberações do Presidente, do Conselho Curador e do Conselho de Administração, mediante proposta fundamentada da Superintendência, a constituição de ônus ou direitos reais sobre o patrimônio da FEST.

Seção II Das Receitas

Art. 8º - Constituem receitas da FEST:

- I. As doações, legados, auxílios e contribuições que venham a ser destinada por pessoas de direito público ou privado, para esse fim;
- II. As receitas provenientes de taxas, prestações de serviços, bem como as derivadas de cessão de direito ou de produção de bens.
- III. Os resultados decorrentes de operações de crédito de qualquer natureza;
- IV. A renda de seus bens patrimoniais e de outros de natureza eventual;
- V. Os usufrutos constituídos a seu favor.

Art. 9º - A aplicação de recursos disponíveis da FEST poderá ser feita:

- VI. Em aquisição de bens móveis e imóveis;
- VII. Em aquisição de títulos públicos do Município, do Estado e da União;
- VIII. Em outras operações efetuadas em instituições legalmente constituídas;
- IX. No custeio de despesas técnicas e administrativas.

Parágrafo Primeiro - Os depósitos e movimentação do numerário serão feitos exclusivamente em conta da FEST, junto a instituição bancária.

Parágrafo Segundo - Será permitida a sub-rogação judicial de bens toda vez que se tornar necessária a alienação de qualquer deles, para a aquisição de outros mais convenientes às atividades da FEST.

Parágrafo Terceiro - Será admitida, ainda, a permuta de imóvel da FEST por outro bem de valor, no mínimo, equivalente.



CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO E SUA ORGANIZAÇÃO

Seção I Dos Órgãos da Administração

Art. 10º. São órgãos responsáveis pela administração da FEST:

- I. Conselho de Administração;
- II. Superintendência Executiva;

Parágrafo Primeiro - São órgãos de assessoria da FEST:

- I. Conselho Curador;

Parágrafo segundo – Todos os órgãos da administração deliberam com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos seus membros e por maioria simples dos votos dos presentes, cabendo aos Presidentes e ao Superintendente o voto de desempate.

Art. 11º. O Conselheiro do Conselho de Administração ou do Conselho Curador que venha a ser eleito para integrar a Superintendência da FEST renunciará ao cargo de Conselheiro ao tomar posse na função executiva.

Art. 12º. Os membros do Conselho de Administração, e do Conselho Curador não serão remunerados no exercício de suas funções, e aos instituidores, benfeitores ou equivalentes, não serão concedidos benefícios, vantagens sob qualquer forma ou pretexto, participação na distribuição de resultados, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único - A vedação contida neste artigo não significa para os Conselheiros incompatibilidade de prestação de serviços profissionais a FEST, distintos das funções estatutárias inerentes aos respectivos cargos e funções, desde que, a contratação seja tecnicamente recomendável, a preço de mercado e tenha prévia aprovação do Conselho de Administração.

Art. 13º. Os membros do Conselho de Administração, da Superintendência Executiva, e do Conselho Curador não responderão individual ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela FEST, em virtude de ato regular de gestão, salvo na hipótese de agirem com comprovado dolo ou culpa, no desempenho de suas funções.



Seção II Do Conselho de Administração

Art. 14º. O Conselho de Administração é o órgão da FEST que tem poderes para resolver todos os atos relativos ao objetivo da FEST e tomar as decisões que julgarem necessárias.

Art. 15º. O Conselho de Administração é composto por 10 (dez) conselheiros titulares e respectivos suplentes, dos quais 7 (sete) são natos e 3 (três) são eleitos, como a seguir se especifica:

a. Conselheiros natos

a.1. 6 (seis) indicados pelo Poder Público, sendo 1 (um) representante do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo e 5 (cinco) representantes da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, designados pelo Conselho Superior da UFES;

a.2. 1 (um) indicado por entidade da sociedade civil, sendo 1 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – FINDES ou 1 (um) representante do - ESPIRITO SANTO EM AÇÃO – Movimento Empresarial do Espírito Santo;

b. Conselheiros eleitos

b.1. 2 (dois) representantes dos Instituidores;

b.2. 1 (um), indicado pelos demais integrantes do Conselho de Administração da FEST, sendo 1 (um) representante do setor produtivo do Estado do Espírito Santo ou 1 (um) representante da comunidade científica e tecnológica do Estado do Espírito Santo.

Art. 16º. O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente, 1 (uma) vez a cada quadrimestre civil, extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente, por solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus Conselheiros, por solicitação da Diretoria da FEST ou ainda por solicitação do Promotor de Justiça Cível de Fundações.

Parágrafo Único - O Superintendente da FEST participará das reuniões do Conselho de Administração, com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 17º. O Presidente do Conselho de Administração perderá o mandato e deverá ser substituído quando, por qualquer motivo, deixar de fazer parte do Conselho de Administração da FEST;



Parágrafo Primeiro - O Vice-Presidente do Conselho de Administração será escolhido pelo Presidente, dentre seus pares, submetida tal escolha à aprovação dos demais membros desse Conselho.

Parágrafo Segundo - Caberá ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos e na hipótese do parágrafo único do art. 16, deste Estatuto.

Art. 18º. Na hipótese de vacância de cargo no Conselho de Administração, o respectivo substituto será designado para completar o mandato correspondente, obedecendo-se os mesmos pressupostos estabelecidos no art. 14 deste Estatuto.

Parágrafo único - No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, o Vice-Presidente assumirá o cargo interinamente, até indicação do novo titular.

Art. 19º. O Presidente do Conselho de Administração deve tomar uma das seguintes providências para buscar a composição integral (titulares e suplentes) dos Conselhos:

- a) Em relação aos Conselheiros natos do Conselho de Administração e indicado pela UFES para o Conselho Curador, encaminhar correspondência ao órgão do qual a representação esteja vaga, solicitando a indicação de novo (s) Conselheiro (s);
- b) Em relação ao Conselheiro eleito pelos demais integrantes do Conselho de Administração, proceder à escolha do novo Conselheiro, na próxima reunião do Conselho de Administração.

Art. 20º. São atribuições do Conselho de Administração:

- a) Promover e estabelecer a política e exercer a administração superior das atividades da FEST para a consecução dos seus objetivos;
- b) Aprovar o parecer do Conselho Curador, até 30 de abril de cada ano, sobre as prestações de conta do exercício anterior;
- c) Homologar a decisão do Conselho Curador sobre os balancetes trimestrais;
- d) Aprovar o Relatório Anual de Gestão, e as Demonstrações Contábeis da FEST, assim como o Parecer da Auditoria Independente e encaminhá-los ao Ministério Público e ao Conselho Universitário da UFES;
- e) Aprovar até 31 de dezembro de cada ano o plano de trabalho para o exercício seguinte;
- f) Estabelecer o percentual da receita bruta da FEST para gastos com as despesas de custeio referentes às atividades meio da FEST;



- g) Homologar a celebração de acordos, contratos, convênios de intercâmbio com entidades nacionais e estrangeiras;
- h) Eleger o Presidente deste Conselho, e dar posse a ele e ao Vice-Presidente escolhido pelo Presidente e aprovado pelo Conselho;
- i) Dar posse aos novos Conselheiros;
- j) Escolher e/ou demitir o Superintendente, o Gerente de Projetos e o Gerente Administrativo Financeiro da FEST;
- k) Aprovar:
 - 1. A alteração do estatuto e a extinção da FEST por maioria de dois terços de seus Conselheiros;
 - 2. Os Regimentos Internos da FEST, submetendo-os à apreciação do Ministério Público;
 - 3. O plano de cargos e salários e a remuneração do pessoal da FEST;
 - 4. A extensão das atividades da FEST;
 - 5. A representação em outras regiões do país e no exterior;
 - 6. As associações da FEST a instituições nacionais e estrangeiras;
 - 7. A contratação de financiamentos;
 - 8. Autorizar, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ouvido o Promotor de Justiça Cível de Fundações, a alienação, arrendamento, oneração ou gravame de bens móveis e imóveis, bases flutuantes e equipamentos da FEST;
 - 9. A destinação dos bens, móveis e imóveis, do patrimônio da FEST, considerados disponíveis ou inservíveis;
 - 10. A guarda e aplicações dos bens da FEST;
 - 11. A construção de obras novas, assim entendidas as de construção completa e as iniciadas ou ampliadas;
 - 12. Convênios ou contratos referentes a pesquisas ou cursos.
- l) Autorizar, ouvido o Promotor de Justiça Cível de Fundações, sobre a aceitação de doações com encargos;
- m) Determinar, ao fim de cada exercício, a parte dos rendimentos líquidos a ser incorporada ao patrimônio da FEST;
- n) Conceder títulos honoríficos para colaboradores da FEST, pessoas físicas ou jurídicas;
- o) Eleger comissões permanentes ou transitórias de assessoria em matérias de sua competência;
- p) Resolver os casos omissos do presente Estatuto.

Art. 21º. São atribuições do Presidente do Conselho de Administração:

- a) Decidir ad referendum do Conselho, matéria que dado o caráter de urgência ou a possibilidade de dano aos interesses da FEST, não possa aguardar a próxima reunião do Conselho.



- b) Aprovar previamente pelo Superintendente a Procuradores, para assinar documentos em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração ou com o Superintendente da FEST, nas ausências e/ou impedimentos do Presidente do Conselho de Administração ou do Superintendente da FEST.
- c) Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração;
- d) Presidir os trabalhos do Conselho de Administração;
- e) Exercer o direito de voto de desempate, além do voto pessoal;
- f) Enviar, ao Promotor de Justiça Cível de Fundações, cópia das atas das reuniões do Conselho de Administração;
- g) Exercer as atribuições que forem conferidas pelo Regimento Interno, ou por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo único - O Presidente do Conselho Curador poderá delegar os poderes de representação que lhe competem, mediante procurações próprias ou documentos de caráter específico.

Art. 22º. São atribuições do Vice-Presidente do Conselho de Administração:

- a) Exercer as funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho Curador, Regimento Interno e pelo Presidente, na esfera de sua competência;
- b) Substituir o Presidente do Conselho Curador nas suas faltas ou impedimentos e na hipótese prevista no art. 18, parágrafo único, deste Estatuto.

Seção III DA SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

Art. 23º. A Superintendência Executiva será exercida por um Superintendente, um Gerente de Projetos e um Gerente Administrativo Financeiro, empregado de nível superior de maior hierarquia da FEST, escolhidos pelo Conselho de Administração.

Art. 24º. A Superintendência Executiva é o órgão responsável pela gestão e representação da FEST, e será composta de 3 (três) membros, a saber:

- I. Superintendente;
- II. Gerente Administrativo Financeiro;
- III. Gerente de Projetos;



Art. 25º. Os membros da Superintendência Executiva serão escolhidos pelo Conselho de Administração, na forma estabelecida no art. 20, letra "j", deste Estatuto e assumirão seus cargos por tempo indeterminado.

Art. 26º. Ocorrendo vacância em qualquer das funções da Superintendência Executiva, será feita a escolha do respectivo substituto, dentro de 30 (trinta) dias subsequentes ao da vacância, obedecendo-se o disposto no art. 20, letra "j" deste Estatuto.

Art. 27º. A Superintendência Executiva reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses, e extraordinariamente, sempre que convocada na forma prevista no § 1º deste artigo.

Parágrafo Primeiro - As reuniões da Superintendência Executiva serão convocadas pelo Superintendente, ou em conjunto, pelos outros dois gerentes.

Parágrafo Segundo - Das decisões da Superintendência Executiva caberá recurso ao Conselho de Administração, quando não houver unanimidade.

Art. 28º. Compete à Superintendência Executiva a prática de todos os atos necessários para assegurar o funcionamento regular da FEST, especialmente:

- I. Submeter à deliberação do Conselho de Administração:
 - a) O projeto de Regimento Interno da FEST;
 - b) O Regulamento de Contratações de Compras, Serviços, Obras, Alienações e Locações;
 - c) O Regulamento de Processo Seletivo para Admissão de Empregados;
 - d) O Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária para o exercício seguinte, até o último dia de novembro de cada ano;
 - e) Os Relatórios Finais de Atividades e a Prestação de Contas da FEST referentes ao exercício findo, até o último dia de abril de cada ano;
- II. Aprovar plano de classificação de funções e salários de empregados da FEST.
- III. Manifestar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas e executar outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo Conselho de Administração, na esfera de sua competência.

Art. 29º. Compete ao Superintendente:

- I. Representar a FEST ativa e passivamente, em juízo e fora dele;
- II. Representar a FEST em solenidades e assinaturas de contratos e convênios;



- III. Constituir procuradores para fins especiais e com poderes explícitos, quando de interesse da FEST, sempre em conjunto com outro gerente;
- IV. Convocar e presidir as reuniões da Superintendência Executiva;
- V. Admitir, promover, punir, dispensar e praticar os demais atos compreendidos na administração de pessoal, de acordo com as regras legais e regulamentares, bem como designar os ocupantes de cargos comissionados e administrá-los de modo a buscar o desempenho profissional necessário as atividades da FEST;
- VI. Emitir, aceitar, endossar e avalizar letras de câmbio, duplicatas, notas promissórias e cheques;
- VII. Autorizar a celebração de cauções, transações, acordos e renúncia de direitos, submetendo tais autorizações à posterior aprovação do Conselho de Administração;
- VIII. Promover, contratar e superintender estudos, projetos e demais serviços técnicos;
- IX. Praticar todos os demais atos de gestão que não sejam atribuídos por este Estatuto ao Conselho de Administração.
- X. Cumprir e fazer cumprir a legislação e este Estatuto, demais normas e as deliberações do Conselho de Administração.
- XI. Planejar, controlar, contratar e dirigir todos os serviços e atividades administrativas, financeiras e operacionais da FEST, aplicando a política definida pelo Conselho de Administração;
- XII. Elaborar as demonstrações financeiras no término do exercício;
- XIII. Prestar contas dos recursos aplicados aos órgãos públicos financiadores;
- XIV. Submeter aos controles finalísticos e de gestão pelo órgão máximo da Instituição de Ensino ou similar da entidade contratante;
- XV. Autorizar despesas e promover o pagamento de obrigações;
- XVI. Representar a FEST ativa e passivamente em juízo ou fora dele, podendo constituir procuradores, mandatários ou prepostos com fins específicos;
- XVII. Apresentar ao Conselho de Curador os balancetes das contas, acompanhados de informações e de súmulas dos trabalhos realizados ou em curso de realização;
- XVIII. Encaminhar ao Conselho de Administração para aprovação proposta de alienação e oneração de bens móveis e imóveis.
- XIX. Instaurar inquéritos administrativos;
- XX. Zelar pelos bens patrimoniais da FEST;
- XXI. Participar das reuniões do Conselho de Administração.
- XXII. Remeter a Proposta Orçamentária e o Plano de Trabalho para o exercício seguinte, até 30 de novembro de cada ano, ao Conselho Curador que deverá examiná-la o mais breve possível para que seja encaminhada para aprovação no Conselho de Administração antes de 31 de dezembro de cada ano para encaminhamento imediato ao Promotor de Justiça Cível de Fundações.

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



Parágrafo único - O Superintendente será substituído em suas faltas e impedimentos, por um dos gerentes por ele indicado.

Art. 30º. São atribuições do Superintendente em conjunto com qualquer um dos Gerentes da FEST:

- a) Emitir, endossar ou aceitar cheques, duplicatas, notas promissórias, letras financeiras e outros títulos de crédito, e promover movimentação de contas bancárias e contratos de financiamentos;
- b) Promover a abertura, a movimentação e o encerramento de contas bancárias bem como contratos de financiamentos;
- c) Participar da elaboração do projeto do Regimento Interno da FEST e suas alterações e/ou modificações.

Art. 31 - São atribuições do Gerente de Projetos:

- a) Captar projetos de interesse dos fins da FEST
- b) Apoiar os pesquisadores na elaboração, apresentação e negociação de propostas;
- c) Aprovar a redação final dos contratos e convênios;
- d) Controlar a qualidade dos serviços prestados;
- e) Controlar a execução física e financeira dos projetos

Art. 32º. São atribuições do Gerente Administrativo Financeiro:

- a) Elaborar a previsão orçamentária anual e acompanhar mensalmente a sua execução;
- b) Acompanhar todos os processos administrativos da FEST;
- c) Cuidar do arquivo da documentação;
- d) Acompanhar a contabilização adequada dos movimentos financeiros da entidade.
- e) Controlar as contas bancárias e realizar a sua conciliação permanente.

Seção IV DO CONSELHO CURADOR

Art. 33º. O Conselho Curador é o órgão de assessoramento do Conselho de Administração para assuntos de gestão patrimonial e financeira, que poderá dispor de serviço de auditoria contábil independente, para subsidiar o exercício de sua função.

Art. 34º. O Conselho Curador é composto por 3 (três) conselheiros titulares e respectivos suplentes, dos quais 1 (um) é indicado pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e 2 (dois) são eleitos, sendo um pelos Instituidores e o outro pelo Conselho de Administração.



Parágrafo Único: O Conselho Curador será presidido por um de seus membros, escolhido por seus pares na primeira reunião de cada exercício.

Art. 35º. O Conselho Curador se reúne:

- a) Ordinariamente, 1 (uma) vez a cada semestre civil;
- b) Extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 36º. São atribuições do Conselho Curador:

- a) Apresentar ao Conselho de Administração, até 31 de março de cada ano, parecer sobre a prestação de contas do exercício anterior;
- b) Aprovar os balancetes semestrais;
- c) Aprovar a contratação de auditoria externa, independente, abrangendo os aspectos econômicos - financeiros e contábeis;
- d) Emitir parecer, quando solicitado, sobre alienação ou oneração de bens imóveis.

Art. 37º. Ao Presidente do Conselho Curador compete:

- a. Cumprir e fazer cumprir, com o auxílio dos demais membros, todas as atribuições do Conselho Curador;
- b. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Curador;

Parágrafo único - O Presidente do Conselho Curador escolherá um, dentre os demais membros, para substituí-lo em suas faltas ou impedimentos.

Art. 38º. Considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Curador, do conselheiro que, sem justificativa, deixar de exercer suas funções por mais de três reuniões consecutivas.

Parágrafo único - Na ocorrência da hipótese prevista no "caput" deste artigo, o Presidente do Conselho de Administração escolherá substituto para cumprir o restante do mandato do substituído.

CAPÍTULO VI DAS ELEIÇÕES, MANDATOS E POSSES

Art. 39º. Os cargos de Conselheiros dos Conselhos de Administração e Curador serão preenchidos, de acordo com os Artigos 15 e 34 do Estatuto, mediante homologação e/ou eleição no Conselho de Administração, em reunião a ser realizada no último semestre do ano, anterior ao término dos mandatos, obedecendo as seguintes regras:

a) Conselheiros natos:

O Conselho de Administração homologa os nomes indicados pelas entidades, conforme previsto no Estatuto;

b) Conselheiros eleitos:

Eleição para os demais cargos dos Conselhos de Administração e Curador, para um mandato de quatro anos a iniciar-se a partir de suas posses, por maioria simples, para os representantes dos Instituidores e do Conselho de Administração por segmentos, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração da FEST o voto de desempate.

Art. 40º. O mandato dos Conselheiros natos no Conselho de Administração e do Conselheiro indicado pela UFES no Conselho Curador tem o início a partir de suas posses e término coincidente com o mandato do dirigente do poder público ou da entidade representados, atestada a sua indicação. O mandato dos Conselheiros eleitos para compor o Conselho Curador é de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por uma vez.

Art. 41º. O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos, dentre seus membros, para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos por uma vez.

Art. 42º. Na reunião do Conselho de Administração a ser realizada no primeiro dia útil do mês de janeiro do ano subseqüente ao da eleição da administração superior da UFES, tomam posse os Conselheiros eleitos para os Conselhos de Administração e Curador, Presidente e Vice-Presidente dos Conselhos de Administração e Curador, assinando em livro próprio o Termo de Posse e Compromisso.

**CAPÍTULO VII
DO EXERCÍCIO FISCAL**

Art. 43º. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, com término no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 44º. Durante o exercício fiscal, poderão ser abertos créditos adicionais, desde que as necessidades da FEST o exijam e haja disponibilidade financeira.

Parágrafo Primeiro - A escrituração das operações da FEST terá por parâmetro, onde for aplicável, as normas da Lei nº 6.404 de 15/12/76 e suas alterações.

Parágrafo Segundo - O regime contábil da FEST será o de competência.



CAPÍTULO VIII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.45º. A FEST prestará contas nos termos da legislação civil que lhe for aplicável, observados os princípios fundamentais e a legislação contábil.

Parágrafo único - A FEST publicará anualmente seu balanço, e afixará em local acessível de sua sede, cópia de seu relatório de atividades e das certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS.

Art. 46º. Até 30 de abril de cada ano, a Superintendência Executiva submeterá ao Conselho Curador, o Relatório Final de Atividades e a Prestação de Contas referentes ao exercício findo, peças que, examinadas pelo Conselho Curador, serão remetidas ao Promotor de Justiça Cível de Fundações até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao exercício financeiro.

Art. 47º. A FEST arcará com as despesas de auditoria que o Promotor de Justiça Cível de Fundações entender necessária para o exame de suas contas.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48º. O regime jurídico dos empregados da FEST será o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, permitida a contratação de locação de serviços.

Parágrafo Primeiro - A FEST poderá solicitar a participação de servidores públicos federais nas atividades realizadas, de acordo com o disposto nos artigos 4º, 5º e 6º, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Parágrafo Segundo - Os empregados da FEST serão contratados após serem aprovados de acordo com o estabelecido em normas próprias contidas em Regulamento de Processo Seletivo para Admissão de Empregados da FEST, aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - Caberá à Superintendência Executiva preparar o projeto de Regulamento de Contratações, Compras, Obras, Serviços e Alienações e o projeto de Regulamento de Processo Seletivo para Admissão de Empregados da FEST, dentro de 180 (cento e oitenta dias) contados da data do registro desta alteração.

Art. 49º. A alteração do presente Estatuto poderá ser feita dentro das seguintes condições:

- a. Que seja deliberada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Curador obedecendo-se, no mais, a legislação vigente;
- b. Não poderá contrariar ou desvirtuar os objetivos da FEST;
- c. Deverá ser aprovada pelo Promotor de Justiça Cível de Fundações e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

Art. 50º. A ausência de membro do Conselho de Administração, do Conselho Curador ou da Superintendência Executiva a 3 (três) reuniões ordinárias sucessivas, sem prévia justificativa por escrito, implicará na perda e consequente vacância do respectivo cargo ou função.

Art. 51º. A FEST somente poderá ser extinta por decisão unânime dos membros do Conselho Curador, devendo ser notificado, pessoalmente, o Promotor de

Justiça Cível de Fundações, de todos os atos relativos ao procedimento de extinção da Fundação, sob pena de nulidade.

Parágrafo Primeiro - É vedada a transformação ou incorporação da FEST em sociedade ou associação, ou a sua fusão com tais entidades.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo a hipótese prevista no *caput* deste artigo, o patrimônio da FEST reverterá automaticamente à Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, ou a entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de acordo com decisão unânime dos membros do Conselho de Administração.

Art. 52º. - É vedada a acumulação de funções de Superintendente e Gerente com a função de Conselheiro da FEST.

Art. 53º. Não serão distribuídos resultados, dividendos, bonificações, participações, ou parcela do patrimônio da FEST sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 54 º. À Superintendência Executiva caberá promover as alterações no Regimento Interno da FEST para adaptá-lo ao presente Estatuto, dentro de 180 (Cento e oitenta) dias, contados do registro desta alteração.

Art. 55º. Os Presidentes dos órgãos colegiados da FEST poderão decidir, excepcionalmente, *ad referendum*, as matérias que, dado o caráter de urgência



ou de ameaça aos interesses da FEST, não possam aguardar uma próxima reunião.

Art. 56º. É vedada a contratação como funcionários da FEST de parentes do 1º (primeiro) ao 3º (terceiro) graus do Superintendente, dos Gerentes e dos Conselheiros dos Conselhos de Administração e Curador.

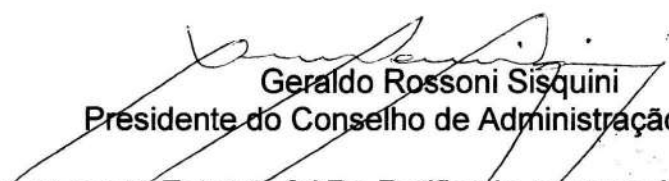
Art. 57º. O Superintendente e o Gerente Administrativo Financeiro da FEST devem providenciar o seguro dos bens móveis e imóveis com empresas idôneas do ramo para os riscos mais comuns nos termos da legislação vigente.

Art. 58º. É proibido a FEST apoiar qualquer partido político, grupo religioso ou racial, associação de caráter paramilitar ou assemelhado, ou grupo esportivo que não tenha ligação direta com o seu próprio pessoal, ou com servidores e/ou alunos da UFES, ou deles participar.

Art. 59º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

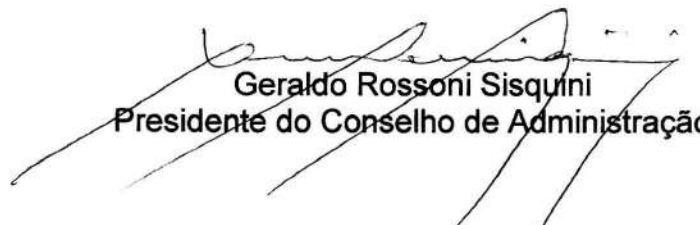
Art. 60º. Este Estatuto entrará em vigor na data de seu registro junto ao Cartório Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica de Vitória.

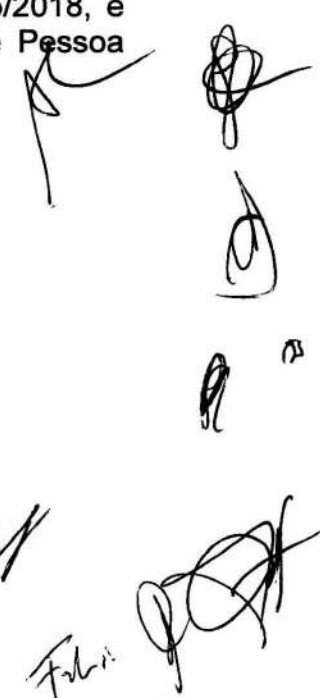
Vitória, 08 de maio de 2018


Geraldo Rossoni Sisquini
Presidente do Conselho de Administração

Certifico que o presente Estatuto foi Re-Ratificado, por unanimidade, na Reunião do Conselho de Administração desta Fundação, realizada em 08/05/2018, e autorizado o seu registro junto ao Cartório Oficial Registro Civil de Pessoa Jurídica de Vitória.

Vitória, 08 de maio de 2018


Geraldo Rossoni Sisquini
Presidente do Conselho de Administração



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

CNPJ:27.744.863/0001-77

Oficial Rodrigo Sarlo Antonio

Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória-ES - Cep:29010-080

Certifico que, nesta data, às folhas 258 no Livro A-147, que se deu a 54ª averbação, referente a Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Fundação Espírito-Santense de Tecnologia - FEST, do ano de 2018, com ato constitutivo registrado sob o nº 14286 do Livro nº A-18, 3

(Este doc. contém 2 fls.)

23
Vitória, ES, 21 de Junho de 2018

Rita de Cássia Pandolfi
Oficial Substituta

Selo : 824661.WFN1807.0345

Documentos: R\$ 335,73 Encargos: R\$ 99,97 Total: R\$ 435,70

Consulte autenticidade www.ges.us.br

RODRIGO SARLO
Rodrigo Sarlo Antonio
Oficial Tabelião
Romulo Alves da Motta Neto
Substituto
Rita de Cássia Pandolfi
Substituta
Praça Costa Pereira, 30
Centro - CEP 29010-080
Vitória - ES






Tabelsonato de Notas do Distrito de Goiabeiras - Vitória/ES
Eduardo Volney Amorim - Tabelião

Av. Fernando Ferrari, 500 - Goiabeiras - Vitória - ES
Telefax: (27) 3357-4100 - Cep: 29060-220
e-mail: cartorioamorim@cartorioamorim.com.br

AUTENTICAÇÃO. Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º-V Lei 8.935/94. Em Testº da verdade. Vitória/ES, 06/09/2019, 14:13:18.

Eliane Márcia da Costa Lima - escrituraria
Selo Digital: 153387.IVG1908.05766
Emolumentos: R\$ 2,96 Encargos: R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br



ESPAÇO EM
BRANCO





5807971


Tabellionato de Notas do Distrito de Goiabeiras - Vitória/ES
 Eduardo Volney Amorim - Tabelião

Av. Fernando Ferrari, 500 - Goiabeiras - Vitória - ES
 Telefax: (27) 3357-4100 - Cep: 29060-220
 e-mail: cartorioamorim@cartorioamorim.com.br



AUTENTICAÇÃO. Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º-V Lei 8.935/94. Em Testº da verdade. Vitória, ES, 26/09/2019, 14:13:09.

Eliane

Eliane Márcia da Costa Lima - escrituraria

Selo Digital: 153387.IVG1908.05763

Emolumentos: R\$ 2,96 Encargos: R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86

Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br



COPIA EM BRANCO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 02.980.103/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/02/1999
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FEST	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 02.30-6-00 - Atividades de apoio à produção florestal 60.10-1-00 - Atividades de rádio 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 72.10-0-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais 72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas 74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 86.40-2-99 - Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde 90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente 90.02-7-02 - Restauração de obras-de-arte 90.03-5-00 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos 93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente 93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada
--

LOGRADOURO AV FERNANDO FERRARI	NÚMERO 1080	COMPLEMENTO SALA 301 - 306
--	-----------------------	--------------------------------------

CEP 29.066-380	BAIRRO/DISTRITO MATA DA PRAIA	MUNICÍPIO VITORIA	UF ES
--------------------------	---	-----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO SUPERINTENDENCIA@FEST.ORG.BR	TELEFONE (27) 9928-7831
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **19/01/2024** às **11:35:52** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> com o identificador 310034003700330039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.980.103/0001-90
Razão Social: FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA FEST
Endereço: AV FERNANDO FERRARI 845 C UNIVERSITARIO / GOIABEIRAS / VITORIA / ES / 29075-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/02/2024 a 08/03/2024

Certificação Número: 2024020818233349858846

Informação obtida em 16/02/2024 08:53:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.980.103/0001-90

Certidão nº: 13837730/2024

Expedição: 29/02/2024, às 14:55:23

Validade: 27/08/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.980.103/0001-90**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20240000032949

Identificação do Requerente: CNPJ N° 02.980.103/0001-90

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto n° 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **08/01/2024**, válida até **07/04/2024**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 08/01/2024.

Autenticação eletrônica: **001A.A73A.9EC0.841E**





Prefeitura Municipal de Vitória

Secretaria de Fazenda



Certidão Negativa de Débitos

Emissão : 08/01/2024 - 09:21h

CNPJ: **02980103000190**

RAZÃO SOCIAL/NOME: **FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST**

Com fundamento no artigo 205 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal.

OBSERVAÇÕES

Documento válido até o dia 08/03/2024 e abrange apenas a pessoa física ou jurídica identificada. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar dívidas conhecidas e as apuradas após a emissão deste documento.

De acordo com a Portaria 19/2001 de 22/09/2001 da Secretaria de Fazenda de Vitória - ES , a emissão deste documento **NÃO PODERÁ SER COBRADA.**

Emitido em **08/01/2024 às 09:19** pelo **AGENTE INTERNET**

Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço:

<http://www.vitoria.es.gov.br>, "Serviços", opção "Autenticidade de documentos/ Certidão de Débitos".

Entre com a chave:

5695b284-c2cc-43e1-9f0c-07bc3f628788

Ou realize a busca pela Inscrição Fiscal, CNPJ ou CPF.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST
CNPJ: 02.980.103/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:42:15 do dia 18/12/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 15/06/2024.

Código de controle da certidão: **E724.180B.CA55.CE6F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
R. Des. Homero Mafra, 60 Enseada do Suá, Vitória - ES | CEP: 29.050-275 | Tel: (27) 3334-2000.

CERTIDÃO NEGATIVA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NATUREZA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL (FALÊNCIA E CONCORDATA)

Dados da Certidão

Razão Social: FEST FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA

CNPJ: 02.980.103/0001-90

Data de Expedição: 07/02/2024 13:35:56

Validade: 30 DIAS

Nº da Certidão: * 2022868514 *

-- ENDEREÇO --

Município: VITORIA

Bairro: GOIABEIRAS

Logradouro: - NÃO INFORMADO -

Número: - NÃO INFORMADO -

Complemento: - NÃO INFORMADO -

CEP: - NÃO INFORMADO -

-- CONTATO --

Email: JOCIMAR@FEST.ORG.BR

Telefone Fixo: (27) 3345-7555

Telefone Celular: - NÃO INFORMADO -

CERTIFICA que, consultando a base de dados do Sistema de Gerenciamento de Processos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (E-Jud, SIEP, PROJUDI e PJe) até a presente data e hora, **NADA CONSTA** contra o solicitante .

Observações

- Certidão expedida gratuitamente através da Internet;
- Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- O prazo de validade desta certidão é de 30 (trinta) dias, contados da data da expedição, conforme disposto no art. 467 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - www.tjes.jus.br -, utilizando o número da certidão acima identificado;
- Em relação as comarcas da entrância especial (Vitória/Vila Velha/Cariacica/Serra/Viana), as ações de: execução fiscal estadual, falência e recuperação judicial, e auditoria militar, tramitam, apenas, no juízo de Vitória;
- As ações de natureza cível abrangem inclusive aquelas que tramitam nas varas de Órfãos e Sucessões (Tutela, Curatela, Interdição,...), Juizado Especial Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública, Execução Fiscal e Execução Patrimonial (observado o item e);
- As ações de natureza criminal abrangem, dentre outras: as de auditoria militar e de juizados especiais criminais;
- As matérias atinentes as varas de família e infância e juventude são objeto de certidão específica;
- A base de dados do sistema de gerenciamento processual (1ª INSTÂNCIA: eJUD, SIEP, PROJUDI, PJe-1G; 2ª INSTÂNCIA: Sistema de Segunda Instância, PJe-2G) contém o registro de todos os processos distribuídos no Judiciário do Estado do Espírito Santo, com exceção do SEEU;
- A certidão negativa referente ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU deverá ser requerida ao Cartório do Ofício de Distribuidor da Comarca, conforme Ato Normativo Conjunto nº. 009/2021.



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310034003700340035003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.

fls. 168



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE VITÓRIA
Curadoria de Fundações

HOMOLOGAÇÃO DE ATA DA FUNDAÇÃO ESPIRITO-SANTENSE DE
TECNOLOGIA-FEST

Na Segunda Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da **FUNDAÇÃO ESPIRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA-FEST**, realizada no dia 10/07/2019, às 15:00 horas, os Membros do Conselho reuniram-se apreciaram a pauta abaixo relacionada, conforme se apresenta:

1-Homologação AD REFERENDUM nº 001/2019, que referenda a demissão do Sr. Getúlio Apolinário Ferreira do Cargo de Superintendente da Fundação Espíritos Santense de Tecnologia-FEST;

2- Homologação AD REFERENDUM nº 002/2019, que trata da admissão do Sr. Armando Biondo Filho, para o Cargo de Superintendente da Fundação Espíritos Santense de Tecnologia-FEST, com solenidade de Posse e assinatura do Termo de Posse;

Considerando que foram observadas as formalidades legais, **HOMOLOGO** tal pretensão e determino o seu registro no cartório competente, ficando uma cópia da ata nesta Curadoria para controle deste órgão, seguindo as demais vias de registro, devidamente rubricadas e carimbadas por este Representante do Ministério Público. **No prazo de trinta dias a fundação deverá comprovar que efetivou junto ao cartório o devido registro.**

Vitória - ES, 11 de julho de 2019.

ARLINDA MARIA BARROS MONJARDIM
Promotora de Justiça

RUA RAULINO GONÇALVES, 200, ENSEADA DO SUÁ, VITÓRIA-ES, CEP:29050-405 -
Fone: (27) 3145-5000

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JURZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL | RODRIGO SARLO ANTONIO - TABELIÃO E OFICIAL
Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400
Avenida Nossa Senhora da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500



AUTENTICAÇÃO. Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art.7º, Lei 8.935/94. Em Testemunho da verdade. Vitória-ES, 11/07/2019, 16:36:44.

Izabelle Ludgero - Escrevente
Selo Digital: 024861.RIC1906.35057

Emolumentos: \$2,98 Encargos: \$0,90 Total: \$3,88

Consulte autenticidade em <https://vargemalta.splonime.com.br/autenticidade> com o identificador 310034003700340037003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.





Arlinda Maria Barros Monjardim
Promotora de Justiça - MP-ES

Vitória, 08 de julho de 2019.

Assunto: Convocação

Em conformidade com o Estatuto da Fundação Espírito-santense de Tecnologia - FEST, convocamos os Senhores e Senhora, membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, para a 2ª Reunião Extraordinária de 2019, a ser realizada no dia 10 de julho de 2019, quarta feira próxima, às 15:00h, na sala de reunião do Centro Tecnológico - UFES (Castelinho), para deliberar sobre os itens de pauta a seguir:

1. Homologação do AD REFERENDUM Nº 001/2019
Demitir do Cargo de Superintendente, o Sr. Getúlio Apolinário Ferreira
2. Homologação do AD REFERENDUM Nº 002/2019
Admitir para o Cargo de Superintendente, o Sr. Armando Biondo Filho

Solicitamos a gentileza de confirmar presença para que possamos analisar o quórum necessário para realização da reunião.

Atenciosamente,

Patrício José Moreira Pires
Presidente do Conselho de Administração



Arinda Maria Barros Manjardim
Promotora de Justiça - MP-ES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FEST
DECISÃO AD REFERENDUM Nº 001/2019

O Presidente do Conselho de Administração da FEST Prof. Dr. Patricio José Moreira Pires, usando de suas atribuições previstas no Art. 21, item *a* do Estatuto da FEST em vigor, resolve “AD REFERENDUM” do Conselho de Administração da FEST: demitir do cargo de superintendente, Sr. Getúlio Apolinário Ferreira.

Vitória-ES, 05 de julho de 2019



Prof. Dr. Patricio José Moreira Pires
Presidente do Conselho de Administração

FEST RECEBIDO
Vitória 02/07/19
ME





Artlinda Maria Barros Monjardim
Promotora de Justiça - MP-ES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FEST

DECISÃO AD REFERENDUM Nº 002/2019

O Presidente do Conselho de Administração da FEST Prof. Dr. Patricio José Moreira Pires, usando de suas atribuições previstas no Art. 21, item *a* do Estatuto da FEST em vigor, resolve “AD REFERENDUM” do Conselho de Administração da FEST: admitir para o cargo de superintendente, Sr. Armando Biondo Filho.

Vitória-ES, 05 de julho de 2019

Prof. Dr. Patricio José Moreira Pires
Presidente do Conselho de Administração

FEST RECEBIDO

Vitória 05/07/19

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST, DO ANO DE 2019, REALIZADA ÀS 15h00min DO DIA 10 DE JULHO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO CENTRO TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES.

Presentes:

Conselheiro Presidente	Patrício Jose Moreira Filho - Titular
Conselheiro Vice-presidente	Fabio de Assis Ressel Pereira - Titular
Conselheiro	Geraldo Rossoni Sisquini - Titular
Conselheiro	Luiz Alberto Souza Carvalho - Titular
Conselheiro	Bruno Venturini Loureiro - Suplente
Conselheiro	José Roberto Rangel de Almeida – Suplente
Conselheiro	Alessandro Mattedi – Suplente
Conselheiro	Gibson Barcellos Reggiani - Suplente
Conselheiro	Luciano Raizer Moura – Suplente
Conselheiro	Franco Machado - Suplente
Conselheira	Juliana dos Santos C. Denarde - Suplente
Presidente Cons. Curador	Herbert Barbosa Carneiro - Convidado
Superintendente	Armando Biondo Filho
Gerente de Projetos	Patricia Bourguignon Soares
Controller	Celso Rodrigues de Souza

Ausências Justificadas:

Conselheiro	Mateus Simões de Freitas - Titular
Conselheiro	Fausto Frizzera Borges – Suplente
Conselheiro	Guilherme L. G. de Oliveira – Suplente
Conselheiro	Renato Rodrigues Neto - Titular

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e dezanove (10/07/2019), às 15h00min, realizou-se na sala de reuniões do Centro Tecnológico - CT, situada no Campus Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, com endereço na Avenida Fernando Ferrari, 845, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29075-010, a segunda reunião extraordinária de 2019 do Conselho de Administração da Fundação Espírito-santense de Tecnologia - FEST. Dando início à reunião, o Presidente Sr. Patrício José Moreira Pires fez a abertura da mesma e dando as boas vindas a todos os presentes e justificando as ausências dos conselheiros que não puderam comparecer, e na sequência o Presidente convidou a mim, Celso Rodrigues de Souza para secretariar a reunião. Composta a mesa com todos participantes e em cumprimento ao Estatuto da Fundação, o Senhor Presidente solicitou a apuração do quorum, quando foi informado que tinha quorum para que a reunião fosse realizada, conforme a lista de presença assinada por todos e que seguirá em anexo à ata. Dando continuidade, o Presidente fez a leitura do ofício de convocação da reunião com os respectivos itens de pauta, que foi enviado a todos os membros

titulares e suplentes do Conselho de Administração, que são: Item 1 - Homologação do AD REFERENDUM Nº 001/2019 - Demitir do Cargo de Superintendente o Sr. Getúlio Apolinário Ferreira; Item 2 - Homologação do AD REFERENDUM Nº 002/2019 - Admitir para o Cargo de Superintendente o Sr. Armando Biondo Filho.

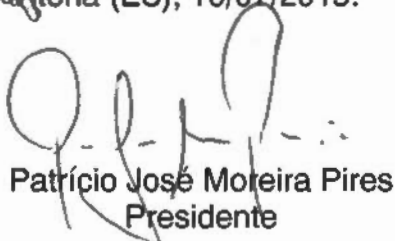
Arlinda Maria Barros Monjardim
Promotora de Justiça - MP-ES

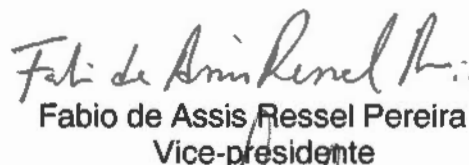
Deliberações:

Atendendo ao ofício de convocação, o Presidente deu continuidade na reunião colocando em discussão o Item 1 - A Homologação do AD REFERENDUM Nº 001/2019, que referenda a demissão do Sr. Getúlio Apolinário Ferreira do Cargo de Superintendente da Fundação Espírito-santense de Tecnologia - FEST, sendo então o assunto discutido por todos os presentes e depois de finalizado os debates, o Presidente colocou em votação, sendo então aprovado por unanimidade. Na sequência, o Presidente colocou em discussão o Item 2 - Homologação do AD REFERENDUM 002/2019 que trata da Admissão do Sr. Armando Biondo Filho para o Cargo de Superintendente da Fundação Espírito-santense de Tecnologia - FEST, que passou a ser discutido por todos os presentes, que após a finalização dos debates, o Presidente colocou em votação, sendo então aprovado por unanimidade pelos presentes. Finalizado o processo de demissão do Sr. Getúlio Apolinário Ferreira do Cargo de Superintendente e da Admissão do Sr. Armando Biondo Filho para o Cargo de Superintendente, o Presidente iniciou a solenidade de Posse do Sr. Armando Biondo Filho, com a assinatura do Termo de Posse, que seguirá em anexo à ata da reunião para a Homologação no Ministério Público - Curadoria das Fundações do Espírito Santo, e após, seguirá em anexo para o registro no Cartório de Pessoas Jurídicas. Após a finalização de todas as discussões e não tendo nada mais a ser deliberado, o Presidente, Sr. Patrício José Moreira Pires agradeceu a todos e todas pelas presenças, pela participação efetiva nas deliberações dos Itens de pauta da reunião, dando na sequência a reunião por encerrada, determinando que eu Celso Rodrigues de Souza, Controller da Fundação, que secretariei a reunião, lavrasse a presente ata, que segue assinada por mim e por todos participantes presentes.

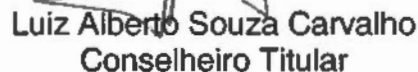
CARTÓRIO ANDRIM

Vitória (ES), 10/07/2019.


Patrício José Moreira Pires
Presidente


Fabio de Assis Ressel Pereira
Vice-presidente


Geraldo Rossoni Sisquini
Conselheiro Titular


Luiz Alberto Souza Carvalho
Conselheiro Titular



Linda Maria Barros Moura
Juiz de Justiça - TJ-ES

[Signature]
José Roberto Rangel de Almeida
Conselheiro Suplente

[Signature]
Alessandro Mattedi
Conselheiro Titular

[Signature]
Bruno Venturini Loureiro
Conselheiro Suplente

[Signature]
Franco Machado
Conselheiro Suplente

[Signature]
Luciano Raizer Moura
Conselheiro Suplente

[Signature]
Juliana dos Santos Costa Denarde
Conselheiro Suplente

[Signature]
Patricia Bourguignon Soares
Gerente de Projetos

[Signature]
Gibson Barcellos Reggiani
Conselheiro Suplente

[Signature]
Celso Rodrigues de Souza
Controller

[Signature]
Arduini

Tabellionato de Notas do Distrito de Goiabeiras - Vitória/ES
Eduardo *[Signature]*

Av. Fernando Ferrari, 629 - Goiabeiras - Vitória - ES
Fones: (27) 3357-4100 - Cep: 29060-220
e-mail: cartorioamorini@cartorioamc.com.br

Reconheço por semelhança a firma de **CELSO RODRIGUES DE SOUZA**. Em Teste da verdade. Vitória-ES, 11/07/2016, 11:21:20.

Priscilla Lisboa Alvarenga Silva - Escrevente Autorizado
Selo Digital: 153387.UGN1906.03718
Emolumentos: R\$ 5,35 Encargos: R\$ 1,62 Total: R\$ 6,97
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br



[Signatures]
Fabrício

Anda Maria Barros Monjardim
motora de Justiça - MP-ES

TERMO DE POSSE

SR. ARMANDO BIONDO FILHO

Aos dez dias do mês de julho, do ano de dois mil e dezenove, 10/07/2019, na sala de reuniões do Centro Tecnológico (Castelinho), da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, situada na Avenida Fernando Ferrari, 845, Goiabeiras, nesta cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, tomou posse como **Superintendente** da Fundação Espírito-santense de Tecnologia - FEST, em reunião realizada nesta data, com mandato por tempo indeterminado conforme o Artigo 25 do Estatuto Social. O Senhor Armando Biondo Filho é brasileiro, divorciado, aposentado, portador da carteira de identidade [REDACTED] IFP-RJ, inscrito no CPF sob o Nº [REDACTED], Doutor em Ciências Físicas com os Direitos e Privilégios Inerentes, residente e domiciliado na Rua da Paisagem, 460 - Casa, Bairro Boa Vista - CEP 29075-585 - Vitória - ES.

Tendo sido cumpridas todas as formalidades legais e estatutárias, e, para que se produzam os efeitos legais, eu Celso Rodrigues de Souza, secretário da reunião, lavrei o presente termo que subscrevo e que segue assinado também pelo empossado.

Vitória - ES, 10 de julho de 2019.

CARTÓRIO AMORIM

Armando Biondo filho
CPF - [REDACTED]

Celso Rodrigues de Souza
CPF - [REDACTED]

Tabellionato de Notas do Distrito de Goiabeiras - Vitória ES
Eduardo Volney Amorim - Tabelião

Av. Fernando Ferrari, 500 - Goiabeiras - Vitória ES
Telefone: +55 71 3357-9100 | Cel: 29360-220
E-mail: amorim@tab.com.br

Reconhecido por semelhança a firma de ARMANDO BIONDO FILHO.
Em Teste da verdade. Vitória, ES, 10/07/2019, 17:18:19.

Priscilla Lisboa Alvarenga Silva - Escrevente Autorizada
Selo Digital: 153387.UGN1906.03713
Emolumentos: R\$ 2,96 Encargos: R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br





*Handwritten signature: Maria Barros Monjardim
Advogada de Justiça - MP-ES*

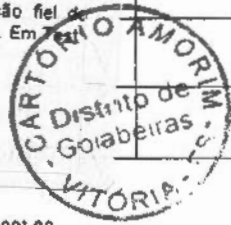
FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST	
2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
LISTA DE PRÉSENÇA - DATA: 10/07/2019 - 15:00h	
NOME	ASSINATURA
1 ARMANDO BIONDO / N/A	
2 Juliana S. Costa Dinande	<i>[Handwritten signature]</i>
3 LUIZ ALBERTO S. CORVALAN	<i>[Handwritten signature]</i>
4 Patricia Banguignon Soares	<i>[Handwritten signature]</i>
5 FABIO DE ASSIS RESEL PEREIRA	<i>[Handwritten signature]</i>
6 FRANCO MACHADO	<i>[Handwritten signature]</i>
7 Bruno Venturini Loureiro	<i>[Handwritten signature]</i>
8 JOSÉ ROBERTO RANGEL DE ALMEIDA	<i>[Handwritten signature]</i>
9 ALESSANDRO MATTEI	<i>[Handwritten signature]</i>
10 G. M. (PATRICIA)	<i>[Handwritten signature]</i>
11 HERBERT BARBOSA CARNEIRO	<i>[Handwritten signature]</i>
12 Gibson Paucelos Reggiani	<i>[Handwritten signature]</i>
13 LUCIANO RAIZER KOURAT	<i>[Handwritten signature]</i>
14 GERALDO ROSSONI SUSQUINI	<i>[Handwritten signature]</i>
15 CELSO R. DE SOUZA	<i>[Handwritten signature]</i>
16	
17	
18	
19	

Tabelfionato de Notas do Distrito de Goiabeiras - Vitória/ES
Eduardo Volney Amorim - tabelado
Av. Fernando Ferrari, 845 - Goiabeiras - Vitória - ES
Telefax: (27) 3335-2182 • Cep: 29075-220
e-mail: cartorioam@cartorioam.com.br



AUTENTICAÇÃO. Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º-V Lei 8.935/94. Em 10/07/2019, 11:24:11.

Priscilla Lisboa Alvarenga Silva - Escrevente Autorizado
Selo Digital: 153387.UGN1908.03724
Emolumentos: R\$ 2,96 Encargos: R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br





PÁGINA EM BRANCO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CNPJ:27.744.663/0001-77
Oficial Rodrigo Sarlo Antonio
Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória-ES - Cep:29010-080

Certifico que, nesta data, às folhas 194 no Livro A-189, que se deu a 57ª averbação, referente a Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Fundação Espírito Santense de Tecnologia – FEST, ano de 2019, datada de 10 de julho de 2019, com ato constitutivo registrado sob o nº14288 do Livro nº A-16.

(Este doc. contém 09 fls.),
 Vitória, ES, 17 de julho de 2019

Rita de Cássia Pandolfi
 Rita de Cássia Pandolfi
 Oficial Substituta

Selo: 024861.RIC1906.42680
 Emolumentos: R\$ 265,02 Encargos: R\$ 79,68 Total: R\$ 344,70
 Consulte autenticidade www.fes.jus.br



PÁGINA EM BRANCO





CARTÓRIO SARLO
 Rodrigo Sarlo Antonio
 Oficial Tabelião
 Romulo Alves da Motta Neto
 Substituto
 Rita de Cássia Pandolfi
 Substituta
 Av. Nossa Sra. da Penha, 555
 Santa Lúcia - CEP 29056-250
 Vitória - ES

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CARTORIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL

Rodrigo Sarlo Antonio
 Oficial e Tabelião

A-16

14288

268

Página: 1 *19/05*

CERTIDÃO

O BACHAREL RODRIGO SARLO ANTONIO - OFICIAL DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS DA CIDADE DE VITÓRIA, COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TABELIÃO DE NOTAS, POR NOMEAÇÃO NA FORMA DA LEI, ETC., ETC...

CERTIFICO

e dou fé, por haver sido requerido pela parte interessada que, nesta data em meu Cartório, registrei:

DENOMINAÇÃO:	FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA
NATUREZA JURÍDICA:	FUNDAÇÃO
DURAÇÃO:	INDETERMINADA
INSTRUMENTO:	PARTICULAR
REPRESENTANTE:	SUPERINTENDENTE
FINS:	<p>A FEST tem por objetivo primordial colaborar, pelos meios adequados e disponíveis, em programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão ou de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, em conjunto com entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras, visando o desenvolvimento do estado e do país.</p> <p>Para a consecução dos objetivos previstos no caput deste artigo e, para o aperfeiçoamento de suas atividades, a FEST, desde que assim permitam seus recursos, poderá:</p> <p>I. Organizar e executar serviços visando à efetiva integração entre sociedade, universidades e outras entidades ligadas ao ensino e à tecnologia;</p> <p>II. Apoiar:</p> <p>a) Programas de conhecimento tecnológico e projetos de ensino, visando à qualificação da mão-de-obra e treinamento em atividades ligadas aos seus objetivos estatutários;</p> <p>b) Cursos, simpósios, seminários, conferências sobre tecnologia que contribuam para a melhoria de especialistas que trabalham nos diversos segmentos da sociedade;</p> <p>c) A divulgação de conhecimentos tecnológicos, através de métodos modernos e difusão;</p> <p>d) O intercâmbio com entidades congêneres nacionais e estrangeiras, mantendo interação com esses organismos e serviços;</p> <p>e) A edição de obras intelectuais, a produção e difusão de bens e valores culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;</p> <p>f) O desenvolvimento de novos produtos, materiais, aparelhos e instrumentais, a transferência de tecnologia, sistemas e procedimentos relacionados com seus objetivos estatutários;</p> <p>g) O desenvolvimento de ações de pesquisa, de ensino e desenvolvimento tecnológico institucional;</p> <p>III. Prestar Serviços especializados, na área de tecnologia e de interesse da área de saúde e de humanas, em cooperação com a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e outras instituições públicas e privadas. Os projetos de pesquisas ou de transferência de tecnologia em parceria com a UFES deverão ter a participação de, no mínimo 2/3 (dois terços) de pessoal da mesma;</p> <p>IV. Prestar serviços de assessoria e consultoria para formular diagnósticos, emitir pareceres, fazer levantamentos, realizar estudos e elaborar planos, projetos e programas por demanda de órgãos públicos e empresas privadas que se enquadrem nas áreas de competência científica, tecnológica no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, da UFES e demais entidades Públicas e Privadas.</p> <p>V. Estimular e promover programas voltados para o desenvolvimento tecnológico do Estado do Espírito Santo e demais regiões do território nacional, inclusive aqueles que visem à transferência dos resultados de pesquisas para o setor produtivo;</p> <p>VI. Promover a divulgação do desenvolvimento de empreendimentos de base tecnológica;</p> <p>VII. Gerenciar a concessão de bolsas de Pesquisa, de Ensino, de Extensão, de estagio e de Inovação conforme condições de procedimentos estabelecidos em Resolução específica;</p> <p>VIII. Apoiar o desenvolvimento de ações de pesquisa, de ensino, de extensão e de Inovação tecnológica nas suas áreas de atuação;</p> <p>IX. instituir Prêmios de estímulo e reconhecimento a pesquisadores que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e científico da comunidade;</p> <p>X. captar recursos junto à iniciativa privada, agências financiadoras oficiais e entidades congêneres no Brasil e exterior;</p> <p>XI. Apoiar o desenvolvimento de ações sociais voluntárias nas suas áreas de atuação;</p>

2635045

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Matriz
 Av. Nossa Sra. da Penha, nº 555
 Santa Lúcia - Vitória - ES - Cep: 29.056-250
 Tel.: (27) 212-

Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticacao>
 com o identificador 310034003700340038003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 179

Substitutos:
 Romulo Alves da Motta Neto
 Rita de Cássia Pandolfi



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL

Rodrigo Sarlo Antonio
 Oficial e Tabelião

14288

268

Página: 2

- XII. Criar centros de pesquisa e agências que tenham por fim a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a difusão do conhecimento científico e tecnológico;
- XIII. Consultoria e Assessoria em Estudos de Meio Ambiente;
- XIV. Execução e acompanhamento de projetos ambientais;
- XV. Promover capacitação de recursos humanos especializados para os setores público e privado;
- XVI. Manter Cadastro de recursos humanos da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES com formação técnico-científica e capacitação profissional em condições de atender demandas de natureza operacional de órgãos públicos e empresas privadas;
- XVII. Captar recursos por meio de celebração de convênios, contratos, ajustes e acordos que visem atender demandas de órgãos públicos e empresas privadas através da prestação de serviços;
- XVIII. Promover atividades educacionais, artísticas e culturais, incluindo a oferta de cursos voltados pra a comunidade;
- XIX. Divulgar a produção científica e cultura do Espírito Santo;
- XX. Fomentar a Incubação de empresas com propostas de inovação tecnológica envolvendo alunos ou ex-alunos recém-formados da UFES;
- XXI. Apoiar os procedimentos de registros de propriedade intelectual e industrial, nas diversas áreas de atuação da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES;
- XXII. Divulgar o conhecimento através da edição e comercialização de livros e periódicos ou outros meios de comunicação de textos, dados, som e imagem, bem como comercializar materiais de apoio didático, sem finalidade lucrativa;
- XXIII. Explorar serviços de radiodifusão e teledifusão educativa e cultural;
- XXIV. Elaboração e execução de concurso público e privado.

ENDEREÇO: AV. FERNANDO FERRARI, Nº 845, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, GOIABEIRAS, VITORIA -ES, CEP: 29060-900

FORO: Vitória

DESTINO PATRIMONIAL: na hipótese de extinção o patrimônio remanescente terá o destino que o Conselho de Administração decidir. (Art. 56 § 2º)

OBRIGAÇÃO SOCIAL: Os sócios não respondem pelas obrigações sociais

DIRETORIA: -----

ESTATUTO REFORMÁVEL: SIM

COMPETÊNCIA: Conselho de Administração

DATA FUNDAÇÃO: 16/12/1998

DATA APROVAÇÃO: 16/12/1998

DATA DA ELEIÇÃO: 16/12/1998

DATA DA POSSE: 16/12/1998

TEMPO MANDATO: Conselho Curador 02 anos

DATA REGISTRO: 18/02/1999

ORGÃOS: São órgãos responsáveis pela Administração da FEST:
 I. Conselho de Administração;
 II. Superintendência Executiva;

Órgão de assessoria da FEST:
 I. Conselho Curador;

O Conselho de Administração é composto por 10 (dez) Conselheiros titulares e respectivos suplentes, dos quais 7 (sete) são natos e 3 (três) são eleitos, como a seguir se especifica:

- a. Conselheiros Natos;
 - 6 (seis) indicados pelo Poder Público, sendo :
 - 1 (um) representante do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo e;
 - 5 (cinco) representantes da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, designados pelo Conselho Superior da UFES;
 - 1 (um) indicado por entidade da sociedade civil, sendo 1 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo - FINDES ou 1 (um) representante do ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO - Movimento Empresarial do Espírito Santo.
- b. Conselheiros eleitos:

2635044



VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL

Rodrigo Sarlo Antonio
Oficial e Tabelião

A-16

14288

268

Página: 3

- 2 (dois) representantes dos Instituidores e;
- 1 (um) indicado pelos demais integrantes do Conselho de Administração da FEST, sendo 1 (um) representante do setor produtivo do Estado do Espírito Santo ou 1 (um) representante da comunidade científica e tecnológica do Estado do Espírito Santo;

Superintendência Executiva será exercida por:

- um Superintendente,
- um Gerente de Projetos e;
- um Gerente Administrativo-Financeiro, empregado de nível superior de maior hierarquia, escolhidos pelo Conselho de Administração.

O Conselho Curador é o órgão de assessoramento do Conselho de Administração, para assuntos de gestão patrimonial e financeira, que poderá dispor de serviço de auditoria contábil independentemente, para subsidiar o exercício de sua função, é composto de 3 Conselheiros Titulares e respectivos suplentes, os quais:

- 1 (um) é indicado pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e;
- 2 (dois) são eleitos, sendo um pelos instituidores e o outro pelo Conselho de Administração.

OBSERVAÇÕES:

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Fundação Espírito-Santense de Tecnologia – FEST, realizada no dia 15 de julho de 2021 às 10:00hs, com a seguinte ordem do dia:

- I – Posse de novos conselheiros;
- 2 – Homologação do membro do Conselho Curador;
- 3 – Homologação do Balanço encerrado em 31/12/2020;
- 4 – Análise e aprovação do parecer do Conselho Curador sobre as Demonstrações Contábeis, findas em 30 de junho de 2020 a 31 de dezembro de 2020;
- 5 – homologação do Parecer da Auditoria Independente;
- 6 – Homologação do Relatório Anual de Gestão 2020;
- 7 – Homologação do Relatório de Avaliação de Desempenho 2020;
- 8 – Homologação de novos projetos.
- 9 – Homologação do Plano da Gestão de 2021-2022;
- 10 - Homologação da decisão ad referendum nº 001 e 002/2020;
- 11 – Abertura de uma Filial da Fest com CNPJ diferenciado para atender ao projeto da EDUFES (COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS/REVISTAS) E PROJETO DO ITUFESD (MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, com endereço a Av. Fernando Ferrari, nº 514, Campus Universitário de Goiabeiras - Vitória - ES;
- 12 - Assuntos Gerais:
 - a) Atualização do CNPJ/CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas: com descrição das atividades econômicas secundárias e;
 - b) Posicionamento sobre os impactos do Covid-19, sobre os projetos apoiados pela FEST. Conforme Parecer do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – Promotoria de Justiça Cível de Vitória – Curadoria de Fundações – Homologação de Ata da Fundação Espírito-Santense de Tecnologia – FEST, - Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, às 10:00 horas, na Sala de reuniões da FEST, foi realizada a Primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração da FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DE TECNOLOGIA – FEST, na qual foi apreciada e aprovada a seguinte pauta:
 - I – Posse de novos conselheiros;
 - 2 – Homologação do membro do Conselho Curador;
 - 3 – Homologação do Balanço encerrado em 31/12/2020;
 - 4 – Análise e aprovação do parecer do Conselho Curador sobre as Demonstrações Contábeis, findas em 30 de junho de 2020 a 31 de dezembro de 2020;
 - 5 – homologação do Parecer da Auditoria Independente;
 - 6 – Homologação do Relatório Anual de Gestão 2020;
 - 7 – Homologação do Relatório de Avaliação de Desempenho 2020;
 - 8 – Homologação de novos projetos.
 - 9 – Homologação do Plano da Gestão de 2021-2022;
 - 10 - Homologação da decisão ad referendum nº 001 e 002/2020;
 - 11 – Abertura de uma Filial da Fest com CNPJ diferenciado para atender ao projeto da EDUFES (COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS/REVISTAS) E PROJETO DO ITUFESD (MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS;
 - 12 - Assuntos Gerais:
 - a) Atualização do CNPJ/CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas: com descrição das atividades econômicas secundárias e;
 - b) Posicionamento sobre os impactos do Covid-19, sobre os projetos apoiados pela FEST.

2635043

Matriz
Av. Nossa Sra. da Penha, nº 555
Santa Lúcia - Vitória - ES
Tel.: (27) 214-5500



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> com o identificador 310034003700340038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Substitutos:
Romulo Alves da Motta Neto
Rita de Cássia Pandolfi

fls. 181

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL

Rodrigo Sario Antonio
 Oficial e Tabelião

A-16

14288

268

Página: 4

Considerando que foram observadas as formalidades legais, HOMOLOGO tal pretensão e determino o seu registro no cartório competente, fiando uma cópia da ata nesta curadoria para controle deste órgão, seguindo as demais vias de registros, devidamente rubricadas e carimbadas por este Representante do Ministério Público. No prazo de trinta dias a fundação deverá comprovar que efetivou junto ao cartório o devido registro. Vitória, ES, 10 de agosto de 2021. Arlinda Maria Barros Monjardim. Promotora de Justiça.

FILIAIS

- Campus Universitário de Goiabeiras - Vitória - ES (para o Projeto EDUFES) - Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário de Goiabeiras - Vitória - ES - CEP 29075-910
- esritório administrativo(para funcionamento do projeto ITUFES) - Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário de Goiabeiras, Vitória - ES
- Jardim da Penha - Vitória - ES (para o Projeto do ITUFES) - Av. Alziro Zarur, nº 40, Bairro Jardim da Penha - Vitória - ES, CEP 29060-350 -

MEMBROS

REPRESENTANTE DA UFES - PATRICIO JOSÉ MOREIRA PIRES - DE 06/06/2020 ATÉ 30/04/2024	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - TITULAR	
REPRESENTANTE DA UFES - ALESSANDRO MATTEDI - DE 06/06/2020 ATÉ 30/04/2024	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - SUPLENTE	
REPRESENTANTE DA UFES - FABIO DE ASSIS RESSEL - DE 06/06/2020 ATÉ 30/04/2024	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - TITULAR	
REPRESENTANTE DA UFES - BRUNO VENTURINI LOUREIRO - DE 06/06/2020 ATÉ 30/04/2024	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - SUPLENTE	
REPRESENTANTE DA UFES - GERADLO ROSSONI SISQUINI - DE 06/06/2020 ATÉ 30/04/2024	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - TITULAR	
REPRESENTANTE DA UFES - LUCIANORAIZER MOURA - DE 06/06/2020 ATÉ 30/04/2024	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - SUPLENTE	
REPRESENTANTE DA UFES - MARCIO COELHO DE MATTOS - DE 06/06/2020 ATÉ 30/04/2024	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - TITULAR	
REPRESENTANTE DA UFES - JOSÉ ROBERTO RANGEL DE ALMEIDA - DE 06/06/2020 ATÉ 30/04/2024	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - SUPLENTE	
REPRESENTANTE DA UFES - MAXWELL MARCOS ROCHA PEREIRA - DE 06/06/2020 ATÉ 30/04/2024	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - TITULAR	
REPRESENTANTE DA UFES - MARCELO EDUARDO VIEIRA SEGATTO - DE 06/06/2020 ATÉ 30/04/2024	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - SUPLENTE	
REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO - SEMOB - ALBERTO FREDERICO SALUME COST - DE 17/07/2021 ATÉ 14/07/2025	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - TITULAR	
REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO - .	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - SUPLENTE	
REPRESENTANTE DO IBAPE - PATRICIA BRUNOW DINIZ RIBEIRO BARBOSA - DE 17/07/2021 ATÉ 14/07/2025	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - TITULAR	
REPRESENTANTE DO IBAPE - RADEGAZ NASSER JUNIOR - DE 17/07/2021 ATÉ 14/07/2025	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - SUPLENTE	
REPRESENTANTE DOS INSTITUIDORES - SINDFER - LUIZ ALBERTO SOUZA CARVALHO - DE 12/06/2019 ATE 11/06/2021	CONSELHO DE AMINISTRAÇÃO - TITULAR	
REPRESENTANTE DOS INSTITUIDORES - CDMEC - FABIO CORREA DO ROSARIO - DE 17/07/2021 ATÉ 14/07/2025	CONSELHO DE AMINISTRAÇÃO - SUPLENTE	
REPRESENTANTE DOS INSTITUIDORES - SINDIQUIMICOS - JOSÉ CARLOS ZANOTELLI - DE 17/07/2021 ATÉ 14/07/2025	CONSELHO DE AMINISTRAÇÃO - TITULAR	

2635042

Matriz
 Av. Nossa Sra. da Penha, nº 555 - CEP: 29.056-250
 Santa Lúcia - Vitória - ES - Cep: 29.056-250
 Tel.: (27) 212-9550



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> com o identificador 310034003700340038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Substitutos:
 Romulo Alves da Motta Neto
 Rita de Cássia Pandolfi

fls. 182

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E
TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL

Rodrigo Sarlo Antonio
Oficial e Tabelião

A-16

14288

268

Página: 5

Table with 2 columns: Name/Description and Position. Rows include REPRESENTANTE DOS INSTITUIDORES, REPRESENTANTE DOS INSTITUIDORES - CIEE - JOSSYL CESAR NADER, REPRESENTANTE DOS INSTITUIDORES - CIEE - JULIANA DOS SANTOS COSTA DENARDE, INDICADO PELA UFES - HEBERT BARBOSA CARNEIRO, etc.

AVERBAÇÕES

Table with 3 columns: AVERBAÇÃO Nº, DATA DO INSTRUMENTO, and DATA DO INSTRUMENTO. Rows range from 001 to 022.

2635041

Matriz
Av. Nossa Sra. da Penha, nº 555
Santa Lucia - ES - Cep: 29.056-250
Tel.: (27) 2127-9500



Autenticar documento em https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade
com o identificador 310034003700340038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Substitutos:
Rômulo Alves da Motta Neto
Rita de Cássia Pandolfi

VALIDO EM TODO O TERRITORIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERACAO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

CARTÓRIO SARLO

Rodrigo Sarlo Antonio
Oficial Tabelião
Romulo Alves da Motta Neto
Substituto
Rita de Cássia Pandolfi
Substituta
Av. Nossa Sra. da Penha, 555
Santa Lúcia - CEP 29056-250
Vitória - ES



Espírito Santo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E PESSOAS JURÍDICAS E
TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL

Rodrigo Sarlo Antonio
Oficial e Tabelião

A-16

14288

268

Página: 7 *de 9*

AVERBAÇÃO Nº 067	11/02/2021	DATA DO INSTRUMENTO: 25/05/2018	SELO DIGITAL: 024661.AFF2006.18196
AVERBAÇÃO Nº 068	10/09/2021	DATA DO INSTRUMENTO: 13/07/2021	SELO DIGITAL: 024661.WGX2103.39610
AVERBAÇÃO Nº 069	10/09/2021	DATA DO INSTRUMENTO: 15/07/2021	SELO DIGITAL: 024661.WGX2103.39690
AVERBAÇÃO Nº 070	24/09/2021	DATA DO INSTRUMENTO: 15/07/2021	SELO DIGITAL: 024661.ZYK2104.05839

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ

Extraída a presente certidão, nesta Cidade de Vitória-ES, em 27/07/2022

Eu, _____ (Luciana Aparecida Pinto Sarlo Alves),

Escrevente Autorizada do Cartório do Registro Civil a *fiz digital*, subscrevo, dou fé e assino.

Luciana Aparecida Pinto Sarlo Alves
Escrevente Autorizada

Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
Selo Digital de Fiscalização
024661.WKB2202.37557

Emolumentos: R\$ 57,65 Encargos: R\$ 17,29 Total: R\$ 74,94

Consulta a autenticidade em www.tjes.jus.br



Luciana Aparecida Pinto Sarlo Alves



VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

2635039



Matriz
Av. Nossa Sra. da Penha, nº 555
Santa Lúcia - ES - Cep: 29.056-250
Tel.: (27) 2124-9500

Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>

com o identificador 310034003700340038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Substitutos:
Romulo Alves da Motta Neto
Rita de Cássia Pandolfi

fls. 185



CONTROLADORIA GERAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA
Rua Vitório Bobbio, nº 281 – Centro - Cep: 29927-000
Prédio CNPJ: 01.612.155/0001-41 – TELEFAX: 3273-1282 Ramal - 206

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA/DESEMPENHO

Atestamos para os devidos fins, que a empresa FEST - Fundação Espírito santense de Tecnologia, inscrita no CNPJ/MF nº 02.980.103/0001-90, situada à Av. Fernando Ferrari, 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP 29.060-973, executou para os servidores da Prefeitura Municipal de Sooretama, CNPJ/MF nº 01.612.155/0001-41, o curso "Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA de 2021", através dos instrutores Magaly Nunes do Nascimento e Marcelo Rodrigues da Rosa, nos dias 10 e 11.03.22, com carga horária de 16 horas/aulas, atendendo plenamente ao objetivo proposto pelo curso.

A empresa cumpriu fielmente com as suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Sooretama, ES, 19 de maio de 2022.

HIGOR GONÇALVES DE BARROS
CONTROLADOR GERAL MUNICIPAL
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
MATRÍCULA: 011403
DECRETO: 063/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA

CONTROLADORIA GERAL

Rua Ângela Savergnini, n.º 93, Centro - CEP 29725-000 - Marilândia - ES

CNPJ: 27.744.176/0001-04

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA/DESEMPENHO

Atestamos para os devidos fins, que a empresa FEST - Fundação Espírito santense de Tecnologia, inscrita no CNPJ/MF nº 02.980.103/0001-90, situada à Av. Fernando Ferrari, 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP 29.060-973, executou para os servidores da Prefeitura Municipal de Marilândia, CNPJ/MF nº 27.744.176/0001-04, o curso "Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA de 2021", através dos instrutores Magaly Nunes do Nascimento e Marcelo Rodrigues da Rosa, nos dias 10 e 11.03.22, com carga horária de 16 horas/aulas, atendendo plenamente ao objetivo proposto pelo curso.

A empresa cumpriu fielmente com as suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Marilândia, ES, 19 de maio de 2022.

Nome: Luiz Junio Gonçalves Marinho
Cargo : Controlador Geral Municipal
Matrícula: 5122

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA/DESEMPENHO

Atestamos para os devidos fins, que a empresa FEST – Fundação Espírito santense de Tecnologia, inscrita no CNPJ/MF nº 02.980.103/0001-90, situada à Av. Fernando Ferrari, 845, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP 29.060-973, executou para os servidores da Prefeitura Municipal de Vila Valério, CNPJ/MF nº 01.619.232/0001-95, o curso “Controle Interno – Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES na PCA de 2021”, através dos instrutores Magaly Nunes do Nascimento e Marcelo Rodrigues da Rosa, nos dias 10 e 11.03.22, com carga horária de 16 horas/aulas, atendendo plenamente ao objetivo proposto pelo curso.

A empresa cumpriu fielmente com as suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Vila Valério, ES, 19 de maio de 2022.


Nome: **ALÂNIA PEZZIN MENEGUSSI**
Cargo: **Controladora Interna**
Matrícula: **002548**

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DA FEST

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA CONTRATAR

FEST – Fundação Espírito-Santense de Tecnologia, inscrita no CNPJ nº 02.980.103/0001-90, por intermédio de seu representante legal o Sr. Armando Biondo Filho, portador da Carteira de Identidade nº 4.458.807 – SSP/ES e do CPF nº 376.717.407-30, **DECLARA**, sob as penas da lei que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na contratação de cursos abertos ou fechados, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Vitória – ES, 09 de fevereiro de 2024.

██████████

Armando Biondo Filho

Superintendente

FEST - Fundação Espírito-santense de Tecnologia.

CNPJ: 02.980.103/0001- 90

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

FEST – Fundação Espírito-Santense de Tecnologia, inscrita no CNPJ nº 02.980.103/0001-90, por intermédio de seu representante legal o Sr. Armando Biondo Filho, portador da Carteira de Identidade nº 4.458.807 – SSP/ES e do CPF nº [REDACTED], **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do art. 67, § 12, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em atendimento ao disposto no inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal do Brasil.

Vitória – ES, 09 de fevereiro de 2024.

Armando Biondo Filho

Superintendente

FEST - Fundação Espírito-santense de Tecnologia.

CNPJ: 02.980.103/0001- 90



Vargem Alta, 29 de fevereiro de 2024.

De: Contabilidade

Para: Gerência de compras

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Em atendimento à solicitação feita a este setor, informo que há previsão orçamentária para a contratação referida.

Atividade nº 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

Elemento de despesa: nº 3.3.90.39.00000 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica.

Subelemento de despesa: 3.3.90.39.40.000 - Serviço de seleção e treinamento

Atenciosamente,

Próxima Fase: Andamento Processual





CÂMARA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA
PODER LEGISLATIVO

Vanessa de Paula Barboza Girelli Ferreira
Contadora



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003900300038003A005400

Assinado eletronicamente por **Vanessa de Paula Barboza Girelli Ferreira** em 29/02/2024 17:37
Checksum: **8E11081485618B528D683035AD9945B22B424A132AC7B75FFAA841130E952F4D**





CÂMARA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA
PODER LEGISLATIVO

Vargem Alta, 29 de fevereiro de 2024.

De: Gerência de compras

Para: Setor de Contratos

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Segue para confecção de minuta de contrato.

Próxima Fase: Andamento Processual

JACIMAR MENDONÇA FILHO
Assessor Parlamentar
1979992-ES



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003900330035003A005400

Assinado eletronicamente por **JACIMAR MENDONÇA FILHO** em 29/02/2024 18:07

Checksum: **7A0E71FCA745A2E490D2BD894DDD2D7AA39143FDC7B1A4E55DD6AA5B90638FD7**





Vargem Alta, 01 de março de 2024.

De: Setor de Contratos

Para: Procuradoria Legislativa

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Prezada,

O presente Processo se trata de Contratação Direta, com realização de Curso a ser realizado apenas nos dias 14 e 15 de março do ano em curso, portanto, não necessita da elaboração do Contrato Administrativo. Sendo assim, segue para emissão de Parecer Jurídico e/ou demais providências que entender cabíveis.

Também é importante ressaltar que o pedido inicial do servidor seria para participar do curso nos dias 29 de fevereiro e 01 de março, entretanto, não teria tempo hábil para realizar todos os trâmites necessários para a contratação do mesmo. Motivo pelo qual foi mudada a data.

Att.

Próxima Fase: Andamento Processual

Tatiele Depolo Schaider
Auxiliar Administrativo
3508496



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003900340030003A005400

Assinado eletronicamente por **Tatiele Depolo Schaider** em 01/03/2024 13:09

Checksum: **E86CE1CD25756FB73AADEB637E26773C4E9326E74AE1A628CE2E346212D92959**





Vargem Alta, 01 de março de 2024.

De: Procuradoria Legislativa

Para: Presidência

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Segue Parecer Jurídico com 12 (doze) laudas assinadas para providências.

Próxima Fase: Andamento Processual

Geiza Maria Mengal Betini
Advogada



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003900360033003A005400

Assinado eletronicamente por **Geiza Maria Mengal Betini** em 01/03/2024 17:54

Checksum: **8B4E1E62EB48B59D1D221B9F0D930F56378A8013EAE7C1B16C27C8CB22FF3F83**





CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PARECER JURÍDICO

PROCESSO Nº 88/2024

EMENTA: INSCRIÇÃO DE SERVIDOR DA CMVA EM EVENTO PRESENCIAL DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO INTITULADO “CONTROLE INTERNO – PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PARA ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO TCEES PARA O ENVIO A PCA EM 2024 E NO ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO ANO DE MANDATO. ÊNFASE RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI”. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 74, INCISO III, ALÍNEA “f” DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. POSSIBILIDADE. ATENDIDAS AS RESSALVAS.

Senhora Presidente,

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento que visa a inscrição do servidor Ismael da Silva, ocupante do cargo de controlador da Câmara Municipal de Vargem Alta, em curso presencial de capacitação e aperfeiçoamento intitulado “Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para o envio a PCA em 2024 e no encerramento do último ano do mandato. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI” a ser realizado nos dias 14 e 15 de março de 2024, ministrada pela empresa FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia, conforme detalhamento contido no Estudo Técnico Preliminar (fls. 93-97).

2. No Estudo Técnico Preliminar – ETP (fls. 93-97), emitido pela Diretora Geral, consta a justificativa da necessidade da contratação, além de informação do preço, cujo valor individual de inscrição é de R\$ 1.992,00 (mil novecentos e noventa e dois reais) que contempla inscrição, certificado, *coffee breaks*, 02 almoços, 01 jantar, 01 diária de hospedagem em apartamento individual com café da manhã, material didático, conforme consta às fls. 96.

3. Conforme se extrai dos autos, a Diretora Geral, por meio do ETP no item 3 (fl. 94), recomendando que a presente aquisição seja enquadrada como inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inc. III e alínea “f” da Lei nº 14.133/2021, pois “a empresa FEST presta serviços técnicos especializados de natureza



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

predominantemente intelectual com profissionais renomados e de conhecimento específico na área de atuação”.

4. Por sua vez, a Contabilidade informou que há previsão de dotação orçamentária para a contratação pretendida. (fls. 122-123).

É o sucinto relatório. Passo a opinar.

2. ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - ART. 74, INCISO III E ALÍNEA “F” DA LEI Nº 14.133/2021

5. Primeiramente, insta mencionar que a Constituição Federal em seu art. 37, XXI, buscando homenagear o princípio da impessoalidade contido em seu caput, disciplina que:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

6. Consoante se observa dos anunciados trasladados, a Constituição estabelece como regra a realização de um procedimento licitatório como um modelo obrigatório, ressalvados os casos especificados trazidos em lei.

7. No caso em tela, trata-se da análise da inscrição do servidor Ismael da Silva, ocupante do cargo de controlador da Câmara Municipal de Vargem Alta, em curso presencial de capacitação e aperfeiçoamento intitulado “Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para o envio a PCA em 2024 e no encerramento do último ano do mandato. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI” a ser realizado nos dias 14 e 15 de março de 2024,



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ministrada pela empresa FEST – Fundação Espírito-santense de Tecnologia, conforme detalhamento contido no Estudo Técnico Preliminar (fls. 93-97).

8. Neste contexto, considerando que se trata de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual prestados por profissionais ou empresas de notória especialização, a Diretora Geral sugeriu por realizar a presente contratação com base na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, recomendando que a presente aquisição seja enquadrada como inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inc. III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021.

9. Vale lembrar que a regra geral que disciplina as contratações na Administração Pública tem como premissa a obrigatoriedade da realização de licitação para a aquisição de bens e serviços, conforme art. 37, XXI da Constituição da República, no qual ressalva os casos especificados em lei. As exceções estão previstas na Lei nº 14.133/2021 e tratam de licitação dispensada e inexigibilidade.

10. Para o caso dos autos, a inexigibilidade de licitação foi fundamentada no art. 74, inc. III, alínea “f” da Lei nº 14.133 de 2021, que prevê em seu texto situações em que a licitação será inexigível em razão da inviabilidade de competição, *in verbis*:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

[...]

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, considera-se de **notória especialização o profissional** ou a empresa cujo **conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.**



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade. (grifo nosso)

11. Conforme vislumbra-se pela leitura do normativo legal acima transcrito, a licitação será inexigível:

I - para a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços exclusivos;

II - para a contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública e

III - para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

12. O artigo 6º, inc. XVIII, alínea “f” do mesmo normativo legal considera o serviço técnico como aqueles realizados em trabalhos relativos a vários serviços, dentre eles a contratação para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, objeto dos autos, vejamos:

Art. 6º. Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;
- d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso; (grifo nosso)



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

13. O § 3º do inc. III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, caracteriza notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, que permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato. No conceito de **notória especialização**, o termo “reconhecidamente” possibilitou situações nas quais existam mais de um profissional ou empresa respeitados pelo nível de conhecimento técnico que possuem. O reconhecimento de que trata a lei, deve ser pautado na impessoalidade, para tanto a instrução do procedimento trará documentos que comprovem o conhecimento diferenciado e aprofundado do futuro contratado.

14. Ressalta-se que a Lei veda no § 3º do inc. III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021 a subcontratação para os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, com objetivo de evitar burla ao dever de licitar. Ademais, as necessidades da Administração devem ser diferenciadas de tal sorte que justifiquem a especialização e a notoriedade do contratado, caso contrário, a licitação será viável.

15. Quanto ao requisito de notória especialização do contratado, o Estudo Técnico Preliminar (fl. 10) elaborado pela Diretora Geral, assim fundamentou: [...]

A contratação se caracteriza como direta, por inexigibilidade, cujas justificativas se embasam no artigo 74, inciso III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021, vez que a empresa FEST presta serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais renomados e de conhecimento específico na área de atuação.

O §3º do sobredito artigo aduz que: “Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

Inquestionável que a empresa FEST tem trabalho reconhecido e adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado, vez que possui corpo docente especializado em cada matéria a ser ofertada, demonstrando ter uma equipe técnica correspondente no segmento dos cursos ofertados.

Para tanto, diante do que preconiza a Lei nº 14.133/2021, para fins de demonstração da inviabilidade de competição, que caracteriza a

5 de 12

fls. 204



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

contratação direta por inexigibilidade, nos moldes da alínea “f”, necessário preenchimento dos seguintes requisitos: a) Objeto do serviço técnico especializado; b) Serviço de natureza singular; c) Contratado deve ter notória especialização no objeto da contratação;

Segue em anexo a este os documentos que demonstram a técnica e especialização da empresa, serviços de natureza singular, sendo a única empresa do mercado a fornecer este curso específico, e os profissionais que compõem o quadro de palestrantes/professores possuem notória especialização.

A contratação pretendida deve ser entendida como uma capacitação avançada, posto que trata de um assunto específico para um público alvo, também, específico, e que tem expectativa de orientar a forma de análise a ser feita em documento que serão remetidos ao órgão de controle externo – TCE/ES.

16. Dessa forma, considerando a afirmação contido ETP, bem como os documentos acostados (carta de exclusividade fls. 86-87, curriculum vitae e documentos que comprovem a notória especialização dos instrutores fls. 17-74 e 91-92, atestado de capacidade técnica/desempenho fls. 83-85), verifica-se a notória especialização da contratada. Nesse aspecto, **relembre-se que não está na seara jurídica avaliar o mérito administrativo ou emitir juízo sobre a capacidade técnica da contratada, pois essa tarefa envolve aspectos de caráter eminentemente técnicos, além de ponderação de conveniência e oportunidade.**

2.2 DOS REQUISITOS FORMAIS DE CONTRATAÇÃO – ART. 72 DA LEI Nº 14.133/2021

17. No que tange aos demais aspectos formais, a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 72 e incisos estabeleceu em seu Capítulo VIII, que trata da contratação direta, os requisitos mínimos para a sua validade. Senão vejamos:

Art. 72. O **processo de contratação direta**, que compreende os casos de **inexigibilidade** e de dispensa de licitação, **deverá ser instruído** com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial. (Grifo nosso)

18. A Lei, por meio do artigo citado, exige fundamentação pormenorizada em todos os processos de inexigibilidade. Portanto, é indispensável que haja um prévio procedimento administrativo justificando, além das razões da inexigibilidade, a escolha do contratado e o preço da contratação.

19. Nesse sentido, verificamos que constam nos autos documento de formalização de demanda (fls. 4-6), o Estudo Técnico Preliminar (fls. 93-97) e o Termo de Referência (fls. 101-115), elaborados pelos setores competentes, dessa forma os requisitos (inc. I) referentes aos documentos foram atendidos.

20. No presente caso, o valor individual de inscrição apresentado é de R\$ 1.992,00 (mil novecentos e noventa e dois reais) que contempla inscrição, certificado, *coffee breaks*, 02 almoços, 01 jantar, 01 diária de hospedagem em apartamento individual com café da manhã, material didático, conforme a opção B realizada às fls. 95-96.

21. Verifica-se que foi anexado aos autos o material de divulgação do evento, contendo apresentação do evento, objetivo, metodologia, público alvo, conteúdo programático, instrutores, preços (fls.75-82).

22. Por sua vez, a Diretora Geral, assim se manifestou quanto a estimativa da despesa no Estudo Técnico Preliminar (fls.95-96):



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Como solicitado no pedido do Controlador Geral, será realizado a contratação de uma inscrição no curso ofertado pela empresa contratada, com a opção B.

6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em levantamento junto ao mercado, restou evidenciado a oferta de diversos cursos de capacitações para servidores públicos, porém apenas a FEST disponibiliza a temática, sendo, portanto, a única a ofertar o curso nos moldes necessários a capacitação do Controle Interno.

7 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme disposto no artigo 72, inciso VII da Lei nº 14.133/2021, faz-se

necessário justificar os preços das contratações pretendidas pela Administração Pública.

Nesse sentido, destaca-se as determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) proferidas no Acórdão 819/2005 – TCU – Plenário: “...9.1.2. nas dispensas ou inexigibilidades de licitação, faça constar nos autos as necessárias justificativas da despesa, atendendo a exigência constante no artigo 26, caput, da Lei no 8.666/1993; 9.1.3. Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contrata para evento de mesmo porte (gn), ou apresente as devidas justificativas, de forma a atender ao inc. III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/1993”.

Nesse caso, a vantajosidade poderá ser demonstrado por meio de preços de ofertas semelhantes ao mercado, como podemos ver na tabela a seguir:

[...]

23. Diante disso, entendemos que a **estimativa de despesa (inciso II)** foi devidamente realizada.

24. Quanto ao preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (inciso V), foram juntadas as Certidões de Regularidade Fiscal e Jurídica (fls. 120-190), contudo, **deve ser juntada ainda: certidão negativa correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) e certidão negativa de improbidade administrativa e inelegibilidade da empresa e do sócio majoritário, bem como balanço patrimonial**, conforme as exigências contidas no próprio termo de referência às 109 e 112:

8.3. Exigências de habilitação:

8.3.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação,



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. 8.12. Exigências de habilitação:

8.14.3. **Balço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando.**

8.14.4. **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).** (grifo nosso)

25. Assim, cumpre esclarecer, que os documentos no momento da formalização da contratação devem estar com a data de validade vigente. Os que não estiverem devem ser imediatamente substituídos por aqueles que estiverem em plena vigência.

26. No mais, restou demonstrada a **compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (inciso IV)**, uma vez que a contadora se manifestou do seguinte modo: "(...) informo que há previsão orçamentária para a contratação referida." (fl. 191)

27. Quanto ao aspecto financeiro, convém asseverar que **o art. 60 da Lei nº 4.320/64 veda a realização de despesa sem prévio empenho**. Assim, **os autos deverão ser oportunamente instruídos com as Notas de Empenho, com valores suficientes para cobertura das despesas a serem executadas no presente exercício.**

28. Quanto a **justificativa de preço (inciso VII)**, conforme esclarecem os professores Gabriela Pércio e Ronny Charles L. Torres em "A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E A JUSTIFICATIVA DE PREÇOS EM CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE":

A justificativa do preço é a demonstração da coerência entre a decisão administrativa de contratar por um determinado valor,



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

considerando a pesquisa de preços realizada, o valor estimado e as características da contratação que está sendo realizada. A justificativa do preço, portanto, é muito mais do que a pesquisa. Seu objetivo é subsidiar, motivar a decisão administrativa sob os especiais enfoques da razoabilidade e da economicidade, considerando a situação concreta.

Há um componente variável, uma análise crítica de elementos específicos a cada contratação, destinada a demonstrar que o preço praticado, naquele caso, é o mais apropriado. Nesses termos, a construção da justificativa deve ser orientada a respaldar o gestor quanto ao acerto da sua decisão, demonstrando a coerência do preço praticado para aquela contratação em especial, levando em conta, inclusive, seu fundamento legal, não se limitando à comprovação, por meio de documentos fiscais ou tabelas de preços, de que o preço ofertado é condizente com o praticado pelo mercado. (PÉRCIO, Gabriela e TORRES, Ronny Charles L. Torres. A nova Lei de Licitações e a justificativa de preços em contratação por inexigibilidade. 2021.)

29. Assim, no que tange a **razão da escolha do contratado (inciso VI) e a justificativa de preço (inciso VII)** assim foram apresentadas pelo setor demandante, no bojo do Estudo Técnico Preliminar (fls. 9, 14-15), a saber:

Inquestionável que a empresa FEST tem trabalho reconhecido e adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado, vez que possui corpo docente especializado em cada matéria a ser ofertada, demonstrando ter uma equipe técnica correspondente no segmento dos cursos ofertados.

Para tanto, diante do que preconiza a Lei nº 14.133/2021, para fins de demonstração da inviabilidade de competição, que caracteriza a contratação direta por inexigibilidade, nos moldes da alínea "f", necessário preenchimento dos seguintes requisitos: a) Objeto do serviço técnico especializado; b) Serviço de natureza singular; c) Contratado deve ter notória especialização no objeto da contratação; Segue em anexo a este os documentos que demonstram a tecnicidade e especialização da empresa, serviços de natureza singular, sendo a única empresa do mercado a fornecer este curso específico, e os profissionais que compõem o quadro de palestrantes/professores possuem notória especialização.

[...]



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Demonstra-se, portanto, que a contratação está condizente com o preço praticado pelo mercado, sendo que a opção solicitada pelo servidor é a B, **cujo valor é de R\$ R\$ 1.992,00, estando incluso: inscrição, certificado, coffee breaks, 02 almoços, 01 jantar, 01 diária de hospedagem em apartamento individual com café da manhã, material didático.** (grifo no original)

30. Além disso, ainda no que se refere ao **termo de referência nos subitens 6.7 e 6.8 menciona como fundamento legal o Decreto** o n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/ 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Ocorre que a Câmara Municipal de Vargem possui regulamentação própria sobre o assunto, Resolução nº 118/2023, portanto, deve-se observar esses dispositivos, e não, a regulamentação federal, portanto, devem ser realizadas as devidas correções, observando-se o teor da referida Resolução.**

2.3 DA DISPENSA DE TERMO DE CONTRATO

31. O servidor Jacimar Mendonça Filho assevera no termo de referência no item 1.4 que a formalização da prestação do serviço se dará por meio de emissão de Nota de Empenho (fl. 101).

32. Conforme disposto no art. 95, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, a Lei autoriza a substituição do instrumento contratual por outros instrumentos hábeis:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá **substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:**

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). (Grifo nosso)

33. No entanto, ressalta-se o contrato administrativo existe independentemente da forma adotada para sua formalização, sendo o termo de contrato apenas um dos

11 de 12

fls. 210



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

instrumentos previstos pela lei de Licitações para a formalização da contratação. Nas palavras de Marçal Justen Filho:

Existe **contrato administrativo** mesmo quando documentado por via da assinatura de uma nota de empenho. **Aperfeiçoa-se o contrato administrativo quando completados os atos jurídicos necessários à formalização que exterioriza o acordo de vontades.** Por isso, todas as regras previstas na Lei aplicam-se, independentemente da escolha de uma das formas previstas no artigo ora examinado. (grifo nosso) (Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Edição 2016, p. 1.330)

34. Insta mencionar que a presente **manifestação possui natureza estritamente jurídica**, não tendo o condão de cancelar opções técnicas adotadas pela Administração, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade e não vincula a decisão superior acerca do certame, como, por exemplo, a escolha de quais os servidores e quantos devem realizar o curso e da efetiva necessidade de participação deste para melhor desempenho de suas funções, bem como a relação com suas funções, essas questões são afetadas a Administração e ao setor de Recursos Humanos, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo, fornecendo subsídios ao Gestor, a quem cabe a análise desta e posterior decisão.

3. CONCLUSÃO

35. Pelo exposto, OPINAMOS não haver óbice jurídico à contratação administrativa direta, com inexigibilidade de procedimento licitatório, nos termos do art. 74, inc. III e alínea "f" da Lei nº 14.133/2021, **DESDE QUE que atendidas as ressalvas contidas nos parágrafos 24, 27 e 30,** bem como obedeça aos demais preceitos constitucionais e legais que regem a matéria, em especial, o art. 176, I da Lei 14.133/2021.

36. E, por se tratar de inexigibilidade de licitação, a elaboração de instrumento contratual está dispensada, nos termos do art. 95, inc. II da Lei nº 14.133/2021.

É o parecer s.m.j.

Vargem Alta, 01 de março de 2024.

Geiza Maria Mengal Betini

Advogada

OAB/ES 16.975 – Matrícula 000213



Vargem Alta, 04 de março de 2024.

De: Presidência

Para: Gerência de compras

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Remeto para análise do Parecer Jurídico e da Decisão, que neste ato junto aos autos. Após, seja realizado as publicações em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Próxima Fase: Andamento Processual

ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA
Presidente da Câmara
41072-MTE



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003900370039003A005400

Assinado eletronicamente por **ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA** em **04/03/2024 15:19**

Checksum: **9E1F316BAE9AE568F800AC2C43E8B87DF882BC95A807C7FBFEC6786B8C403EC4**





CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Processo nº 88/2024.

I - RELATÓRIO

O processo administrativo trata-se de contratação da empresa FEST para ministrar curso presencial de capacitação e aperfeiçoamento intitulado “Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para o envio a PCA em 2024 e no encerramento do último ano do mandato com ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI” a ser realizado nos dias 14 e 15 de março de 2024, para o servidor Ismael da Silva, ocupante do cargo de controlador da Câmara Municipal de Vargem Alta.

O processo foi devidamente instruído com os documentos comprobatórios que fazem parte da fase preparatória, conforme preconiza o artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, estando apto ao prosseguimento do pedido.

Sobreveio aos autos o Parecer Jurídico de fls. 200/211 o qual pontuou e asseverou os aspectos jurídicos da referida contratação, cuja conclusão foi pela viabilidade e possibilidade jurídica desde que observadas as seguintes orientações:

- a) Juntada da certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) e certidão negativa de improbidade administrativa e inelegibilidade da empresa e do sócio majoritário, bem como balanço patrimonial;
- b) A observância quanto a vedação de realização de despesa sem prévio empenho à luz do que determina da Lei nº. 4.320/64, artigo 60;
- c) Acerto no termo de referência nos subitens 6.7 e 6.8 menciona como fundamento legal o Decreto o n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/ 2021, vez que a Câmara Municipal de Vargem possui regulamentação própria sobre o assunto, Resolução nº 118/2023;

Desta feita segue as ponderações e fundamentação acerca das alegações exaradas pela procuradoria legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

II - FUNDAMENTAÇÃO

a) Juntada da certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) e certidão negativa de improbidade administrativa e inelegibilidade da empresa e do sócio majoritário, bem como balanço patrimonial.

Nos moldes descritos e elencados, o setor competente irá juntar aos autos as certidões negativas, conforme mencionado no item 24 do Parecer Jurídico, cumprindo-o integralmente.

b) Despesa sem prévio empenho – artigo 60 da Lei nº 4.320/64.

Há nos autos parecer contábil (fls. 191) acerca da previsibilidade orçamentária para fazer frente a despesa para o ano de 2024, e com isso atendendo-se o critério de adequação do pedido/contratação ao planejamento orçamentário.

Ademais, neste ato, em consonância com o que dispõe o artigo 58 da Lei nº 4.320/64 autorizo a reserva orçamentária e financeira para fins de cobrir a despesa que ora se contrai. Saliento que, *posteriori*, será acostado aos autos a Autorização de Empenho e a Nota de empenho, documentos estritamente contábeis e que ratificam a presente autorização aqui emanada.

Sendo assim, verifica-se, por conseguinte, o cumprimento integral do que determinam os artigos 58 e 60 da Lei nº 4.320/64.

c) Por fim, deve ser providenciado o acerto no termo de referência nos subitens 6.7 e 6.8 menciona como fundamento legal o Decreto o n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/ 2021, vez que a Câmara Municipal de Vargem possui regulamentação própria sobre o assunto, Resolução nº 118/2023.

A nova lei de licitações, prevê em seu artigo 187 que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução desta Lei.

Dessa forma, diante da ausência de vícios ou ilegalidades no Termo de Referência, ao citar o Decreto Federal nº 11.246/2022, entende-se pela sua manutenção nos autos, reafirmando a sua ratificação.

Não obstante, será devidamente orientado ao setor de gerência de compras, responsável pela confecção do Termo de Referência, que nos demais seja evidenciada a regulamentação específica da Câmara Municipal de Vargem Alta – ES, atendendo, derradeiramente, a orientação da Procuradoria Legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

III - CONCLUSÃO

Portanto e, diante do exposto no parecer jurídico, tendo sido atendido as suas ressalvas, com a rigorosa observância aos preceitos Constitucionais e Legais, RATIFICO E HOMOLOGO A CONTRATAÇÃO DIRETA, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea “F” da Lei nº 14.133/2021 e encaminho o presente para as devidas providências – e cumprimento integral dos itens acima, com a juntada dos respectivos documentos, assim como as devidas publicações.

Vargem Alta – ES, 04 de março de 2024.

ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA
VEREADORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA
PODER LEGISLATIVO

Vargem Alta, 13 de março de 2024.

De: Gerência de compras

Para: Presidência

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Apos anexados os documentos solicitados, segue para providencias.

Segue também, link da publicação do Termo de Ratificação.

https://www.vargemalta.es.gov.br/uploads/diario_oficial/edicao-2306-1709668656.pdf

Próxima Fase: Andamento Processual

JACIMAR MENDONÇA FILHO
Assessor Parlamentar
1979992-ES



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310038003900390036003A005400

Assinado eletronicamente por **JACIMAR MENDONÇA FILHO** em 13/03/2024 18:10

Checksum: **695852C27C72F676520541E5D391748406B66B8678C90683B8A41E4361C1F444**





Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (13/03/2024 às 17:34) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 02.980.103/0001-90.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65F2.0DF0.57D6.9096 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php





CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST**

CPF/CNPJ: **02.980.103/0001-90**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 17:35:44 do dia 13/03/2024, com validade até o dia 12/04/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 6cjhT8LKJJ71VL8NT1HA

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA

AV. FERNANDO FERRARI, 845, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, GOIABEIRAS,
VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO, BRASIL.
C.N.P.J.: 02.980.103/0001-90

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO: 2022

Unidade São Paulo - SP
Av. Paulista, 807, Conjunto 2315,
Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil.
☎ Tel: (11) 4118-3549

Unidade Vila Velha - ES
Av. Santa Leopoldina, 650, Coqueiral
de Itaparica, Vila Velha, ES, Brasil.
☎ Tel: (27) 3219-4205

fls. 221

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO	3
BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO	5
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	7
DEMONSTRAÇÃO GESTÃO PROJETOS / CONTRATOS EM EXECUÇÃO	8
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL	9
NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	9
B) BASES PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
C) MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES	10
NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	10
A) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10
B) APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10
C) RECURSOS COM E SEM RESTRIÇÃO	10
D) CONTAS A RECEBER COM RESTRIÇÃO	11
E) OUTROS CRÉDITOS	11
F) ESTOQUES	12
I) IMOBILIZADO	12
J) PASSIVO CIRCULANTE	13
K) OUTRAS OBRIGAÇÕES	14
L) PASSIVO NÃO CIRCULANTE	14
M) APURAÇÃO DOS RESULTADOS – RECEITAS E DESPESAS	15
N) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15
O) CONTRIBUIÇÃO PARA PROGRAMA INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS)	15
P) AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15
NOTA 4 - TRABALHO VOLUNTÁRIO	15
NOTA 5 - PATRIMÔNIO SOCIAL	16

BALANÇO PATRIMONIAL

		31/dez/2022	31/dez/2021
ATIVO CIRCULANTE		136.772.951,83	91.897.872,45
DISPONIBILIDADES	Nota	128.495.278,66	91.763.988,88
RECURSOS SEM RESTRIÇÃO	3-C	13.437.520,88	9.865.932,67
BANCOS CONTA MOVIMENTO - SEM RESTRIÇÃO		144.747,94	0,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA - SEM RESTRIÇÃO		13.229.775,57	9.807.562,05
POUPANÇA - SEM RESTRIÇÃO		62.997,37	58.370,62
RECURSOS COM RESTRIÇÃO	3-C	115.057.757,78	81.898.056,21
BANCOS CONTA MOVIMENTO - COM RESTRIÇÃO		812.660,10	205.205,65
APLICAÇÃO FINANCEIRA - COM RESTRIÇÃO		26.936.025,35	23.190.782,48
POUPANÇA - COM RESTRIÇÃO		87.309.072,33	58.502.068,08
OUTROS VALORES A REALIZAR		8.277.673,17	133.883,57
CONTAS A RECEBER COM RESTRIÇÃO	3-D	7.215.674,20	0,00
OUTROS CREDITOS - COM E SEM RESTRIÇÃO	3-E	1.061.998,97	133.883,57
ATIVO NÃO CIRCULANTE	Nota	2.987.992,93	121.828,60
DEPÓSITO JUDICIAL	3-G	53.259,65	53.259,65
INVESTIMENTOS TEMPORARIOS	3-H	360.000,00	0,00
IMOBILIZADO	3-I	2.574.733,28	68.568,95
VALORES ORIGINAIS CORRIGIDOS		2.766.922,27	202.522,27
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		(192.188,99)	(133.953,32)
TOTAL DO ATIVO		139.760.944,76	92.019.701,05

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

		31/dez/2022	31/dez/2021
PASSIVO CIRCULANTE	Nota	114.228.219,46	80.995.182,00
FORNECEDORES	3-J	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS - SEM RESTRIÇÕES	3-J	320.599,57	305.534,52
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS - COM RESTRIÇÕES	3-J	4.682.946,02	4.012.047,60
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3-K	70.406,93	673,51
GERENCIAMENTO DE PROJETOS	3-K	109.154.266,94	76.676.926,37
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3-L	7.582.344,96	366.670,76
CONVÊNIOS / CONTRATOS / TERMO PARCERIA - DIFERIDO		7.215.674,20	0,00
REPASSE ISS JUDICIAL - PROJETOS		366.670,76	366.670,76
PATRIMÔNIO SOCIAL	Nota	17.950.380,34	10.657.848,29
FUNDO PATRIMONIAL	5	17.063,97	17.063,97
SUPERÁVIT'S OU DÉFICIT'S ACUMULADOS	5	17.933.316,37	10.640.784,32
SUPERÁVIT'S OU DÉFICIT'S ANTERIOR		10.640.784,32	6.653.485,02
SUPERÁVIT'S OU DÉFICIT'S DO PERÍODO		7.292.532,05	3.987.299,30
TOTAL GERAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		139.760.944,76	92.019.701,05

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

	31/dez/2022	31/dez/2021
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	9.584.764,95	6.506.718,33
Receita de Gerenciamento de Projetos	9.584.764,95	6.506.718,33
Outras receitas	0,00	0,00
Receita de contratos	0,00	0,00
DEVOLUÇÃO DE RECEITA OPERACIONAL	58.195,93	24.201,90
Devoluções de Receita de Gerenciamento de Projetos	58.195,93	24.201,90
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.526.569,02	6.482.516,43
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.652.597,72	2.666.517,82
Despesas com pessoal	1.870.491,59	1.790.390,41
Serviços de terceiros	20.666,65	22.867,30
Outras despesas administrativas	1.703.203,81	824.993,99
Depreciações	58.235,67	28.266,12
DESPESAS FINANCEIRAS	(1.314.656,60)	(234.414,53)
Despesas financeiras	42,14	0,00
Receitas financeiras	1.314.698,74	234.414,53
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	6.488,97	6.228,97
Impostos e taxas diversas	6.488,97	6.228,97
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	(110.393,12)	56.884,87
Outras Receitas Operacionais	165.166,94	26.895,11
Outras Despesas Operacionais	54.773,82	83.779,98
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7.292.532,05	3.987.299,30

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	31/dez/2022	31/dez/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Período	7.292.532,05	3.987.299,30
Ajuste de períodos anteriores	0,00	0,00
Depreciações e Amortizações	58.235,67	28.266,12
Superávit (Déficit) Ajustado	7.350.767,72	4.015.565,42
VARIAÇÕES EM ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		
Ativos vinculados a projetos	(40.375.375,77)	132.390.997,73
Passivos vinculados a projetos	40.363.913,19	(132.414.143,30)
Demais ativos circulantes	(1.288.115,40)	(3.405,70)
Demais passivos circulantes	84.798,47	90.737,51
Caixa gerado (aplicação) nas operações	6.135.988,21	4.079.751,66
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Ativos Imobilizados	2.564.400,00	0,00
Venda / Baixa de Ativos Imobilizados	0,00	0,00
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.564.400,00)	0,00
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES	3.571.588,21	4.079.751,66
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	9.865.932,67	5.786.181,01
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	13.437.520,88	9.865.932,67
Variação de Caixa e equivalentes no fim do período	3.571.588,21	4.079.751,66

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT'S OU DÉFICIT'S ACUMULADOS	SUPERÁVIT'S OU DÉFICIT'S NO EXERCÍCIO	TOTAL
SALDO EM 31/12/2020:	17.063,97	6.653.485,02	0,00	6.670.548,99
AUMENTO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT DO PERÍODO	0,00	0,00	3.987.299,30	3.987.299,30
RESULTADO TRANSF. PATRIMÔNIO SOCIAL	0,00	3.987.299,30	(3.987.299,30)	0,00
SALDO EM 31/12/2021:	17.063,97	10.640.784,32	0,00	10.657.848,29
AUMENTO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT DO PERÍODO	0,00	0,00	7.292.532,05	7.292.532,05
RESULTADO TRANSF. PATRIMÔNIO SOCIAL	0,00	7.292.532,05	(7.292.532,05)	0,00
SALDO EM 31/12/2022:	17.063,97	17.933.316,37	0,00	17.950.380,34

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO GESTÃO PROJETOS/CONTRATOS EM EXECUÇÃO

	31/dez/2022	31/dez/2021
RECEITA GESTÃO PROJETOS/CONTRATOS	171.069.965,09	154.558.517,79
Recursos Provenientes de Gestão Projetos/Contratos	171.069.965,09	154.558.517,79
DEVOLUÇÃO DE RECEITA PROJETOS/CONTRATOS	157.070,77	88.375,66
Devoluções de Receita de Gerenciamento de Projetos	157.070,77	88.375,66
RECEITA LÍQUIDA GESTÃO PROJETOS/CONTRATOS	170.912.894,32	154.470.142,13
DESPESAS EXECUÇÃO PROJETOS/CONTRATOS	145.030.366,83	126.937.418,23
Despesas com pessoal	59.196.080,37	50.203.337,25
Serviços de terceiros	3.529.998,16	3.164.586,37
Outras Despesas Aplicadas	82.304.288,30	73.569.494,61
DESPESAS FINANCEIRAS EXECUÇÃO PROJETOS/CONTRATOS	(6.584.156,52)	(1.509.975,27)
Despesas financeiras	10.559,13	2.836,26
Receitas financeiras Liquida	6.594.715,65	1.512.811,53
DESPESAS TRIBUTÁRIAS EXECUÇÃO PROJETOS/CONTRATOS	5.731,48	0,00
Impostos e taxas diversas	5.731,48	0,00
OUTROS RESULTADOS EXECUÇÃO PROJETOS/CONTRATOS	(16.388,04)	(144.530,44)
Outras Receitas Operacionais	16.388,04	144.530,44
Outras Despesas Operacionais	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO RECURSOS PROJETOS/CONTRATOS EM EXECUÇÃO	32.477.340,57	29.187.229,61

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas sobre as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA – FEST, foi instituída em 18 de fevereiro de 1999. Na forma de suas disposições estatutárias, a fundação é uma pessoa jurídica de direito privado, entidade de apoio ao desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, sem fins lucrativos e tem como seu objeto social a pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. A fundação não distribui parcela do seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, e aplica integralmente no país os recursos para manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas.

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, e a Lei nº 11.941/09, alteraram e revogaram dispositivos que tratavam matéria contábil da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), visando à convergência das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado com a incumbência de editar os pronunciamentos técnicos de contabilidade em linha com as normas contábeis internacionais.

a) Declaração de conformidade

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Entidade adotou as práticas contábeis definidas na legislação societária brasileira aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e fundações, as quais incluem a ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, emitida e aprovada pelo Conselho federal de Contabilidade.

b) Bases para elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis

para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas descritas em notas seguintes, se for o caso.

c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há outros pronunciamentos ou interpretações de CPC's vigendo a partir de 2022, que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações Financeiras

Os investimentos em aplicações financeiras são caracterizados como títulos disponíveis e mensuradas pelo seu valor justo, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) Recursos com e sem Restrição

Os recursos denominados SEM RESTRIÇÃO referem-se a recursos livres no qual a fundação não necessita prestar contas para sua utilização, são recursos próprios.

Os recursos COM RESTRIÇÃO, são aqueles que a fundação deve usar de acordo com cronograma físico financeiro dos projetos que gerencia, inclusive respeitando as rubricas

aprovadas para utilização dos recursos e ao final deve prestar contas da utilização do recurso e devolver qualquer saldo existente ao financiador/mantenedor.

	Exercícios:	
	2022	2021
RECURSOS SEM RESTRIÇÃO:	13.437.520,88	9.865.932,67
Bancos Conta Movimento - Sem Restrição	144.747,94	0,00
Aplicação Financeira - Sem Restrição	13.229.775,57	9.807.562,05
Poupança - Sem Restrição	62.997,37	58.370,62
RECURSOS COM RESTRIÇÃO:	115.057.757,78	81.898.056,21
Bancos Conta Movimento - Com Restrição	812.660,10	205.205,65
Aplicação Financeira - Com Restrição	26.936.025,35	23.190.782,48
Poupança - Com Restrição	87.309.072,33	58.502.068,08

d) Contas a Receber com Restrição

As contas a receber estão registradas pelo valor original, através de contratos e termos de parcerias firmado entre a fundação e empresas privadas e públicas.

e) Outros Créditos

Adiantamento de férias a funcionários, empréstimos a empregados, adiantamento a fornecedores e crédito não identificado, conforme quadro abaixo:

Adiantamento a empregados	1.000,00
Fornecedores diversos	840.000,00
Adiantamento a projeto	58.403,14
Adiantamento férias – ADM	519,79

Adiantamento férias - Projetos	162.076,04
OUTROS CRÉDITOS	1.061.998,97

f) Estoques

A Fundação não dispõe de ferramentas de controle de estoques que possa fornecer informações relevantes a contabilidade. O material de expediente é de uso contínuo, razão pela qual não mantém estoque relevante para registro.

g) Depósito Judicial INSS

h) Investimentos Temporários junto ao banco brasil título Ourocap PU

i) Imobilizado

Os bens integrantes do Ativo Imobilizado estão avaliados ao custo de aquisição, depreciados pelo método linear, de acordo com as taxas permitidas pela legislação vigente.

Imobilizado	Custo Aquisição	Depreciação	Valor Líquido
Móveis / Utensílios	94.433,27	-59.928,76	34.504,51
Computadores / Periféricos	84.389,89	-70.855,73	13.534,16
Máquinas / Equipamentos	28.099,11	-17.737,85	10.361,26
Imóveis - Sede	2.530.000,00	-42.166,65	2.487.833,35
Instalações	30.000,00	-1.500,00	28.500,00
TOTAIS	2.766.922,27	-192.188,99	2.574.733,28

j) Passivo Circulante

Este grupo está composto pelo seu valor nominal e representa saldo credor de fornecedores, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, incluindo as obrigações para com terceiros referentes aos projetos gerenciados pela fundação.

As obrigações SEM restrição referem-se as obrigações da administração e serão pagas com recursos próprios.

As obrigações COM restrições são obrigações que serão pagas com os recursos dos projetos no qual a fundação gerencia e presta contas.

Administração (Sem restrição)	
Líquido de folha de pagamento (Adm) a pagar	64.440,44
Provisão Férias e Encargos	150.345,58
Previdência Social a recolher s/ folha pagamento	27.657,34
FGTS a recolher	8.813,74
INSS Retido Terceiros – PJ	53.208,86
I.R.R.F sobre Salários	14.922,55
ISS Retido Terceiros	71,50
PIS sobre folha de pagamento a pagar	1.139,56
Total das obrigações próprias	320.599,57

Projetos (Com restrição)	
Líquido de folha de pagamento (Projetos) a pagar	3.260.236,25
Previdência Social a recolher s/ folha pagamento	661.275,46
Rescisões a Pagar	13.745,02

Retenções PIS / COFINS / CSLL (Terceiros)	0,00
F.G.T.S a recolher	192.150,67
I.R.R.F sobre Salários	466.307,79
PIS sobre folha de pagamento a pagar	24.344,12
I.R.R.F e Outras retenções de terceiros	55.377,84
I.S.S retido terceiros	9.508,87
Total das obrigações dos projetos	4.682.946,02

Gerenciamento de Projetos	109.154.266,94
---------------------------	----------------

k) Outras Obrigações

Pensão Alimentícia a pagar	127,29
Serviços Prestados Pessoa Física a Pagar-Projetos	11.895,76
Empréstimos a Pagar Projetos para ADM	58.383,88
Total Outras Obrigações	70.406,93

l) Passivo não Circulante

O passivo não circulante é composto de valores de contratos e termos de parcerias diferidos a ser realizado oportunamente nos exercícios seguintes, através de execução física e financeira, no qual serão gerenciados pela fundação e devidamente prestado contas.

O passivo não circulante demonstra também saldo de valores a serem repassado aos projetos referente devolução ISS incidente sobre notas fiscais serviços de anos anteriores, no qual foi devolvido a fundação através de processo judicial, e serão repassados aos projetos.

m) Apuração dos Resultados – Receitas e Despesas

O resultado apurado observou o regime de competência. As receitas de gerenciamento de projetos ou DOA (Despesas Operacionais Administrativas), são mensurados pelo valor justo acordado em contrato e efetivamente recebido. As despesas foram registradas pelo regime de competência.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a fundação está isenta de pagamento do imposto de renda e da contribuição social, conforme estabelece a alínea “c” do inciso VI do parágrafo 150 da Constituição Federal.

o) Contribuição para Programa Integração Social (PIS)

Em atendimento à legislação vigente para as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos para legislação trabalhista, a fundação contribui para o PIS com alíquota de 1% sobre a folha de pagamento mensal.

p) Ajuste de Exercícios anteriores

Conforme a Lei nº 6.404, art. 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta de ajustes de Exercícios Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erros imputáveis a exercícios anteriores ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizado pela FEST, não sendo realizado qualquer ajuste neste ano calendário de 2022.

NOTA 4 - TRABALHO VOLUNTÁRIO

Segundo a Lei nº 9.608/98, considera-se serviço voluntário a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social,

inclusive mutualidade, não gerando vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Granconato (2006, pág. 98) explica os objetivos acima mencionados: **1. Cívicos:** estão ligados ao sentido do Estado, quer para o seu desenvolvimento quer para o cumprimento das obrigações dos cidadãos para com Ele, tendo em vista o desenvolvimento de uma sociedade mais fraterna, estimulando a democracia, o exercício dos direitos, individuais ou coletivos, dentre outros. **2. Culturais:** tem finalidade de promover o conhecimento e o lazer, atuando em áreas como: teatro, cinema, televisão, dentre outros. **3. Educacionais:** tem finalidade de promover o conhecimento em todas as suas esferas e dimensões. **4. Científicos:** tem a finalidade de promover as pesquisas que exijam novos experimentos. **5. Assistência social:** são aquelas discriminadas pelo Decreto nº 8.242/2014 e 12.101/2009 sendo elas, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação. **6. Mutualidade:** ou seja, reciprocidade, ajuda em que ambas as partes são beneficiárias e que tem um objetivo comum.

Em atendimento a legislação vigente, a administração da entidade estimou para os membros do conselho curador o valor R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) e para conselho administrativo R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) durante o exercício de 2022, sob a natureza de trabalho voluntário e, tomou-se como parâmetro o valor hora praticado no CRA/ES Conselho Regional de Administração do Estado do Espírito Santo.

NOTA 5 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é representado pela dotação inicial integralizada pelos instituidores, acrescida ou reduzida, respectivamente, dos superávits ou déficits apurados ao término de cada período social.

Vitória (ES), 31 de dezembro de 2022.

Armando Biondo Filho

Superintendente

CPF [REDACTED]

Mike dos Santos Batista

Contador

CRC/ES: 019.708/O-1

“Bolsista” de Polo para atuar no Polo “Isaac Thompson de Paula”, da Universidade Aberta do Brasil (UAB)”, no Município de Vargem Alta, na forma do EDITAL /SEMAD Nº 001/2024, de 22 de janeiro de 2024.

Nº de Protocolo	Candidato	Pontuação	Classificação
1066/2024	QUIRIAT CATEIN MORAES	12	1º
1043/2024	GLEICIANE DE OLIVEIRA MATTOS	10	2º

Vargem Alta - ES, 05 de março de 2024.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

ATOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

ID CidadES: 2024.071L0200001.10.0002

A Câmara Municipal de Vargem Alta – ES, torna público para conhecimento dos interessados, que em conformidade com a Legislação pertinente, RATIFICA A CONTRATAÇÃO DIRETA, com fundamento no Art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei n.º 14.133/21, em favor da empresa : FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST, CNPJ: 02.980.103/0001-90, para realizar curso de capacitação à servidor da Câmara Municipal de Vargem Alta – ES, conforme justificativas no Processo eletrônico n.º 88/2024, Inexigibilidade n.º 02/2024.

Valor: R\$ 2.990,50 (dois mil novecentos e noventa reais e cinquenta centavos).

Vargem Alta - ES, 05 de março de 2024.

ALESSANDRA OLGA B. FASSARELLA
PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA



Autenticar documento em <https://vargemalta.es.gov.br/portal/validar-autenticidade> com o identificador 310035003000380035003BA00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP n.º 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ELIESER RABELLO
PREFEITO MUNICIPAL

ALAN LOPES ALTOÉ
VICE-PREFEITO

PAULA SARTÓRIO DOS SANTOS PAIVA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DANIELA APARECIDA BALBINO FERRAÇO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS:

ELIANE PERIM TURINI
GABINETE

EMERSON CEREZA SOUZA
FINANÇAS

CAMILA MARIA JUFFU LORENZONI
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

ADEMIR DEMARTINI
OBRAS, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS
URBANOS

DEOCLACINO DE SOUZA CARDOSO NETTO
INTERIOR

JOELMA FÁVERO MARTINS
CULTURA, TURISMO E ESPORTES

ROSEANE MOULAIS GERALDO ALTOÉ
EDUCAÇÃO

HELMAR RABELLO
MEIO AMBIENTE

EDNA MARIA DA SILVA
SAÚDE

GEDISON CESATI CANAL
AGRICULTURA

BERG DA SILVA
ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃO OFICIAL

Responsável:
GABINETE DO PREFEITO

Rua Vereador Pedro Israel David, s/nº-Centro
Vargem Alta – Espírito Santo

CEP: 29.295-000 - Tel: (28) 3528 1900

E-mail: orgaooficial.vargemalta@gmail.com



CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

ID CidadES: 2024.071L0200001.10.0002

A Câmara Municipal de Vargem Alta – ES, torna público para conhecimento dos interessados, que em conformidade com a Legislação pertinente, RATIFICA A CONTRATAÇÃO DIRETA, com fundamento no Art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei n.º 14.133/21, em favor da empresa : FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST, CNPJ: 02.980.103/0001-90, para realizar curso de capacitação à servidor da Câmara Municipal de Vargem Alta – ES, conforme justificativas no Processo eletrônico n.º 88/2024, Inexigibilidade n.º 02/2024.

Valor: R\$ 2.990,50 (dois mil novecentos e noventa reais e cinquenta centavos).

Vargem Alta - ES, 05 de março de 2024.

ALESSANDRA OLGA B. FASSARELLA
PRESIDENTE



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (13/03/2024 às 18:00) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 65F2.1409.1446.E657 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php





Vargem Alta, 15 de março de 2024.

De: Presidência

Para: Gerência de compras

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Ratifico o Termo de Referência, aprovo, ainda, todas as especificações e quantitativos, e remeto para providências.

Próxima Fase: Andamento Processual

ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA
Presidente da Câmara
41072-MTE



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310039003200340035003A005400

Assinado eletronicamente por **ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA** em 15/03/2024 13:22

Checksum: **7800A80646F51DCCFECEA826348B80ED2E96A292EB8D30835ADE9630B40D9613**





CÂMARA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA
PODER LEGISLATIVO

Vargem Alta, 18 de março de 2024.

De: Gerência de compras

Para: Presidência

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Segue para providências.

Próxima Fase: Andamento Processual

JACIMAR MENDONÇA FILHO
Assessor Parlamentar
1979992-ES



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310039003200380033003A005400

Assinado eletronicamente por **JACIMAR MENDONÇA FILHO** em 18/03/2024 17:19

Checksum: **02F671FB4591E778421EE4A9CFC3A5AC1B95F77F69329921C3C1A4F84B3587DB**





CÂMARA MUNICIPAL DE
VARGEM ALTA
PODER LEGISLATIVO

Vargem Alta, 19 de março de 2024.

De: Presidência
Para: Contabilidade

Referência:
Processo nº 88/2024
Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Remeto para juntar a Nota de empenho aos autos. Escalreço que a tramitação do processo está ocorrendo em data posterior, sendo que a autorização e a contabilização foram feitos nos termos do que determina o artigo 60 da Lei nº 4.320/64.

Próxima Fase: Andamento Processual

ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA
Presidente da Câmara
41072-MTE



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310039003300320033003A005400

Assinado eletronicamente por **ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA** em 19/03/2024 14:15

Checksum: **548D5BCA62D82063397514DBC1BF4FA71ACF6DF8006694191A8A126394769B63**





Câmara Municipal de Vargem Alta
Câmara Municipal de Vargem Alta

RUA NELSON LYRIO 77, 77 - CENTRO - VARGEM ALTA - ES - CEP: 29295-000 CNPJ:
39.289.723/0001-98 Tel: 2835281155 Fax: Site: www.cmva.es.gov.br/

Autorização de Empenho
Nº 000012/2024

5/3/2024

Secretaria	CAMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA	Processo	000088/2024
Origem	Inexigibilidade Nº 000002/2024	Termo/Contrato	
Dotação	010100.0103100012.142.33903900000.150000000000	Ficha-Fonte	00017-150000000000 0
Fornecedor	FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST	CNPJ	02.980.103/0001-90
Endereço	AVENIDA FERNANDO FERRARI, 845 - GOIABEIRAS - VITÓRIA - ES - CEP: 29075010	Telefone	2733457555

Item	Lote	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Unitário	Valor Total
00001		CURSO DE CAPACITAÇÃO A SERVIDORES Controle Interno - Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para o envio a PCA em 2024 e no encerramento do último ano do mandato. Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI E INFOCI. Diretrizes e procedimentos do TCEES na análise da PCA.	UN	1		2.990,5000	2.990,50

Total Geral

2.990,50

Autorizo a Entrega do(s) material(is)/Execução de Serviço(s):

Contratação, por inexigibilidade, da empresa FEST - Fundação Espírito Santense de Tecnologia para ministrar curso de capacitação ao Controle Interno dessa Casa de Lei

Prazo de Entrega/Execução: 5 dia(s)

Condição de Pagamento:

Fornecedor:

Declaro(amos) que Recebi(emos) esta Ordem em ___/___/____. Prazo de Entrega: _____ Pagamento: _____

Almoxarifado:

Recebi(emos) os Itens Constantes Desta Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço

Em, ___/___/____



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310035003100370032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 247



Vargem Alta, 22 de março de 2024.

De: Contabilidade
Para: Comunicação

Referência:

Processo nº 88/2024

Proposição: Solicitação Geral (P. Física) nº 34/2024

Autoria: Ismael da Silva

Ementa: SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CURSO ENVIO DA PCA - 2024.

Processos Apensados: 83/2024

Processos Anexados: Nenhum

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Andamento Processual

Ação realizada: Encaminhado

Descrição:

Segue para providências.

Próxima Fase: Andamento Processual

Vanessa de Paula Barboza Girelli Ferreira
Contadora



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310039003300330030003A005400

Assinado eletronicamente por **Vanessa de Paula Barboza Girelli Ferreira** em **22/03/2024 13:18**

Checksum: **A0F03A315C78F124C68FF48DE5F32D242F9385FDDA8BCAA26D1204A264500268**





MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA
CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
ESPIRITO SANTO
39.289.723/0001-98
NOTA DE EMPENHO Nº 0000081/2024

O ordenador da Despesa, para efeito de execução orçamentária nos termos da legislação vigente, determina que seja empenhada, neste exercício, a importância a seguir especificada.

Exercício : 2024
Ficha : 0000017
Processo : 0000088/2024
Despesa:
Autorização de Empenho Nº: 000012/2024

Tipo: Ordinário
Data : 07/03/2024
Valor : 2.990,50

Órgão : 010 - CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
Unidade Orçamentária : 100 - CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
Função : 01 - LEGISLATIVA
Subfunção : 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Programa : 0001 - GERENCIAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL
Projeto/Atividade : 2.142 - CAMARA DIGITAL
Elemento de Despesa : 33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA
Fonte de Recurso : 150000009999 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

Favorecido : 7481 - FEST - FUNDAÇÃO ESPIRITOSANTENSE DE TECNOLOGIA
Bairro : Goiabeiras Vitória
Endereço : Ave FERNANDO FERRARI
Telefone Fixo: 2733457555
Celular: 2733457555

CNPJ/CPF : 02.980.103/0001-90
Cidade : VITÓRIA
UF : ESPIRITO SANTO
PIS PASEP :

Histórico : Contratação, por inexigibilidade, da empresa FEST - Fundação Espírito Santense de Tecnologia para ministrar curso de capacitação ao Controle Interno dessa Casa de Lei

Subelemento: 33903940000 - SERVICO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

Saldo Anterior	83.670,00	Despesa Empenhada	2.990,50	Saldo Disponível	80.679,50
-----------------------	------------------	--------------------------	-----------------	-------------------------	------------------

(dois mil novecentos e noventa reais e cinquenta centavos)

Dispensa/Inexigibilidade : 112 - Lei 14.133/2021, Dispensa, Art. 75, I **Número Proc. Dispensa/Inexigibilidade :** 000002/2024

CENTRO DE CUSTO

Código	Nome	Valor
209	CAMARA MUNICIPAL	2.990,50
Total		2.990,50

LANÇAMENTOS

Nº	Débito	Valor	Crédito	Valor
Empenho - Emissão de Empenho - Outras Despesas Correntes				
O 1	522920101000 - EMISSAO DE EMPENHOS	2.990,50	622130100000 - CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.990,50
O 1	622110000000 - CRÉDITO DISPONÍVEL	2.990,50	622920101000 - EMPENHOS A LIQUIDAR	2.990,50
C 1	821110100000 - RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXER	2.990,50	821120100000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE	2.990,50
C 1	822110101000 - PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MEN	2.990,50	822110102000 - PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MEN	2.990,50

Local/Data/Assinaturas

VARGEM ALTA, 07 de março de 2024

ALESSANDRA OLGA B. FASSARELLA
Presidenta

VANESSA DE P. B. GIRELLI FERREIRA
Contadora



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>

fls. 250